

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Identidade, ação e memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira

ARTIGOS:

Trilhas e enredos no imaginário social de sertão no Piauí

Maria Dione Carvalho Moraes

Identidade cultural, ritual e cidadania – considerações preliminares acerca dos festivais de arte no Piauí

Fabiano Gontijo

A importância socioambiental da bacia hidrográfica do rio Poty na formação da identidade cultural piaulense

Benedito Rubens Lima de Azevedo

Religiosidade e cidade: o santuário de Santa Cruz dos Milagres-PI

Sérgio Romualdo Lima Brandim

E MAIS:

- Artesanato – um potencial do Piauí
- Identidade cultural do Piauí
- Característica local dos folguedos



ENTREVISTA
Sérgio Mamberti



GOVERNADOR DO ESTADO
Wellington Dias

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO
Sérgio Gonçalves de Miranda

FUNDAÇÃO CEPRO
Presidente
Oscar de Barros Sousa

**GERÊNCIA DE ESTUDOS E PESQUISAS
SOCIOECONÔMICAS**
Carlos Lima

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA
Natildes Lima Verde

GERÊNCIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÃO
Elias Alves Barbosa

PUBLICAÇÕES
Almir Cassimiro Queiroga

CARTA CEPRO: Publicação semestral, criada em 1974

DIRETOR-GERAL
Oscar de Barros Sousa

COLABORAÇÃO
Hélcio Ferreira
Sérgio Fontenele

DIRETOR EXECUTIVO
Almir Cassimiro Queiroga

CONSULTORIA
Jairo Gomes Araújo

CONSELHO EDITORIAL
Almir Cassimiro Queiroga
Carlos Lima
Elias Alves Barbosa
Joana D'arc Fortes P. Barbosa
Rosário de Fátima F. Bacelar

COPIDESQUE (REVISÃO)
Almir Cassimiro Queiroga

PRODUÇÃO/REDAÇÃO/EDIÇÃO
Ana Cláudia Amorim Barbosa
RP - 1212 - DRT - PI
Sâmia Danielle C. Menezes
RP - 1260 - DRT - PI

CHECAGEM DA REVISÃO
Ilma Araújo Vêras e Silva
Teresa Cristina Moura Araújo Nunes
Eva Maria Evangelista Leal

CORREÇÃO DA DIGITAÇÃO
Maria das Graças Nunes Osternes

Programação Visual
Eclética!

CORRESPONDÊNCIA
FUNDAÇÃO CEPRO
BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS

Av. Miguel Rosa, 3190/Sul • CEP: 64001-490 • Teresina-PI
Fones: (86) 3221-1415 / 3221-5599 • Fax: (86) 3221-5846
cepro@seplan.pi.gov.br
www.pi.gov.br/cepro

**Secretaria do
Planejamento**



Piauí
GOVERNO DO
DESENVOLVIMENTO

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que mencionada a fonte. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o ponto de vista da Fundação CEPRO.

CFDP



Organização das
Nações Unidas



PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DAS ESTATÍSTICAS OFICIAIS

Princípio 1: Relevância, Imparcialidade e Acesso Universal

"As estatísticas oficiais representam um elemento indispensável no sistema de informação de uma sociedade democrática, oferecendo ao governo, à economia e ao público, dados sobre a situação econômica, demográfica, social e ambiental. Com esta finalidade, os órgãos oficiais de estatística devem reunir e disponibilizar, de forma imparcial, estatísticas de utilidade prática comprovada, para honrar o direito do cidadão à informação pública".

Princípio 2: Normas Profissionais e Ética

"Para manter a confiança nas estatísticas oficiais, os órgãos de estatística devem tomar decisões de acordo com princípios estritamente profissionais, inclusive os científicos e éticos, para a escolha dos métodos e procedimentos de coleta, processamento, armazenagem e apresentação de dados estatísticos".

Princípio 3: Responsabilidade e Transparência

"Para facilitar a correta interpretação dos dados, os órgãos de estatística devem apresentar informações de acordo com padrões científicos referentes a fontes, métodos e procedimentos de estatística".

Princípio 4: Prevenção do Uso Incorreto

"Os órgãos de estatística têm direito de comentar interpretações equivocadas e uso incorreto das estatísticas".

Princípio 5: Custo-Benefício

"Dados para fins estatísticos podem ser obtidos a partir de diversos tipos de fontes, sejam levantamentos estatísticos ou registros administrativos. Os órgãos de estatística devem escolher as fontes levando em consideração qualidade, oportunidade, custo e ônus para os informantes".

Princípio 6: Sigilo

"Dados individuais coletados por órgãos de estatística para elaboração de estatísticas, sejam referentes a pessoas físicas ou jurídicas, devem ser estritamente confidenciais e utilizados exclusivamente para fins estatísticos".

Princípio 7: Legislação

"As leis, regulamentos e medidas que regem os sistemas estatísticos devem ser divulgadas ao público".

Princípio 8: Coordenação Nacional

"É indispensável a coordenação entre os órgãos de estatística de um país, para que se obtenha um sistema estatístico consistente e eficiente".

Princípio 9: Padrões Internacionais

"A utilização de conceitos, classificações e métodos internacionais pelos órgãos de estatística de cada país promove consistência e eficiência dos sistemas de estatística oficial em todos os níveis".

Princípio 10: Cooperação Internacional

"A cooperação bilateral e multilateral na esfera da estatística contribui para melhorar as estatísticas oficiais em todos os países".

Secretaria do
Planejamento

Piauí
GOVERNO DO
DESENVOLVIMENTO

www.piaui.pi.gov.br

CFDP

Sumário

ESPAÇO CEPRO **09**

ENTREVISTA **12**

Sérgio Mamberti

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL **16**

Identidade, ação e memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira

ARTESANATO **24**

Potencialidades do Piauí geram renda

FESTA POPULAR **28**

Pesquisa revela característica local dos folguedos

DEBATE CARTA CEPRO **30**

Identidade cultural do Piauí

ARTIGOS **37**

1 - Trilhas e enredos no imaginário social de sertão no Piauí **38**

Maria Dione Carvalho Moraes

2 - Identidade cultural, ritual e cidadania – considerações preliminares acerca dos festivais de arte no Piauí **50**

Fabiano Gontijo

3 - A importância socioambiental da bacia hidrográfica do rio Poty na formação da identidade cultural piauiense **54**

Benedito Rubens Luna de Azevedo

4 - Religiosidade e cidade: o santuário de Santa Cruz dos Milagres-PI **60**

Sérgio Romualdo Lima Brandim

Ao leitor

A legislação brasileira define patrimônio cultural como bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Vemos que o patrimônio cultural é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas. Diante disso, a pedido da Fundação Cultural do Estado (Fundac), nesta 24ª edição da Revista Carta Cepro, a Fundação Cepro faz um recorte e traz informações sobre o nosso patrimônio cultural imaterial que engloba todas as formas tradicionais e populares de cultura, transmitidas oralmente ou por gestos, as quais, com o passar do tempo, são modificadas pelo processo de recriação coletiva.

Traz ainda um debate sobre identidade cultural, que é o sentido de saber se reconhecer. Um sentimento de identidade de um grupo ou cultura, ou de um indivíduo, na medida em que ele é influenciado pela sua pertença a algum desses segmentos.

Na identidade cultural, a influência do meio modifica totalmente um ser, já que nosso mundo é repleto de inovações e características temporárias, os chamados “modismos”. Uma pessoa que nasce em um lugar absorve todas as características deste, porém se ela for submetida a uma cultura diferente por muito tempo ela adquirirá características do local onde está agregada.

No passado as identidades eram mais conservadas devido à falta de contato entre culturas diferentes, porém, com a globalização, isso mudou fazendo com que as pessoas interagissem mais, entre si e com o mundo ao seu redor.

O importante é que devemos respeitar todos os tipos de identidades, pois protegendo os patrimônios culturais locais e regionais, estaremos protegendo nosso patrimônio mundial.

Oscar de Barros Sousa
Presidente da Fundação Cepro



**FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ**

Carta CEPRO, Teresina, Fundação CEPRO – v.1 – nov. 1974 –

“A periodicidade varia”
ISSN 0101-5532

A publicação não circulou nos anos de 1979, 1985, 1989-90, 1992-93, 1996-98,
2004, 2006.

1. Situação socioeconômica – Piauí – Periódicos.
2. Economia do Piauí – Periódicos. I. Fundação CEPRO.

CDU 308+338 (812.2) (05)

Brito Jr.



Inclusão Social

A Fundação Cepro é parceira do Sistema Integrado de Comunicação Meio Norte na coordenação do *Prêmio Piauí de Inclusão Social*, conferido anualmente a empresas, empreendedores, instituições e organizações governamentais e não-governamentais, que tenham desenvolvido iniciativas próprias de criação de emprego, geração de renda, inserção social e construção da cidadania entre os piauienses. O Prêmio, que está na 3ª edição, já faz parte do calendário de eventos do Estado.

Jornalismo Econômico

Frases de agradecimentos, elogios e pedidos por mais realizações de encontros com profissionais de áreas estratégicas relacionadas ao mundo da economia marcaram o final do curso de Jornalismo Econômico, promovido pela Cepro, em setembro de 2007, e ministrado pelo professor titular da Escola de Comunicações e Artes da USP, Bernardo Kucinski.

A maioria da turma (90%) era formada por jornalistas de redação, assessores de imprensa e estudantes de comunicação, mas o curso despertou o interesse de profissionais de outras áreas. Devido ao sucesso do curso, o presidente da Fundação Cepro, Oscar de Barros, já pensa em realizar outras capacitações profissionais. “Estamos estudando a possibilidade de promover uma capacitação sobre estatística e economia piauiense, já que recebemos essa demanda dos alunos do curso.”



Arquivo CEPRO

Índice de Desempenho da Gestão Municipal

A Cepro elaborou o Índice de Desempenho da Gestão Municipal (IDGM) com o objetivo de conhecer de modo sistemático as características da gestão administrativa do município pesquisado. Essa iniciativa é resultado da preocupação que o órgão teve em trabalhar com um indicador a partir da avaliação dos seus próprios técnicos. Isso porque, com a Constituição Federal de 1988, houve a descentralização administrativa e tributária em favor dos municípios e da institucionalização do processo de planejamento público em âmbito

local. Conseqüentemente, tem aumentado a demanda de informações sociais e demográficas para fins de formulação de políticas públicas municipais.

O mestre em economia e pesquisador da Fundação Cepro, Sebastião Carlos, inclusive, teve seu artigo científico premiado em 1º lugar no *IV Seminário de Ensino Contábil do Piauí*, promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade. Seu artigo com o tema *Análise de Desempenho Fiscal e de Gestão dos Municípios Piauienses de 2006* tem como base o IDGM, cujo projeto-piloto está sendo executado no Município de São João do Arraial.



CCOM-PI

Anuário do Piauí

A Cepro, em parceria com o Sistema O Dia de Comunicação, Portal AZ e a P&B Comunicação Ltda., foi a responsável pela elaboração do Anuário do Piauí, publicação que aborda

aspectos físicos, econômicos, políticos e sociais do Estado. O trabalho é direcionado a estudantes, pesquisadores e à sociedade em geral, dispondo de acervo fotográfico e informações estatísticas relativas aos diferentes segmentos socioeconômicos do Piauí.

Comissão de Estudos Territoriais

Arquivo assessoria



Dep. Paulo Martins

A Cepro agora faz parte da nova comissão de trabalho da Assembleia Legislativa, que tem como objetivo a revisão dos limites dos municípios do Estado do Piauí, tendo, no final, cada município, um mapa atualizado e uma nova lei. Também integram essa comissão mista o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Associação Piauiense de Municípios (APPM) e Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Piauí (Crea-PI); além dos deputados estaduais Moraes Souza (PMDB), Mauro Tapety (PMDB) e Paulo Martins (PT), sendo este o presidente.

A Comissão tem o papel de organização. Por ter essa natureza, o presidente da Cepro, Oscar de Barros, defendeu que o Governo do Estado tenha em sua estrutura administrativa um órgão responsável pela execução daquilo que a comissão decidir, indicando a Cepro.

Rede Nacional de Estudos e Pesquisas

A convite da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (Anipes) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o presidente da Cepro, Oscar de Barros, e o economista do órgão, Sebastião Carlos, estiveram em Brasília, em 24 de outubro deste ano, participando de Oficina de Trabalho com representantes de todas as instituições associadas à Anipes e outras instituições de estudos e pesquisas estaduais não associadas.

Um dos objetivos da Oficina foi a apresentação das potencialidades e experiências de cada instituição, no sentido de definir a contribuição de cada Instituto para retomar a experiência de uma rede de estudos e pesquisas nacional.

Anipes

Em 2006, mais uma vez, a Cepro protagonizou a história da estatística do Piauí, ao sediar *11º Encontro da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (Anipes)*. Durante três dias (29 e 30 de novembro e 1º de dezembro) instituições de todo o país discutiram sobre os indicadores socioeconômicos e estatísticos do Brasil. O papel das instituições estaduais e municipais na produção e disseminação de informações econômicas, sociais, ambientais e cartográficas no sistema estatístico nacional e como agir em sintonia junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão responsável pelo censo populacional; e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), instituição vinculada ao Ministério do Planejamento, foram alguns dos temas abordados.

IQEF – Índice de Qualidade do Emprego Formal

A Cepro elaborou o Índice de Qualidade do Emprego Formal (IQEF), cujo objetivo é mensurar a evolução qualitativa do emprego formal, envolvendo o Estado do Piauí e a cidade de Teresina com periodicidade anual. A metodologia utilizada é a média entre os indicadores de rotatividade, escolaridade, salário médio e concentração salarial.

Diagnóstico da Juventude

A Cepro vai traçar o diagnóstico da juventude piauiense. Convênio nesse sentido foi assinado entre o órgão e a recém-criada Coordenadoria Estadual dos Direitos Humanos e da Juventude. A pesquisa vai subsidiar os trabalhos da Coordenadoria durante a Conferência Estadual da Juventude, que será realizada em março de 2008.

O convênio com a Fundação CEPRO para conhecermos quem é o jovem do Piauí é um dos pontos importantes nesta fase de institucionalização da Coordenadoria, pois não podemos agir sobre algo que não conhecemos, disse o coordenador estadual de Direitos Humanos, Alci Marcus.

Qualificação

A partir de 2007, a Cepro conta com dois mestres em seu quadro de servidores efetivos. São eles Elias Barbosa e Marta Gorete que concluíram Mestrado em Educação pela UFPI. Com certeza uma conquista importante para os dois e, principalmente, para a Fundação Cepro, afinal, antes dos números, vêm os profissionais.



SÉRGIO MAMBERTI

“O Brasil ainda mantém suas tradições muito vivas nas ruas, evidenciando a força de nossa diversidade cultural”

Nacionalmente conhecido como ator de telenovela, Sérgio Mamberti deixa a ficção para brilhar no palco da vida real. Como artista, é na cultura que ele se identifica, realizando um trabalho singular na Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SID/MinC). Nesta entrevista, ele fala um pouco sobre os avanços e retrocessos dessa área, cujo debate se faz cada vez mais necessário na sociedade moderna.

Carta **EPRI** Como fazer políticas públicas para a cultura, levando em consideração a diversidade cultural do Brasil?

Mamberti – Existe apenas uma maneira de legitimar a construção de políticas públicas para atender à riqueza e à complexidade da diversidade cultural brasileira: convocar nacionalmente as figuras representativas de cada um desses segmentos, respeitando sobretudo a pluralidade das nossas manifestações.

Somente assim, aqueles que vivem o cotidiano do fazer cultural poderão ter preservadas suas identidades, valorizar e fortalecer o conjunto de suas expressões culturais.



CCOM-PI

Desde o início de sua primeira gestão à frente do Ministério da Cultura, o ministro Gilberto Gil tem pautado todas as nossas ações na elaboração de metas e parâmetros que venham garantir cidadania cultural a todos os brasileiros, a partir de uma plena participação da sociedade em todas as etapas desse processo.

Aliás, essa tem sido a característica marcante do Governo Lula nos seus dois mandatos: desenvolver e potencializar os avanços de cada setor, oferecendo suporte técnico e econômico para a promoção e proteção de nossa extraordinária diversidade,

nacional e internacionalmente.

Desde o início, apoiados por representativa consulta nacional e pelo acúmulo de discussões com as mais diferentes áreas, que resultaram na constituição do Projeto de Cultura do Governo Lula para a candidatura de 2002 “A Imaginação a Serviço do Brasil”, realizamos profundas reformas e reestruturações em busca de soluções para a fragilidade institucional do Ministério. Reformulamos sua estrutura administrativa, passando inclusive pela reforma inadiável de suas instalações físicas, realizamos o seminário “Cultura para Todos”, uma discussão

de ampla ressonância nacional sobre o financiamento público da cultura. Projetos inovadores como o projeto “Cultura Viva” e seus Pontos de Cultura, e a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural foram criados com o propósito de completar os espaços vazios da história, permitindo-nos vencer o desafio de enfrentar as tarefas compreendidas por esta ampla visão de cultura. O MinC tem hoje na Convenção da Unesco sobre a Proteção e a Promoção das Expressões Culturais, aprovada em 2005 e ratificada pelo Brasil em 2006, seu mais importante instrumento para respaldar uma ação ampla e vigorosa, capaz de valorizar e fortalecer nossa imensa e rica diversidade cultural, característica da condição humana e herança indispensável para a plena realização dos indivíduos na sociedade. Pensamos e estamos construindo o Ministério da Cultura no contexto em que o Estado retoma seu papel na sociedade brasileira de órgão formulador e executor de uma política cultural para o país.

CartaCEPRO Alguns artistas piauienses dizem que não se faz mais cultura na rua. O que o senhor acha disso?

Mamberti – O espaço público no Brasil contemporâneo, particularmente no que diz respeito à complexidade da vida nas grandes metrópoles, tem tendido a estreitar-se para as manifestações culturais em praças e ruas por várias razões: segurança, dificuldades de mobilização, a cultura televisiva, sem falar na ausência de mecanismos e políticas de preservação dessas tradições. Por outro lado, a interferência do mercado tem descaracterizado festividades como o carnaval em função do lucro.

A cultura não se faz evidentemente apenas nas ruas, mas no Brasil as culturas tradicionais sempre ocu-

param as praças e ruas de nossas cidades. Dentro das salas fechadas, com cobrança de ingresso, as manifestações culturais têm sido acessíveis apenas às classes mais privilegiadas, não só pela linguagem como pela questão econômica, que impede as camadas sociais menos favorecidas a fruição desses espetáculos. Felizmente, apesar dessa ameaça constante de perdas, o Brasil ainda mantém suas tradições muito vivas nas ruas, evidenciando a força de nossa diversidade cultural.

Temos que ampliar esses horizontes com políticas públicas que garantam a sua continuidade, para que nossa diversidade se expresse claramente, procurando sobretudo não estabelecer qualquer tipo de hierarquia que discrimine as manifestações populares como inferiores em relação às manifestações consideradas eruditas. A cultura brasileira é uma mesa farta onde todos podem se servir, desde que seja oportunizada democraticamente a acessibilidade, em todos os seus aspectos e dimensões, desde o apoio à produção, à circulação, à promoção e fruição de serviços e bens culturais.

CartaCEPRO Como o senhor avalia o resgate das culturas populares e a produção cultural contemporânea, especialmente a que é produzida pelos jovens?

Mamberti – Uma das iniciativas mais importantes da SID/MinC é o projeto de Políticas Públicas para as Culturas Populares. Ele vem sendo construído desde 2004, quando realizamos oficinas temáticas em 15 estados do Brasil, com a participação de mestres e grupos que se dedicam à preservação desse patrimônio cultural, de origem ibérica, afro-descendente e indígena, que constitui um dos maiores acervos, tanto do ponto de vista material quanto imaterial, da

cultura brasileira. A partir dessas oficinas, realizamos, em 2005, o I Seminário das Políticas Públicas para as Culturas Populares, fato reconhecido como histórico, pela riqueza das discussões e manifestações da diversidade cultural brasileira, que culminaram com a edição de um livro sobre todo o processo e a elaboração do primeiro edital, lançado no final do mesmo ano. Em 2006, realizamos o II Seminário Nacional, simultaneamente com o I Encontro Sul-Americano de Culturas Populares. Única no mundo, a SID tem despertado a atenção de alguns países, como o Paraguai, por exemplo, que está em fase de implementação de um departamento para atender à complexidade destes temas, dentro do plano de cooperação técnica entre os dois países. Começamos a trabalhar com as culturas populares, com a diversidade sexual, depois com as culturas indígenas; ampliamos para a cultura cigana e agora pretendemos expandir para faixas etárias (criança, adolescente e idosos), para a área da Saúde Mental, para o movimento Hip Hop e para a capoeira.

Vamos publicar também um guia das culturas populares, que será uma espécie de catálogo, para você saber quem é quem, o que está fazendo e em que lugar do Brasil. Isso criará condições também para que esses artistas sejam solicitados, convidados para participar de eventos, desenvolvendo uma sustentabilidade de suas atividades. Temos trabalhado, também, com o Ministério do Turismo, no que se refere à organização dos roteiros turísticos nacionais, salientando-se a importância da interface da Cultura com o Turismo.

Destaco, ainda, o programa Rede Cultural da Terra, desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

(MST). Estamos ampliando nossas parcerias, desta vez com a Comissão Pastoral da Terra, o Movimento do Pequeno Agricultor e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Ainda não temos uma política específica para a juventude, embora em todos os nossos programas e projetos os jovens tenham papel importante, particularmente na cultura Hip Hop e na Capoeira.

Carta EPCO O senhor acha que hoje os meios de comunicação conseguem atender a essa demanda brasileira que quer saciar-se de cultura popular?

Mamberti – Não há dúvida nenhuma que a cultura da televisão é cultura popular. É cultura de massa, porém veiculada segundo os desígnios do mercado. Seria desejável que houvesse, nas contrapartidas firmadas para essas concessões, uma produção mais voltada para a valorização das culturas populares tradicionais e da produção cultural brasileira, para que as emissoras pudessem realmente estar cumprindo seu papel de valorização da diversidade. A criação de um Sistema Nacional de TVs Públicas bem como o projeto de regionalização da produção audiovisual brasileira, que há anos tramita no Congresso e encontra-se parado no Senado Federal, por motivos óbvios de interesses das grandes corporações, viriam atender às demandas de nossa produção independente por todo o Brasil, protegendo e difundindo nossa extraordinária diversidade.

Carta EPCO Que ações concretas já foram desenvolvidas pelo Governo Federal neste sentido?

Mamberti – O Ministério da Cultura, na tentativa de melhor compreender os desafios da televisão pública brasileira num contexto da revolução di-

gital e aprofundamento da democracia, promoveu recentemente em Brasília o IFórum Nacional de Televisão Pública. Sob o prisma da convergência, para usar aqui essa imagem das mudanças em curso na economia da televisão e na economia da cultura com a digitalização das câmeras e equipamentos, a TV Digital, a TV sobre a Internet e a TV portátil no celular e tantas outras possibilidades de transmissão e interatividade, desde o início de nossa gestão viemos reorientando e projetando um novo modelo de produção cultural para a televisão pública. Um modelo de gestão interessado em fortalecer a acessibilidade dos brasileiros aos bens culturais produzidos com recursos públicos. Um modelo interessado em aprofundar os aspectos federativos, ampliando as possibilidades de expressão em todo o território, sem prejuízo do potencial das articulações e programações em rede nacional. De forma geral a televisão é compreendida como o fenômeno global. A realização plena e qualificada da televisão pública brasileira, como tem afirmado o ministro Gilberto Gil, é uma das agendas estratégicas para o desenvolvimento cultural do Brasil e a consolidação de um país socialmente justo e antenado nas forças criativas do povo brasileiro.

Carta EPCO E quanto ao trabalho de resgate da cultura indígena, que tem no Piauí uma iniciativa pioneira? Como tem sido sua receptividade?

Mamberti – Em abril de 2004, participamos, no Recife, do Seminário Povos Indígenas – Olhando para o Futuro, promovido pela Fundação Joaquim Nabuco, quando, pela primeira vez, nos reunimos com algumas lideranças que dele participaram e nos comprometemos a organizar a presença dos povos indígenas no Fórum Cultural Mundial (FCM), realizado

em São Paulo, em junho do mesmo ano. Foram constituídas três mesas, consideradas das mais importantes do evento pela riqueza dos depoimentos. Para a implementação das recomendações constantes do documento gerado no FCM, foi criado, em abril de 2005, por meio de Portaria assinada pelo ministro Gilberto Gil, o Grupo de Trabalho Indígena – com ampla representatividade de lideranças indígenas – que tem por objetivo discutir e propor políticas públicas para as culturas dos povos indígenas. Em 2006, como resultado das discussões do GT, foi instituído o I Prêmio Culturas Indígenas – Edição Ângelo Cretã, que, por meio de edital, privilegiou o fortalecimento e a proteção das culturas indígenas em todos os seus aspectos e suas dimensões.

O interesse gerado pelo concurso ultrapassou todas as nossas expectativas. Numa população de 750 mil índios, 504 projetos foram apresentados, oriundos de todo o Brasil, perfazendo um total aproximado de 350 mil índios, ou seja, praticamente a metade da população indígena. Foram premiados 82 projetos, atingindo por volta de 60 mil indígenas, o que atesta o êxito da iniciativa, sendo que cada etnia vencedora será contemplada com R\$15 mil. Além do formato da premiação, que minimizou os entraves burocráticos para uma população que não tem constituição jurídica, inovamos também na comunicação. Sensibilizamos os mais variados meios, dentre eles, rádios comunitárias, Rádio Nacional da Amazônia, Hora do Brasil, que nos ajudaram a divulgar o concurso. As inscrições puderam ser feitas pela Internet, por cartas, por telefone 0800, VTs-DVDs, até mesmo em sua língua original, de modo que houve uma facilitação para as inscrições. A Associação Guarani Tenonde Porã, além de ajudar na divulgação do prêmio, foi

CCOM-PI



capacitada para ser nossa parceira nesse trabalho.

Os recursos destinados à premiação, no valor de mais de 1,2 milhão, vieram da Petrobras, empresa patrocinadora do concurso, por meio da Lei Rouanet. Tivemos ainda o apoio inestimável de outras instituições, como o SESC – São Paulo e a Radiobras na divulgação do prêmio por todo o país. Esse conjunto de iniciativas contribuiu para o sucesso do prêmio, gerando um riquíssimo material gráfico e audiovisual que será transformado num belíssimo livro com textos e fotos, a ser lançado em São Paulo no SESC Vila Mariana, em 15 de agosto, com a entrega dos prêmios e a presença de 82 etnias e do ministro Gilberto Gil.

CartaCEPRO E a partir deste ano, como vai ser esse trabalho com os indígenas?

Mamberti – Vamos continuar deba-

tendo e amadurecendo várias questões, trabalhando em torno de diretrizes e ações propostas e acatadas no GT Indígena, que será ampliado e transformado num fórum permanente, voltado para as culturas indígenas, que participará da elaboração do segundo edital do Prêmio Culturas Indígenas, Edição Xicão Xucuru, contando com recursos de R\$3.500.000,00 provindos da Petrobras. Estamos desenvolvendo, também junto à Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), a Campanha Nacional de Valorização das Culturas Indígenas. Com esse trabalho, queremos promover e fortalecer as culturas dos primeiros povos brasileiros, para que possamos, nacionalmente, vencer o preconceito e a discriminação, e nos inteirarmos da profundidade da contribuição das culturas indígenas para a formação do nosso povo. Essa campanha se destina a todos os segmentos da sociedade brasileira, inclusive os povos indígenas, em atendimento a uma de suas reivindicações básicas: não ser tratados apenas como objeto de estudo, mas pelo direito de serem sujeitos de sua própria história.

Em todo o país, existem hoje 222 etnias que falam cerca de 180 línguas, que fazem do Brasil, ao lado da Índia, o país com maior número de línguas no mundo. No próximo ano, devemos realizar, na Bahia, o I Encontro Sul-Americano de Cultura dos Povos Indígenas. Além disso, estamos trabalhando junto à Secretaria do Audiovisual (SAV) na criação do DOCTV Indígena. Antes, porém, em parceria com a SAV e a organização Vídeo nas Aldeias, realizaremos oficinas de capacitação para a formação técnica dos indígenas na área de fotografia e de roteiro, para ampliar sua atuação.

Este edital foi lançado em São Paulo, em 2 de abril, com muito suces-

so, durante as comemorações do Dia Nacional do Índio, quando realizamos uma Mostra de Cinema Indígena, em parceria com a organização Vídeo nas Aldeias e a Cinemateca Brasileira, em São Paulo.

CartaCEPRO Podemos dizer que a meta final seria trabalhar a economia de cultura de forma a garantir oportunidades para quem, de fato, pensa e se dedica à cultura?

Mamberti – O Ministério tem atuado a partir de três eixos temáticos: cultura como valor simbólico, como cidadania, e cultura como economia. Estamos procurando condições, com o conjunto de pesquisas que solicitamos ao IBGE e ao IPEA, para a partir desses dados conhecer a contribuição da cultura para o PIB brasileiro e como lidar com a economia da cultura. Atividades artísticas como teatro, dança e circo estão construindo processos, através das câmaras setoriais, traçando diagnósticos que vão permitir um aprofundamento, bem como o estabelecimento de políticas que possam ser bem mais precisas em relação às necessidades de cada setor.

Empreendemos nacionalmente, nestes quatro anos e meio, um inédito e exitoso processo participativo, capaz de subsidiar e legitimar republicanamente todas estas conquistas, atuando também com o mesmo vigor para a obtenção de recursos financeiros indispensáveis para a implementação destas políticas. Conseguimos, assim, avanços consideráveis nas áreas de fomento e crédito às atividades de produção de bens e serviços culturais, e também para as atividades ligadas à preservação da memória, instrumentos essenciais para a construção da nossa identidade e para um verdadeiro desenvolvimento cultural.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Identidade, ação e memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira



Arte Santeira da Cidade de Teresina

O que seria da sociedade humana se seus valores e tradições tivessem se perdido ao longo do tempo? Qual a contribuição que cada cidadão pode dar para garantir a construção da história e, principalmente, para que os conhecimentos passados de pais para filhos não se percam ou tenham profundas modificações?

Perguntas como essas há muito afligem o homem que, apesar de lutar pelo aprimoramento das tecnologias, compreende que sua história precisa ser preservada. Os museus e os sítios históricos tombados, urbanos ou rurais,

estão aí pra isso. Guardam objetos antigos, confirmando a natureza simples do homem em sua origem.

Mas, e o conhecimento? Rituais religiosos, festas, costumes, saberes, línguas...? Tudo isso também é cultura, é patrimônio, com valor tão imensurável quanto aqueles. Esses também são denominados patrimônios culturais, mencionados, inclusive, pela Constituição da República Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 216.

Eis a definição que a legislação brasileira dá ao patrimônio cultural: “bens de natureza ma-

terial e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

São considerados bens componentes do patrimônio cultural, as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, ar-

queológico, paleontológico, ecológico e científico.

O patrimônio cultural imaterial engloba todas as formas tradicionais e populares de cultura, transmitidas oralmente ou por gestos, as quais, com o passar do tempo, são modificadas pelo processo de recriação coletiva. Celebrações, como festas e cultos religiosos; saberes, como os conhecimentos, fazeres tradicionais, culinária e artesanato regionais; formas de expressão, como o repente, o cordel, a catira, os pastoris e os maracatus; e, igualmente significativos, os lugares onde essas práticas se reproduzem, como mercados, feiras, santuários, terreiros de candomblé, sítios religiosos e indígenas são alguns exemplos de bem imaterial.

História

O registro de bens culturais, através da criação de legislação específica, surgiu como reação ao processo de globalização. Inicialmente, foi implementado pelo Japão, no período do pós-guerra (considerado primeira fase da globalização), numa reação ao domínio cultural do Ocidente.

Posteriormente, num segundo estágio da globalização, a proposta se espalhou entre os países asiáticos, europeus e latino-americanos, com destaque para a Bolívia e países africanos. “Foi na Bolívia que surgiu a primeira recomendação para salvaguarda da cultura tradicional popular, em 89, quando nem era usada a expressão patrimônio imaterial”, lembra Márcia Sant’Anna, diretora do Departamento de Patrimônio

Imaterial do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

No Brasil, a história comprova contribuições importantes nessa área desde 1934. O poeta Mário de Andrade, por exemplo, fez os primeiros registros nesse sentido. Nos anos 40, em uma expedição cultural pelo Nordeste, filmou e fotografou expressões de cultura popular, material que se encontra reunido em São Paulo. Nos anos 70, Aloísio Magalhães (criador múltiplo, pintor, pioneiro do design gráfico no Brasil, administrador cultural, incansável defensor do patrimônio histórico e artístico) criou a Fundação Nacional Pró-Memória e o Centro Nacional de Referências Culturais.

Após inúmeras leis, decretos e cartas, foi assinado o Decreto nº 3.551, de agosto de 2000, que instituiu o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, através do Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial (IPHAN, 2001), o qual é referência para os órgãos públicos e sociedade na metodologia de investigação de referências culturais e na definição de diretrizes da política de patrimônios culturais do Brasil.

Essa política, de acordo com Márcia Sant’Anna, ganhou impulso a partir de 2003, com base nessas referências e, também, por recomendação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a qual, nos últimos 20 anos, vem se esforçando para criar e consolidar instrumentos e mecanismos que conduzam ao reconhecimento e de-

fesa de patrimônios imateriais da humanidade.

Programa Nacional

O Programa Nacional de Patrimônio Imaterial viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural. “Esse trabalho é realizado através de parcerias com instituições dos governos federal, estaduais e municipais; universidades; ONGs (organizações não-governamentais) e organizações privadas, ligadas à cultura, à pesquisa e ao financiamento”, informa a diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN.

Esse trabalho é feito através do **Registro**, instituído pelo Decreto nº 3.551 e que prevê a inscrição dos bens nos Livros de Registro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares; do **Inventário Nacional de Referências Culturais**, que visa produzir conhecimentos sobre domínios da vida social que constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social (vila, bairro, zona, entre outros). E, por fim, dos **Planos de Salvaguarda**, apoio à sua continuidade de modo sustentável, ou seja, melhores condições para a reprodução do bem cultural.

O Governo Federal, através do IPHAN, já fez o registro de 11 bens como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil e conta com mais de 20 inventários desse tipo em andamento. “Agora alguns estados já começaram um trabalho nesse sentido, criando legislações próprias, como, por exemplo, o

Ceará, Minas Gerais, Santa Catarina, Alagoas, Bahia, Paraíba e Pernambuco”, acrescenta a diretora.

Os bens são agrupados por categoria e registrados em livros, classificados em: Livro de Registro dos Saberes, para os conheci-

mentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro de Celebrações, para os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social; Livro de Registros das Formas de Expressão, para as manifestações artísticas em geral; e Livro de Registro dos Lugares, para mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas.

Os 11 bens já registrados são: o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras do Espírito Santo (artesanato de barro); o modo de fazer Viola-de-Cocho, no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; o Ofício de Baiana de Acarajé, em Salvador; o Samba de Roda, no Recôncavo Baiano; a Arte Gráfica dos Índios Wajãpi, do Amapá; Círio de Nazaré, em Belém do Pará; o Jongo, no Sudeste; a Cachoeira de Iauaretê, lugar sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri; a Feira de Carururu, em Pernambuco; o Frevo, em Recife; e o Tambor de Crioula, do Maranhão.

PROCESSO DE REGISTRO – Para que esse registro seja feito através do IPHAN, é necessário o encaminhamento de um pedido coletivo ao órgão, com a proposta de registro de um bem como patrimônio cultural brasileiro. “Esse pedido é encaminhado ao departamento que eu dirijo para uma análise preliminar da pertinência da proposta e depois é encaminhado à Câmara Técnica do Conselho Consultivo, a qual faz uma avaliação e entra em contato

Inventários Nacionais de Registro Cultural (INRC)

1. INRC do Círio de Nossa Sra. de Nazaré – Belém/PA;
2. INRC do Ofício das Baianas de Acarajé – Salvador/BA (CNFCP);
3. INRC da Viola-de-Cocho – MS/MT;
4. INRC do Jongo – RJ/SP (CNFCP);
5. INRC da Cerâmica Candeal/MG (CNFCP);
6. INRC Bumba-Meu-Boi/MA (CNFCP);
7. INRC do Museu Aberto do Descobrimento/BA.

Processos de Registro em Andamento:

Teatro Popular de Bonecos Brasileiro (Mamulengo);
Feira de São Joaquim, em Salvador/BA;
Empada ou Empadão de Goiás/GO;
Alfenim de Goiás/GO;
Arroz-de-Cuxá/MA;
Linguagem dos Sinos nas Cidades Históricas Mineiras/MG;
Queijos Artesanais de Minas/ MG;
Festival Folclórico de Parintins dos Bois-Bumbás Garantido e Caprichoso/PA;
Samba Carioca – Jongo/RJ;
Festa do Glorioso São Benedito de Angra dos Reis/RJ;
Sítio Histórico de São João Marcos/RJ;
Parque Ecológico Águas do Lajeado/SP.

INRC: Em Andamento:

1. INRC dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro, em Manaus/AM;
2. INRC da Ilha de Marajó/PA;
3. INRC do Tacacá/PA (CNFCP);
4. INRC das Cuias de Santarém/PA (CNFCP);
5. INRC da Farinha de Mandioca/PA (CNFCP);
6. INRC de Natividade/TO;
7. INRC do Centro Histórico de São Luís/MA;
8. INRC de Rio de Contas/BA;
9. INRC Rotas da Alforria – Cachoeira e São Félix/BA;
10. INRC da Região do Cariri/CE;
11. INRC das Festas do Largo de Salvador /BA(CNFCP, com recursos da Petrobras);
12. INRC das Comunidades Quilombolas de Pernambuco/PE;
13. INRC das Feiras do Distrito Federal/DF;
14. INRC do Congo de Nova Almeida – Serra/ES;
15. INRC do Bom Retiro – São Paulo/SP;
16. INRC da Festa do Divino Maranhense, no Rio de Janeiro/RJ (CNFCP, com recursos da Petrobras);
17. INRC do Povo Guarani – São Miguel das Missões/RS;
18. INRC do Sítio Histórico de Porongos – Pinheiro Machado/RS;
19. INRC da Viola Caipira do Alto e Médio São Francisco/MG;
20. INRC da Lapa/PR;
21. Levantamento de documentos sobre o Estado de Sergipe;
22. INRC Cerâmica de Rio Real/BA (CNFCP);
23. INRC dos Queijos Artesanais/MG;
24. INRC do Toque dos Sinos/MG;
25. **INRC da Arte Santeira do Piauí;**
26. **INRC das Comunidades Quilombolas do Piauí.**

Planos de Salvaguarda: Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi; Samba-de-Roda do Recôncavo Baiano; Ofício das Paneleiras de Goiabeiras; Viola-de-Cocho.

Nota: Informações atualizadas junto ao IPHAN-PI, em 20/06/2007

com os proponentes para definir a instrução do processo de registro”, diz Márcia Sant’Anna.

Essa instrução, segundo ela, inclui uma pesquisa histórica sobre o surgimento do bem, como ele se processa, por quais atores, onde, de que maneira, quais recursos materiais são utilizados na sua produção ou realização, quais os problemas enfrentados por essa expressão, entre outros. “É feito um amplo estudo, não apenas da história, mas também da atualidade, a sua vigência contemporânea, toda a complexidade do contexto cultural, social e ambiental com a qual ele está envolvido”, acrescenta.

Com base nessas informações, é feito um dossiê de registro, sempre acompanhado de uma síntese dessa pesquisa e por um documentário audiovisual e, se possível, também fotográfico e sonoro, dependendo do caso. “Esse conjunto constitui o processo de registro que é levado ao Conselho Consultivo, instância da sociedade dentro do IPHAN que julga, enfim, se o bem vai ser ou não declarado patrimônio imaterial do Brasil”, afirma Márcia Sant’Anna.

CRITÉRIOS – A pertinência do bem como referência cultural importante para o entendimento da formação da cultura brasileira; a possibilidade de riscos desse bem; e a disposição da população em preservá-lo são os critérios considerados para efeitos de registro do patrimônio.

O processo, no entanto, não determina uma padronização do patrimônio. “O registro prevê que esses bens são dinâmicos, se transformam ao longo do tempo e que

é preciso estar sempre acompanhando seu desenrolar na dinâmica cultural. Hoje é decidido que esse registro deve ser refeito no máximo em 10 anos para verificar possíveis mudanças e apoiá-lo de forma que ele não desapareça”, observa Márcia Sant’Anna.

Os bens registrados devem ser amplamente divulgados. O IPHAN forma, assim, um banco de dados, ao qual é dado acesso público; além de providenciar publicações e realizar exposições e seminários sobre esses bens.

Unesco tem importante papel

Desde 2001, a Unesco tem estimulado a identificação e preservação de patrimônios culturais, através da Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade, a cada dois anos, selecionando, por meio de um júri internacional, espaços e expressões de excepcional importância, dentre candidaturas oferecidas pelos países; do Programa de Tesouros Humanos Vivos, que estimula os países a criarem um sistema permanente de identificação de pessoas que possuem, no grau máximo, as habilidades e técnicas necessárias para a manifestação de certos aspectos da vida cultural de um povo e a manutenção de seu patrimônio cultural material.

Em 2003, após uma série de estudos técnicos e discussões internacionais com especialistas, juristas e membros dos governos, a Unesco adotou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, que regula o tema do patrimônio cultural imaterial,

complementando a Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972.

Bens do Brasil na Lista de Patrimônio Mundial da Unesco:

Parque Nacional do Jaú
Ouro Preto
Olinda
São Miguel das Missões
Salvador
Congonhas do Campo
Parque Nacional do Iguaçu
Brasília
Parque Nacional Serra da Capivara
Centro Histórico de São Luís
Diamantina
Pantanal Matogrossense
Costa do Descobrimento
Reserva da Mata Atlântica
Reserva do Cerrado
Centro Histórico de Goiás
Ilhas Atlânticas

Estados também podem ter iniciativa

Nove estados brasileiros já contam com uma política de proteção ao Patrimônio Cultural Imaterial. De acordo com Márcia Sant’Anna, a intenção é que esse trabalho seja feito de forma articulada. “Os governos, no entanto, devem apenas coordenar e possibilitar que a sociedade civil efetivamente se envolva”, sugere.

O Piauí conta com uma lei estadual de proteção ao patrimônio cultural. Trata-se da Lei nº 4.515, de 09 de novembro de 1992. Ela considera o Patrimônio Cultural constituído por bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da comunidade piauiense e que, por qualquer forma de proteção, prevista em Lei, venham a

ser reconhecidos como valor cultural, visando a sua preservação.

Integram, ainda, o Patrimônio do Estado, o entorno dos bens tombados, os bens declarados de relevante interesse para a cultura e às manifestações culturais existentes. Esses bens e manifestações podem ser de qualquer natureza, origem ou procedência, tais como históricos, arquitetônicos, ambientais, naturais, paisagísticos, arqueológicos, museológicos, etnográficos, arquivísticos, bibliográficos, documentais ou quaisquer outros de interesse das demais artes ou ciências.

O pedido de tombamento, por exemplo, poderá ser feito por qualquer cidadão, pelo Governo do Estado ou órgão que o represente na área, cabendo ao Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Fundação Cultural do Piauí (Fundac) receber o pedido e, apreciando-o, abrir o respectivo processo, instruí-lo e encaminhá-lo ao Conselho Estadual de Cultura para aprovação. Posteriormente o mesmo é submetido à homologação do Governador do Estado, que expede um decreto de tombamento.

De acordo com essa Lei, quando o bem ou manifestação cultural se revestir de especial valor e, pela sua natureza ou especificidade, não se prestar à proteção, pelo tombamento, o Governador do Estado poderá declará-lo de relevante interesse cultural. Essa declaração exigirá medidas especiais de proteção, por parte do Governo.

De acordo com a Fundac, estão sendo tomadas providências

para declarar a cajuína e sua forma de fazer como um bem de relevante interesse cultural do Piauí, atendendo aos preceitos da Lei Estadual. Após, com uma pesquisa mais densa e atendendo às exigências do IPHAN, será solicitado o registro no Livro dos Saberes.

IPHAN realiza inventários nacionais no Piauí

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional está realizando, neste ano de 2007, dois inventários nacionais de referências culturais no Piauí. Um sobre as comunidades remanescentes de quilombolas e outro sobre a arte santeira. Ambos visam uma ampla investigação, seguida de documentação e, posteriormente, o reconhecimento desses bens como patrimônios culturais brasileiros.

O primeiro trabalho, coordenado pelo historiador Ricardo Augusto, está em fase de levantamento preliminar e será realizado em 21 comunidades. “Serão investidos R\$ 90 mil nesse trabalho de documentação, que vai levar ao reconhecimento desses bens culturais pelo Estado”, afirma.

Segundo ele, o Piauí reconhece, há quase 10 anos, a comunidade Mimbó, em Amarante, como remanescente de quilombos. No entanto, a partir da ação da Fundação Palmares, houve um auto-reconhecimento das comunidades, apontando mais 130 comunidades remanescentes no Piauí, sendo que 15 dessas estão em processo de reconhecimento.

A Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas, cujo processo de articulação foi inicia-

do em novembro de 2006, busca o reconhecimento de todas as manifestações culturais dessas comunidades, em todas as áreas. “São exemplo o samba de cumbuca, no sul do Piauí; a capoeira dos quilombos, como forma de dança, luta e atividade política; assim como ofícios e modos peculiares de trabalho, como o de ervas medicinais”, cita o historiador. A Superintendência do IPHAN no Piauí assinou termo de cooperação técnica com o Inbra do Piauí, com o objetivo de desenvolver esse trabalho relativo ao INRC.

Tudo isso será investigado pelo inventário do IPHAN que, ao final, vai produzir um livro, dois documentários audiovisuais (um mais geral e outro sobre o samba de cumbuca) e um CD musical sobre a capoeira do quilombo. Além disso, dentro do inventário, será proposta a formatação de um Centro de Referências Culturais para impulsionar essas ações, numa parceria entre governos Estadual e Federal. Esse centro deverá funcionar no Casarão do Olho d’Água dos Negros, em Esperantina, que deverá ser conservado.

O inventário da Arte Santeira, em desenvolvimento pela Superintendência do IPHAN no Piauí, também está em fase de levantamento preliminar. Através de informações da Cooperativa Mestre Dezinho e da Associação de Artesãos do Piauí, estão sendo identificados os santeiros espalhados por todo o Estado. É um inventário diretamente relacionado com o ofício realizado, que objetiva documentar a forma de trabalho, as tendências dentro da arte

santeira, entre outros. Serão investidos cerca de R\$ 60 mil, permitindo ao IPHAN dar continuidade à pesquisa sobre a arte santeira, iniciada com o estudo e proposta de tombamento da Igreja Nossa Senhora de Lourdes, localizada no bairro Vermelha, em Teresina.

Essa proposta, segundo a superintendente regional do IPHAN-PI, Diva Figueiredo, visa reconhecer, na materialidade das obras de Mestre Dezinho, Mestre Expedito e Afrânio Castelo Branco, o marco fundador dessa escola de arte santeira no Piauí, considerando a Igreja e seu acervo patrimônio cultural brasileiro. O estudo de tombamento da Igreja Nossa Senhora de Lourdes está em fase de conclusão pela Superintendência Regional do Piauí, que deve em breve encaminhá-lo para apreciação ao Departamento do Patrimônio Material, Setor Jurídico do Instituto e Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para a decisão final.

Ainda no ano de 2006, foram realizados dois mapeamentos do-

documentais sobre o Patrimônio Imaterial do Piauí, sendo um pela Fundac e outro pela Fundação Museu do Homem Americano (Fumdhm). O da Fundac cobriu 7 municípios-pólos situados nas diversas regiões do Estado, exceto a região do Parque Nacional Serra da Capivara, centrado no Município de São Raimundo Nonato, que foi realizado pela Fumdhm. Nesse último, além da pesquisa documental, a comunidade do entorno do Parque foi contemplada com ações de fomento.

Diva Figueiredo informa que esses dois trabalhos inauguram as ações do IPHAN no Estado como parte da política de preservação ao patrimônio cultural de natureza imaterial. “Era preciso primeiro ter conhecimento do que existia já pesquisado e documentado sobre o universo das celebrações; ofício; formas de expressão; e lugares como feiras e locais de peregrinação”, comentou.

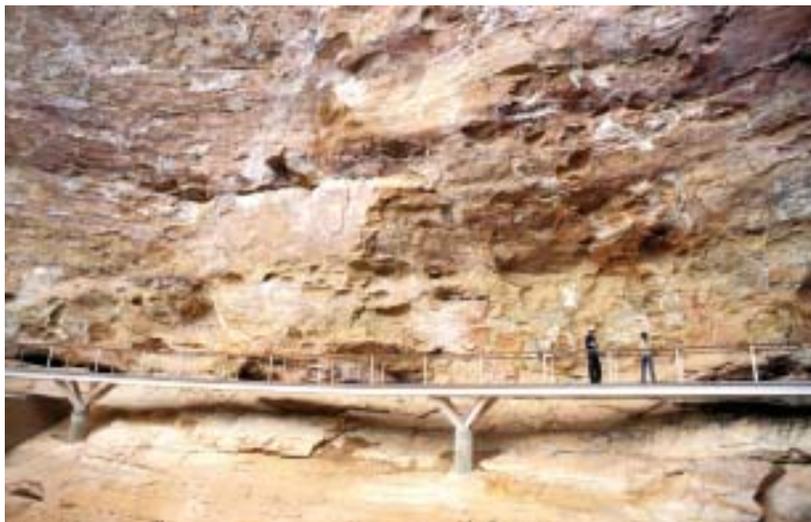
De acordo com a superintendente, essas informações são im-

portantes para a definição de prioridades de políticas nesse universo da cultura, “com o objetivo de produzir paralelamente desdobramentos em trabalhos de educação patrimonial e de divulgação, bem como ações prioritárias, visando o registro do Patrimônio Imaterial de manifestações culturais do Piauí”.

O IPHAN – PI começa a trabalhar com o universo do patrimônio imaterial, mas tem muito também o que fazer quanto ao patrimônio material e, segundo Diva, pretende-se trabalhar por ações integradas nesse sentido, uma complementando a outra, como no caso da arte santeira e do tombamento da Igreja Nossa Senhora de Lourdes. Para este ano de 2007 e o próximo, está em desenvolvimento um ambicioso projeto de propostas de tombamento federal de diversos sítios históricos do Estado, formando uma rede de cidades históricas. Os tombamentos dos conjuntos urbanos mais antigos do Estado, conforme observa a superintendente, têm sido há muito tempo adiados, à espera de um suporte técnico, administrativo e logístico mínimo frente à complexidade da tarefa de sua proposição e conservação.

A partir da criação da Superintendência Regional do Piauí em 2004, esta vem se estruturando para desempenhar melhor sua missão de proteger, promover e valorizar o patrimônio cultural brasileiro dessa região, tanto o de natureza material quanto o imaterial que se iniciam pela identificação e reconhecimento.

“Para a estruturação da Superintendência do Piauí tem sido



CCOM-PI

Parque Nacional da Serra da Capivara

decisivo o apoio recebido de toda a direção do IPHAN, especialmente do seu presidente, Luís Fernando de Almeida e dos diretores, Dalmo Vieira Filho, do Departamento do Patrimônio Material (DEPAM) e Márcia Sant’Anna, do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI)”, diz Diva Figueiredo.

FUNDAC realiza pesquisa documental

A Fundação Cultural do Piauí (Fundac) realizou no ano passado – em parceria com os campi da Universidade Estadual do Piauí (Uespi), das cidades de Teresina, Parnaíba, Piripiri, Oeiras, Picos e Valença – pesquisa documental do patrimônio imaterial do Estado, visando identificar, sistematizar e consolidar em um banco de dados os documentos de diferentes acervos localizados em vários municípios do Estado. O trabalho foi iniciado a partir de edital lançado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com quem a Fundac celebrou convênio para o desenvolvimento deste trabalho, voltado para todas as regiões do país.

Coordenada pela professora Maria do Carmo Veloso, a pesquisa consultou acervos em documentação bibliográfica, predominantemente livros, nos quais se identificaram referências culturais próprias do percurso histórico do Estado. “É um levantamento inicial que visa oferecer informações preliminares acerca de bens passíveis de serem inventariados”, observa Jairo Gomes Araújo, supervisor da pesquisa.



Mestre Zé Coelho do Balandê Baião, da Cidade de Mosenhor Gil

O trabalho verificou o acervo de 16 instituições disponíveis ao público. Ao todo, foram consultadas 123 obras e identificadas um total de 184 referências culturais.

A pesquisa mostrou que, apesar de significativos números de livros, os registros são pouco descritivos e superficiais, além de deixar de apontar referências importantes, como a produção de cajuína e a construção de casa de taipa. “A pesquisa revela urgente necessidade do inventariado, em pesquisa de campo, aprofundando as referências culturais do Estado”, acrescenta Jairo Araújo.

A professora Maria do Carmo Veloso comunga com a idéia do supervisor da pesquisa. “Temos a perspectiva de que se comece a inventariar de fato. Há acervos que podem ser trazidos a Teresina, assim como há acervos da capital que podem ser levados ao interior. Alguns trabalhos podem ser reproduzidos”, assegura.

Celebrações religiosas são destaque

Na investigação documental realizada pela Fundac, as celebrações se destacam, em especial as atividades religiosas do calendário litúrgico cristão e do calendário popular. São exemplos o Pastoril e o Reisado, durante o período natalino. Para a coordenadora, Maria do Carmo Veloso, existem muitas outras atividades do calendário popular que não são lembradas porque não são conhecidas. “Precisamos fazer com que elas sejam vistas, principalmente agora que podemos tratá-las como atrações turísticas. Estes lugares e acontecimentos precisam ser valorizados”, diz ela.

A Semana Santa é indicada pelas celebrações em Oeiras, onde apresenta características específicas, como a Procissão do Fogaréu e dos Passos da Quinta-Feira da Fuga, dentre outros.

Outra atividade identificada é o carnaval, caracterizado pela par-

ARQUIVO FUNDAC



Procissão do Fogaréu, na Cidade de Oeiras

ticipação de blocos carnavalescos. Em junho, as celebrações a Santo Antônio, São João e São Pedro – as conhecidas festas juninas – festejam a colheita em todo o Estado e são comemoradas com comercialização de comidas típicas. As festas são centralizadas no boi, fogueiras e quadrilhas.

Também são realizadas em todos os municípios do Estado as festas de padroeiros, também chamadas de “quermesses”, durante as quais, além do novenário e procissões organizadas pela igreja, são desenvolvidas atividades populares como o “pau-de-sebo”, por exemplo. Outras festas religiosas, como as rodas de São Gonçalo, de São Benedito e procissões populares também fazem parte das atividades culturais populares.

Atividades não religiosas e que fazem parte do cenário de práticas culturais no Estado, de acordo com a pesquisa, são as danças do Congo, Tambor, Coco, Cavalo Piancó e o Pagode.

Pesquisa repercute nas comunidades

Dentre as formas de expressão levantadas, predominam as

lendas. Em geral, são relacionadas à paisagem, personagens históricos, a ofícios, lugares e suas sacralizações, como a lenda do cabeça-de-cuia.

Outra rica expressão cultural, apontada pelos documentos inventariados, é o cordel piauiense, literatura popular cujos livretos são vendidos em feiras de todo o Nordeste. No Piauí, o repente, expressão oral do cordel, manifesta-se em desafios de violas apresentados nas fazendas, festas familiares e populares.

O mapeamento cita ainda os ofícios de vaqueiro, santeiros, artesãos, rendeiras, catadores de caranguejo, bandolins, medicina popular, dentre outros. Nas edificações, destacam-se os museus, igrejas, praças e mercados públicos. No que se refere a lugares, cruzeiros, almas, lugares de sacrifícios, acidentes geográficos,

assim como feiras e locais públicos, são considerados lugares/atividades desenvolvidas que geram sentidos diversos e particulares ao território.

Como resultado desse trabalho, em Picos, está sendo criada a Associação de Amigos do Museu, estabelecendo uma parceria com o Ponto de Cultura da cidade, especialmente interessados na pesquisa do patrimônio imaterial. Em Parnaíba, foram organizados grupos para aprofundamento da pesquisa, gerando parceria entre Uespi e o Ponto de Cultura “Um Ponto, Um Porto, O Tempo”, este localizado em área construída por patrimônio arquitetônico tombado pelo Estado.

A pesquisa já foi finalizada e entregue ao IPHAN. Para Maria do Carmo Veloso, a pesquisa é importante para a identidade do Estado. “Ela mexe com a identidade das pessoas e do coletivo. Além disso, a cultura imaterial tem a ver com inclusão social, porque são as camadas excluídas que preservaram estas culturas”, finaliza.



Reisado da Cidade de Boa Hora

ARQUIVO FUNDAC

POTENCIALIDADES DO PIAUÍ GERAM RENDA

A atividade artesanal é um bom negócio no Brasil, movimentando cerca de R\$ 28 bilhões por ano, o que corresponde a 2,8% do PIB. No Piauí, o setor destaca-se como responsável pela geração de renda de mais de 27 mil famílias. Somente no Município de Teresina, mais de 3 mil pessoas desenvolvem a atividade, números que crescem cada vez mais.

Cerca de 80% dos artesãos piauienses, de acordo com pesquisas do Sebrae/PI, moram na zona urbana. São as mulheres que se dedicam mais à atividade, com percentual de 75%, num cômodo improvisado em suas próprias residências, angariando renda, que é um complemento no sustento da família. As atividades de maior destaque são os bordados, a tecelagem, a cerâmica, a cestaria e trançado, a arte regional e santeira e as jóias em opala.

No Estado existem entidades de representação de artesãos com mais de 20 anos de atuação e com grande interesse em participar do processo associativo. Os municípios-pólo (Teresina, Parnaíba, Pedro II, Campo Maior, Monsenhor Gil, Floriano, Ipiranga do Piauí, Buriti dos Lopes e Morro da Mariana) dispõem de oficinas de artesanato cuja finalidade principal é informar, capacitar e transferir para os artesãos a





melhor tecnologia de produção/processo e design, gerando ganhos de conhecimento, apresentando, assim, um produto diferenciado e mais competitivo no mercado. Além das oficinas, os Municípios de Teresina e Parnaíba dispõem de unidades de apoio tecnológico, através de incubadoras de artesanato, conhecidas como INART.

No entanto, verifica-se uma reduzida participação dos artesãos em núcleos comunitários, associações, cooperativas, grupos de produção, principalmente por falta de orientação e esclarecimento do quanto pode ser vantajoso o ingresso nesses tipos de entidades, pois a maioria dos artesãos piauienses aprendeu o ofício por iniciativa própria, em cursos ou através do repasse de familiares por tradição.

O seu grau de esclarecimento é relativamente baixo. Cerca de 40% possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Somente 20% completaram o ensino fundamental, sendo que o grau de analfabetismo é de 2%. O fato de o

artesão ter um baixo nível de escolaridade pode contribuir para que os mesmos não se sintam à vontade em participar e em expor suas dúvidas. “Entretanto, hoje a gente percebe que esses artesãos não só tiveram a oportunidade de retomar seus estudos como muitos deles já estão, inclusive, ingressando na universidade, principalmente, no curso de Belas Artes”, comentou Rosa Viterbo, gestora de artesanato da unidade do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) da grande Teresina.

Mercado

A comercialização sempre foi o maior desafio para o artesanato, tanto no que se refere ao acesso ao mercado quanto à apropriação de ganhos financeiros pelo artesão.

Uma pesquisa nos mercados local, nacional e internacional considera as preferências dos consumidores, identificando ainda as principais tendências do artesanato em relação à matéria-prima, design e novos produtos. E, ainda, analisa as condições de comercialização, volume de vendas, condições de pagamento, frequência de reposição, valores mínimos e máximos para cada tipologia, assim como formatos, pesos e volumes máximos. Essa pesquisa que tem orientado a produção artesanal é, sem dúvida, essencial para a atividade.

Segundo Rosa Viterbo, atualmente, o artesanato focado na decoração tem grande aceitação no mercado, inclusive passando a exigir produtos diferenciados não

só pelos consumidores como também por profissionais de design, decoração e arquitetura.

A participação em eventos local, nacional e internacional contribui para a abertura de mercado e comercialização dos produtos, bem como as exposições e amostras, disponibilizadas pelas oficinas de artesanatos por meio do acesso a feiras e eventos nacionais e internacionais. A venda personalizada é pontual e mantém o artesão na responsabilidade do atendimento de encomendas.

Fonte de renda

O artesanato é fonte de renda única para muitas famílias piauienses. Um exemplo é o Pólo Ceramista do Poti Velho, onde cerca de 300 famílias se mantêm através da arte. As fábricas de tijolos, telhas, potes e filtros para água deram lugar a um verdadeiro centro comercial de artesanato, com uma grande variedade de modelos de vasos e peças decorativas, esculturas e bijuterias das mais simples as mais sofisticadas, com preços acessíveis.

Dentre essas últimas, chamam a atenção as bijuterias em argila, um verdadeiro destaque do fazer manual através das contas, fortalecendo a participação da mulher no Pólo Cerâmico. Fazem sucesso também as bonecas em argila Mulheres do Poti, focando a identidade local, representada pela mulher religiosa, ceramista, pescadora, fazedora de contas e oleira.

Construído através de parceria entre os governos municipal, estadual e federal, com apoio do

Feiras e eventos com a participação do Piauí

- Mostra Piauí Sampa – A Terra do Sol na Terra da Garoa, que mostra o Piauí em São Paulo;
- Feira Mão de Minas, em Belo Horizonte;
- FENEART, em Recife;
- Fashion Business, Paralela Gift;
- Casa Piauí Design, em Teresina;
- Piauí Art, em Teresina;
- Festival de Inverno, em Pedro II;
- Cachaça Fest, em Castelo do Piauí;
- Feira de Milão, na Itália;
- Feiras de Artesanato, na Espanha e Portugal;
- Mostras no México, Chile, Argentina e Uruguai.



Polo Ceramista do Poti Velho

Sebrae, o local conta com 27 lojas, cada uma com showroom, oficinas e estacionamento. “É uma obra que está mudando a realidade dessas famílias que sempre viveram do artesanato. As vendas aumentaram e, conseqüentemente, a renda das famílias também”, observa o presidente da Associação dos Ceramistas, José de Ribamar Morais da Paz.

A artesã Francisca Araújo que tem cinco filhos, e vive do artesanato há 7 anos, está animada. “Nossa vida aqui melhorou 100%. Estamos muito felizes. Nossas casas eram de taipa e barro. Agora temos uma loja e uma oficina de verdade. Já temos mais de mil peças produzidas. As vendas aumentaram em 40%”, comemorou.

Em Pedro II, onde o artesanato de tecelagem e a opala são destaques, os artesãos da terra se voltam para o mercado internacional. Juscelino Araújo Sousa, vendedor de jóias de opala, diz que cerca de 15% da produção é exportada para Alemanha, Estados Unidos e Portugal. “A rentabilidade é baixa, mas estão em execu-

ção projetos que contribuirão para o aumento significativo na qualidade, produtividade e comercialização”, afirma.

O volume exportado de opalas brutas ou lapidadas e amostras de jóias corresponde a aproximadamente US\$ 50.000 por ano. Juscelino comentou que o Governo do Estado está incentivando através dos projetos implantados e que estão melhorando a estrutura de toda a cadeia produtiva local.

Ação conjunta

De acordo com gerente de artesanato do Sebrae, a parceria tem sido o ponto forte para o desenvolvimento do artesanato. Entre inúmeras ações, o artesanato piauiense tem recebido o apoio do Governo do Estado para a comercialização, através do Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Piauí (Prodart); da prefeitura municipal de Teresina, através da Fundação Wall Ferraz e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Semdec); da Fundação Banco do Brasil; em parceria com as associações e coo-

perativas de artesãos que, conscientes do seu papel, têm investido no aprender a aprender, aperfeiçoando suas características empreendedoras.

Para Rosa Viterbo, o resultado dessas parcerias é o sucesso de eventos como o Casa Piauí Design, Festival de Inverno de Pedro II e a Mostra Piauí Sampa. “Ações estratégicas de iniciativa do Sebrae dinamizam e potencializam o artesanato piauiense, consolidando essa atividade como um dos segmentos mais importantes do Estado.”

Além dos eventos, outro ponto forte da ação do Sebrae são as missões técnicas que promovem a troca de experiências através do contato com segmentos artesanais de outras praças. “Com isso, permitimos que o artesão fortaleça o seu entendimento quanto ao desenvolvimento do processo na cadeia produtiva desde a ação inicial do artesão, passando pelos lojistas até o consumidor”, afirma. Destaca-se ainda o processo de divulgação no portal do Sebrae; em CDs; e catálogos.

PESQUISA REVELA CARACTERÍSTICA LOCAL DOS FOLGUEDOS

O Encontro Nacional de Folguedos, realizado pela Fundação Cultural do Estado (Fundac), todo mês de junho, em Teresina, tem característica predominantemente local, apesar de trazer atra-

ções culturais de diversos estados e movimentar grande volume de recursos financeiros na capital. A informação foi revelada pela Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí

(Cepro), através de pesquisa feita durante o XXXI Encontro, ocorrido em 2007.

O trabalho foi solicitado pela Fundac, com o objetivo de dimensionar as reais condições de

CCOM-PI



Coral de Vaqueiros

estruturas e geração de ocupação e renda durante o Encontro, bem como o perfil e opinião do público.

Mesmo tendo reunido dez estados brasileiros, com mais de cinco mil brincantes, divididos em 163 grupos, a quase totalidade do público e de comerciantes é originária do Piauí; evidenciando a característica do XXXI Encontro Nacional de Folguedos como tipicamente local. Pois, das 150 mil pessoas que visitaram o evento durante dez dias (16 a 24 de junho), 95,3% são piauienses, sendo que 93,5% são da cidade de Teresina, e 85,5% dos comerciantes das 215 barracas e ambulantes cadastrados são teresinenses.

Para o assessor da Fundac, Jairo Gomes, “apesar do grande público presente, a ausência de um número maior de pessoas de outros estados pode ser observada pelo fato de a campanha publicitária ainda ser tímida, realizada já próxima ao evento e não atingindo outros estados. Para tanto, é necessário que divulguemos ao menos em jornais e revistas de circulação nacional.”

Com relação ao perfil dos visitantes, houve maior presença das mulheres (52,6%) e mais da metade (68,4%) do público utilizou carro próprio para chegar ao local do evento. Já sobre os vendedores, 80,9% eram proprietários dos respectivos comércios, sendo que o ofício de barraqueiro foi identificado como uma ocupação permanente para 70,4% dos entrevistados. Mais da metade (60,5%) das pessoas que trabalharam em uma mesma barraca ou venda ambulante estava entre familiares.



Barraca de Comidas Típicas

Quanto à estrutura, 84,2% do público acharam suficiente o espaço físico disponibilizado para o evento. Sobre as atrações culturais, 52,6% consideraram como boa e 26%, ótima.

Indagados sobre a qualidade dos alimentos, 51,2% dos frequentadores dos folguedos consideraram como boa e 33,5%, ótima. No entanto, a maioria (57,7%) reclamou dos preços elevados, e 40,9% consideraram normal.

Economia

O Encontro Nacional de Folguedos não é somente atração cultural. O evento traz resultados positivos para economia do Estado. Por isso, a presidente da Fundac, Sônia Terra, solicitou que fosse feita também uma pesquisa econômica dos Folguedos.

Com relação à compra e venda de produtos e alimentos por parte dos barraqueiros e ambulantes,

no período dos dez dias do evento, a pesquisa revelou a movimentação financeira de R\$ 867.892,97. Isso evidencia que o Encontro Nacional de Folguedos é um evento que, além de divertir, gera trabalho e renda. “Além do aspecto cultural, é fato que os folguedos também têm uma grande importância econômica para o Estado, uma vez que gera ocupação e renda para centenas de famílias”, disse Sônia Terra.

Para se ter uma idéia da grandiosidade do evento, o levantamento da Cepro realizado junto aos comerciantes revelou que somente de carne (bovino, ovino, suíno, caprino) mais de 9 mil quilos foram colocados à disposição dos visitantes. O resultado foi a venda de milhares de porções de comidas típicas, como churrasco de caprino, panelada, sarapatel, carne-de-sol, maria-isabel e paçoca.

DEBATE

CARTA CEPRO

REALIZAÇÃO:



PROMOÇÃO:



IDENTIDADE CULTURAL DO PIAUÍ

Identidade é o conjunto de caracteres próprios e exclusivos com os quais se podem diferenciar pessoas, animais, plantas e objetos inanimados uns dos outros, quer diante do conjunto das diversidades, quer ante seus semelhantes.

Dentro da psicologia, é o funcionamento do indivíduo no sentido biopsicossocial, ou seja, suas emoções, pensamentos e comportamentos de acordo com o ambiente em que vive, com a sua maneira de entender o mundo e com sua genética. É ainda o resultado das influências internas e externas ao longo da vida da pessoa.

Cultura é entendida como o conjunto de costumes, de instituições e de obras que constituem a herança social de uma comunidade.

Assim sendo, a identidade cultural é vista como uma forma de identidade coletiva característica de um grupo social que partilha as mesmas atitudes e está apoiada num passado com um ideal coletivo projetado. Ela se fixa como uma construção social estabelecida e faz os indivíduos se sentirem mais próximos e semelhantes.

Diante da globalização, a preservação da identidade cultural não parece um processo simples. Por isso, a Fundação Cepro levou esse tema para o Debate Carta Cepro, realizado em parceria com a Rádio Pioneira de Teresina, dentro do Programa Painel da Cidade, conduzido pelo radialista Joel Silva. A seguir, os momentos principais do debate que teve como participantes a professora Conceição Lage, da Coordenação de Arqueologia da Universidade Federal do Piauí, e o vereador e humorista João Cláudio Moreno.

Joel Silva – Quanto à identidade cultural e ao desenvolvimento, como é que podemos entender o perfil brasileiro e, particularizando, o Estado do Piauí?

Conceição Lage – Ao falar de identidade cultural temos que levar para o plural: no Brasil, são identidades. Por exemplo: o Piauí tem um diferencial em termos de identidade cultu-

ral que é justamente essa, a arqueológica, não só em números de locais que foram habitados pelo homem pré-histórico, mas também pela antiguidade.

Então, falando de identidade cultural do Brasil, do Piauí e desenvolvimento, acho que deve ser via Arqueologia, via Pré-História. Quando a gente observa a maravilha que o homem que viveu aqui, antes da chegada do colonizador, fez e deixou, a forma de vida dele, preservando e respeitando o meio ambiente, completamente integrado com o meio; as culturas, a maneira como ele lascou a pedra com retoques idênticos, por exemplo, ao que aconteceu com aquele homem mais desenvolvido da Europa. Nós temos essa via de desenvolvimento e acho que é um desenvolvimento diferenciado, via um turismo diferenciado, cultural, turismo onde a gente possa trazer pessoas interessadas em estudar, pesquisar, aquele turista que vem interessado pelo saber, em conhecer e entender como que o homem chegou no continente Americano.

Joel Silva – João Cláudio, qual o sentimento e o nível de empolgação que você tem com esse assunto (identidade cultural)?

João Cláudio – Esse assunto é empolgante e há uma necessidade pre-

mente de debatê-lo em todos os espaços. No espaço político, no espaço das escolas, e é uma preocupação muito recente, porque você sabe que nós forjamos a nossa história com uma baixa auto-estima muito grande.

Esse é um fator psicológico que afetou o modo de contar nossa história. Foi um processo cheio de lacunas de omissões, de vergonhas, de culpas, de medo, de constrangimentos. Por isso nós fomos tão ridicularizados no cenário nacional, e isso é uma coisa muito dolorosa e é um aspecto do nosso atraso. E o que seria esta identidade tão falada? Essa identidade que dá o passaporte para uma pessoa ter uma auto-estima que influencia, que contagia, em todos os níveis, subjetivo e no coletivo. O que seria esta identidade? Quando Paulo José Cunha escreveu um livro sobre o Piauiês, que são os vocábulos que só se falam aqui, ele me pediu um prefácio pra esse livro dele. Eu me lembro que na época escrevi um negócio que não sei de onde tirei. Dizia assim: identidade é aquilo que se forma quando não nos dão nada e o que fica quando nos tiram tudo. Então é muito difícil para um país periférico da América Latina, pobre, concorrer com a cultura de massas, essa cultura estrangeira, principalmente na época da globalização, e muito mais difícil para um Estado pobre, para uma província, isolada, longe dela mesma. Porque o Piauí é longe até dele mesmo. Você indo de Teresina para Corrente são 900km, não tinha estrada, tão fazendo agora. E nesse processo civilizatório, de colonização, todo estancado, não foi como o contrário dos outros lugares onde aquele processo começou e foi até o fim, marcado, pautado por uma atividade econômica do gado, do couro, que dá uma certa letargia, porque o vaqueiro solta o seu gado, ele sai e no final da tarde volta, e volta para ruminar o que começou nas pastagens; e o vaqueiro, sentado da rede de tucum para a preguiçosa, na porta do alpendre, ruminando. Ele não tem aquela andança, aquele sentimento mercadológico

de outros estados que tiveram ouro, cana-de-açúcar. Mas, por outro lado, criaram uma cultura e uma Antropologia muito próprias. Este reino extenso dos vaqueiros do Piauí, onde todos somos descendentes de vaqueiros: o pai, o filho, o avô, o bisavô. Quem não é vaqueiro, o pai foi vaqueiro, o avô foi vaqueiro, o bisavô, e nós não podemos renegar esse aspecto.

O Visconde da Parnaíba, por exemplo, que era o nosso representante mais notório da nossa oligarquia, era um vaqueiro. O Zé Expedito Rego até escreveu um livro: “Vaqueiro Visconde”. O governador atual, Wellington Dias, é filho de vaqueiro. No discurso da posse dele, disse que o sonho dele era ser vaqueiro. Isso era uma auto-afirmação. E esta cultura do vaqueiro, isolada, vamos dizer, de toda sofisticação européia, de todo grande centro urbano. Esse isolamento que só nos possibilitou ter uma escola em 1818, eu acho isso muito fundamental para entender o povo do Piauí. Enquanto Manaus já tinha a sua escola, enquanto Recife já era um grande centro cultural, enquanto São Luís era Atenas brasileira, Salvador irradiava cultura, nós ainda não tínhamos uma escola, só tentativas dos padres jesuítas de fazerem uma escola de alfabetização. Isso deve ser um fator levado em conta para entender um pouco do nosso atraso, despovoado. Imagine que o Município de Ribeiro Gonçalves tem a área do Estado de Sergipe, agora não mais porque foi desmembrado. Despovoado, porque você anda quilômetros e vai ver que não tem uma casa nem de um lado nem do outro. Então criamos uma cultura muito tosca, rude, rústica, que as pessoas, às vezes, confundem com uma cultura pobre e na verdade é uma cultura própria. Muito própria, baseada no quanto é próprio e particular o clima, a vegetação a terra, essa transição entre o Nordeste e a Amazônia que nós temos, e outros processos que a história foi revelando, como o fato de ter uma capital no interior, enquanto as outras estão no litoral. Um linguajar mais próprio e aí se nós não temos uma litera-

tura piauiense, como podemos caracterizar uma literatura gaúcha, outra baiana; ou se nós não temos uma música piauiense, como podemos caracterizar uma música maranhense ou baiana. Se nós não temos, nós temos outros aspectos que são pressupostos para isso, e não estou fazendo aqui uma linguagem de retórica.

Nós estamos começando agora. Uma capital que tem 153 anos, quer dizer, uma capital recente. Um Estado que tem 300 anos de evolução social, enquanto o Brasil tem 500 e, outra coisa, um processo colonizador todo interrompido. Resgatar nossa identidade agora é mais difícil porque estamos no momento de globalização cultural, onde o grande sobrepõe em detrimento do menor, do menos favorecido, do mais pobre.

Joel Silva – O que fazer para preservar os valores culturais do Estado do Piauí, professora Conceição Lage?

Conceição Lage – Recentemente, tivemos, na Universidade Federal do Piauí, uma defesa de mestrado sobre índios do litoral. A gente fala que o Piauí não tem índios. Não tem índios? E os descendentes desses índios, estão onde? Essa dissertação de mestrado virou um livro, que é o “A História Negada”, de Jóina Freitas Borges. Ela escreveu esse livro que mostra que aquela região foi muito habitada no passado. Nós temos sítios também ali, inclusive, vestígios não muito antigos que, pra Jóina, são de índios Tremembé. Esses índios que depois ficaram e hoje vivem apenas ali no Ceará, mas, na realidade, habitaram todo esse litoral do Ceará ao Maranhão. E outra coisa, nessa defesa, ela sustenta que eles brigaram, não deixaram ser dominados, eles eram realmente lutadores, guerreiros, e não permitiram por durante 200 anos que o francês tomasse de conta do litoral.

Joel Silva – João Cláudio, suas considerações.



Joel Silva

João Cláudio – Há uma lacuna enorme na bibliografia, quer dizer, se escreveu pouco sobre a história. Temos o F.A. da Costa que nem era do Piauí, temos o Odilon Nunes, temos o Monsenhor Chaves, temos o Abidias Neto, mas se escreveu muito pouco e ainda assim há espaços que não foram explicados, de como essa nossa glória foi adiada, como o nosso sucesso, aquilo que tanto esperávamos foi sempre colocado novamente num outro ponto, mais além, mais adiante. E outras coisas que precisam ser explicadas, de genocídios terríveis, das mortes desses índios na colonização do Piauí, que é um épico muito bonito e que ninguém falou. Ninguém fala da maneira como o índio piauiense resistiu bravamente à colonização e à escravidão. No livro do Carlos Eugênio Couto diz: “o índio piauiense tinha índole preguiçosa porque resistiu ao trabalho e à escravidão mais que em outros lugares, resistiu ao trabalho e à influência dos colonizadores mais que em outros lugares do Brasil”. Ora, eu digo muito isto: se for preguiça resistir à escravidão, dessa preguiça eu tenho certo orgulho. Agora, essa formação piauiense, eu vou bater muito na tecla da questão da auto-estima. Digamos que há cinco causas enormes para o nosso atraso. Primeiro tomar consciência do nosso atraso. Em 1953, Paulo Francis escreveu um livro chamado “O Afeto em que se Encerra”, onde em 12 páginas ele acaba com a imagem do Piauí. É uma imagem do Piauí negativa, difícil

de se reverter tanto a mim como a Frank Aguiar, como outros artistas que andam por aí fazendo show. Difícil de reverter porque a opinião do Paulo Francis foi dada de forma concreta, foi abalizada, muito bem dada numa época em que aquilo que ele dizia, isso que é mais doloroso, tudo aquilo não era mentira, era verdade. Outro dia eu tavendo “big brother”, uma concorrente, que é de Fortaleza, dizendo que Teresina é o pior lugar do mundo, é um lugar muito quente e aquilo me magoou muito pelo seguinte: é de fato muito quente, mas não é o pior lugar do mundo. E outra coisa, às vezes, nós tentamos criar artificialmente um status, um marketing, uma imagem, uma identidade para o povo, pra uma cidade e aquilo é impossível de se criar. O Vale do Jequitinhonha na região de Minas é a região mais pobre do mundo, é como a Etiópia, é mais pobre que regiões mais pobres do Piauí, e tem uma cultura popular intensa e rica e que sofre um estrago. Mas aí ela é beneficiada pelo isolamento. No nosso caso nós fomos prejudicados pelo isolamento, nós fomos perdendo a consistência daquilo que produzimos e consumimos. Então eu acho que se há tanto isolamento como há pobreza material, como há lacuna na nossa bibliografia, se eles não conseguem encontrar os livros do Da Costa e Silva é pelo fato de a escola chegar por aqui muito tarde.

Há também, digamos assim, a casta política, a definição política muito oligárquica, muito atrasada, tanto do ponto de vista intelectual quanto do ponto de vista emocional. Aquela emoção que movia os trabalhos científicos do Darci Ribeiro, por exemplo, de achar que o povo brasileiro é uma coisa diferente dos trópicos, uma raça diferente pela mistura, pela maneira de ser. E é mesmo, é um negócio que só o brasileiro pode encontrar determinadas soluções para essas coisas. Também o ciclo econômico que nós não tínhamos, como eu falei ainda há pouco do gado, também a questão da estrutura agrária feudal, a estrutura

fundiária ainda feudal que você vê no sul do Estado e no extremo sul, uma pessoa detém um milhão de equitares de terra totalmente despovoada. Você vai a Canto do Buriti, a Corrente, não vê uma pessoa nem de um lado e nem do outro do Piauí. O Piauí todo tem dois milhões e novecentos mil habitantes. É a população da grande Fortaleza. Agora há uma preocupação enorme que chamo a atenção: nós temos que localizar esses aspectos e lutar por eles e preservar. A professora Conceição fez referência ao Parque Serra da Capivara. Você quer um marketing melhor, uma definição melhor de identidade, um turismo, alguma coisa que engrandeça mais uma terra do que ter o berço da humanidade, teorias que revolucionam as outras pré-existentes. E nós praticamente chutamos isso aí. Nós não tomamos partido. Em Petrolina eu vi restaurantes da Serra da Capivara, venda da cerâmica da Serra da Capivara e de postais. Petrolina assume a Serra da Capivara muito mais que nós.

Você quer, por exemplo, outro aspecto do Bumba-Meu-Boi, que hoje é um cartão de visita do Maranhão. Ele é uma manifestação mais oriunda daqui, naturalmente porque aqui era a área criadora do gado, toda esta cultura do gado; de objetos que têm valor de utensílios como a gamela, a coité, cocho, como o curral de carnaúba; como a arquitetura piauiense típica, como essas casas que estão desaparecendo, clássicos da arquitetura rural do Piauí, casa que não teve influência da Europa, que não teve azulejos; não vai ter vitrolas, o móvel colonial, vai ser um negócio rude mesmo, tosco. A casa mais sofisticada é a casa do Barão de Gurguéia na Praça Saraiva. Você vê que é uma casa rude, tosca.

Quando fui Secretário de Cultura na gestão do Heráclito Fortes, veio uma arquiteta da Fundação Roberto Marinho. Eu falava da casa e quando ela chegou teve uma decepção enorme, porque estava acostumada com o

barroco mineiro. Ela olhou e achou uma porcaria, sim ela pode achar, mas a nossa arquitetura é diferente, não é inferior. E, assumindo isso, você tem meio caminho andado para construir uma boa auto-estima e aí definir uma identidade que lhe salve do atraso, da humilhação, da sua glória ultrajada.

Joel Silva – Como se constrói a identidade, professora Conceição Lage?

Conceição Lage – Eu concordo com o João Cláudio quando ele fala da questão da auto-estima do piauiense. Acho que, em primeiro lugar, a gente precisa trabalhar realmente a auto-estima do piauiense. João Cláudio, não sei se você já teve a oportunidade de ler o “Quatro Rodas” quando fala de Teresina. O que diz sobre Teresina? É quase uma cidade a evitar, né? É a cidade mais quente, cheia de o que eles chamam “pardal”, que é o radar. Ou seja, não se procura trazer o turista para Teresina, não se procura valorizar nossa cidade, porque ali mesmo diz que se evite, porque é muito quente. Existem no mundo cidades bem mais quentes que Teresina e que são visitadas. Por exemplo, nós já recebemos aqui, várias vezes para fazer trabalhos em conservação de culturas rupestres, especialistas da França que viajam o mundo inteiro. Inclusive um deles me disse que Teresina é uma cidade agradável, muito bonita, é bem menos quente e úmida que, por exemplo, Sidney, na Austrália. Isso tudo é pra falar que a identidade é formada naturalmente. Agora da maneira como a gente divulga essa identidade cultural é que vem a diferença. Eu citei esse exemplo do “Quatro Rodas” pra mostrar que identidades culturais nós temos, mas a maneira como a gente vem trabalhando essa nossa identidade ou essa nossa marca é que precisa ser melhorada.

João Cláudio também citou a questão da Serra da Capivara e a cidade de Petrolina. Petrolina tomou de conta, não tenha dúvida. Hoje, você

pode ver, faça um levantamento do número de visitantes que chegam na Serra da Capivara e quantos chegam por Teresina, a maioria chega por Petrolina. O aeroporto de Petrolina, não sei como é que está em número de vôos, mas já tem toda uma infra-estrutura que lhe permite sair direto e visitar o Parque. Por exemplo, se alguém chegar aqui em Teresina, será que vai ter esse tipo de informação no nosso aeroporto, na nossa cidade? Aí vem uma outra questão: será que Teresina não tem patrimônio, uma identidade cultural não foi construída para Teresina, também? E a nossa floresta fóssil? O que as autoridades estão fazendo pela nossa floresta fóssil? A nossa floresta é mais antiga que os dinossauros, os troncos que restaram estão em posição de vida, estão em pé, o que significa que a floresta era ali e que tem uma idade simplesmente de 280 milhões de anos. Porque tronco rolado é comum, você pode encontrar em vários locais, mas em posição de vida, de origem, é muito raro. E o que a gente tem feito? Infelizmente, o que vi recentemente foi um jardim de um tremendo mau gosto, que foi construído, colocando umas bromélias.

Joel Silva – Então, para a senhora, a construção da identidade se dá na divulgação de valores, em como projetar esses valores. A questão é repassada para o João Cláudio: se a identidade é algo construído, como se constrói a identidade?

João Cláudio – Primeiro, nós temos identidade cultural? Temos. Ela não é forte. Se nós tivermos um referencial de outros, ela não é forte. É preciso ser resgatada? Sim. Ela se forma naturalmente? Sim, é um processo natural, não é um processo artificial. Mas ele pode ser ajudado, inclusive, com políticas públicas, com políticas culturais, políticas de comunicação, pelo incentivo e o recurso do marketing. Mas, nós estamos perdendo.

Teresina tem uma floresta tropical na Socopo, que outras capitais não têm. Aquilo é uma bênção, e ela hoje está praticamente estuprada pelas invasões, pelo processo de ocupação desordenada, para fins eleitoreiros. Teresina tem o artesanato de madeira que é único no Brasil, tem a obra de Afrânio Castelo Branco. Tem os painéis do Nonato Medeiros que poderiam ser multiplicados. Não é um processo natural, é um processo estimulado que, aos poucos, vai criando uma identidade da qual a pessoa se orgulha.

Teresina tem a Igreja da Vermelha, um conjunto belíssimo com as primeiras peças do Mestre Dezinho e também do Afrânio Castelo Branco. Mas é preciso que um intelectual, um crítico de arte, que tenha espaço na mídia nacional possa conhecer a Igreja da Vermelha.

Eu me lembro que o Cineas Santos levou o embaixador Alberto da Costa e Silva, filho do Da Costa e Silva, e depois o embaixador levou o Zé Guilherme Melquior que escreveu um trabalho sobre a Igreja da Vermelha. Mas nós passamos ali diariamente, olhamos aquilo e não damos nenhum valor, mas de repente alguém começa a dar valor.

O Parque de Sete Cidades é de uma originalidade ímpar. Porque ele não é melhor que o de Vila Velha no Paraná? Aquelas formações rochosas é um campo de serrado e caatinga misturado, uma transição belíssima. E quando você vai daqui pra lá, você vê em Campo Maior aquela paisagem de sonho que o Odílio Costa Filho descreveu. Jorge Amado descreveu, e muita gente descreve, e que deixa extaseados por causa da sua beleza todos estrangeiros que ali passam. Ali você tem cerrado, gramínea e carnaubal, é uma simbiose. Aquilo deveria ser Parque Nacional também para que não se construíssem motéis daqui pra lá, porque os motéis são horríveis arquitetonicamente, são grotescos.



Conceição Lage

A nossa cajuína, por exemplo, o Ceará está roubando e explorando como marketing dele. O Caetano Veloso, quando se refere na canção dele “cajuína cristalina em Teresina”, não estava preocupado em promover um aspecto cultural de Teresina, era uma questão de uma poesia subjetiva. Foi na casa do pai de Torquato Neto. Ele estava depressivo fazendo show aqui. Choraram, falando do Torquato. O pai dele serviu uma cajuína e entregou uma flor, e ele fez aquele poema belíssimo. E aquilo se tornou uma identidade. O pessoal pensa mesmo que é uma homenagem a Teresina.

Talvez a Bahia possa ter uma vocação do vaqueiro mais importante que o Piauí, pois os nossos vaqueiros vieram de lá, mas o nosso mundo é o mundo do vaqueiro. Inclusive forjou uma sociedade mais democrática do que, por exemplo, a das casas de engenho do açúcar, porque o vaqueiro não é um empregado, o vaqueiro é um sócio do patrão de cinco reses. Quando eu digo isso, dizem: você tem uma visão muito romântica. Havia também a exploração do latifúndio, das oligarquias dos vaqueiros. Mas só que o oligarca, o dono da fazenda, era um vaqueiro que se deu bem na vida. E ao redor do vaqueiro há toda uma cultura na sua maneira do canto, na construção melódica do aboio, do curral, da casa, dos utensílios, da fala, das manifestações culturais, da dança, da literatura que surgiu ali. E agora lá no Ceará, no centro do Dragão do Mar, eles

fazem exposições periódicas sobre o vaqueiro, já me pediram até um texto. Aqui nós não fazemos nada.

Então eu acho, Joel, que a identidade é um processo natural, mas que precisa ser estimulado. Por exemplo, dividir o Piauí seria um golpe fatal na auto-estima do piauiense, seria um golpe fatal na construção de uma identidade que está dando passo, não está consolidada. Para nós, é muito importante saber que o Delta fica no Piauí e que o berço da Capivara também fica. Se fosse por isso, iríamos dividir em quatro o Amazonas, que dá mais ou menos nove estados do Piauí dentro do Estado do Amazonas.

Joel Silva – João Cláudio, você aborda a questão do vaqueiro. E o couro, que relação tem com o Estado do Piauí. Que tipo de atitude devemos tomar para que aquilo que é piauiense possa ter efeito na riqueza daqui?

João Cláudio – A nossa civilização é a civilização do couro e que precisa ser conhecida, desdobrada e divulgada, como tem a civilização do açúcar, a civilização do ouro. Primeiro temos que tomar uma posição de acordar da nossa pobreza. Quando falo isso, sou muito criticado: “mas você faz um discurso de que somos pobres”. Faço para que a realidade seja enfrentada e transformada. Se você pegar as igrejas ricas do Piauí e comparar com as igrejas ricas de Pernambuco e da Bahia, não dá pra competir porque lá eles tinham dinheiro.

Acho que temos três caminhos aqui: couro, rio e a carnaúba. Essa dádiva que é um rio que criou uma antropologia muito própria. Todo o Estado está ali interligado ao rio, que depois da barragem de Boa Esperança ficou sem suas eclusas em funcionamento e deixou de ser navegável. Toda uma história do comércio, de desenvolvimento das cidades que estão aqui, para cada lado do Piauí tem uma correspondendo do lado do Maranhão, sendo que as nossas do

Piauí sempre foram mais desenvolvidas. Por exemplo, Timon é menos que Teresina, São Francisco é menos que Amarante, Barão de Grajaú é menos que Floriano e assim por diante.

Joel Silva – Professora Conceição Lage, como difundir nossos valores, que parece não termos consciência da sua imensidão e onde começar a adquirir essa consciência?

Conceição Lage – Eu acho a constituição do Piauí complicada, é um Estado comprido, estreito. A sua formação geológica e sua vegetação fizeram com que se criassem sempre populações com modelos de vida diferenciados dentro de um pequeno espaço, estreito e comprido. Isso com certeza dificultou muito. Por exemplo, o pessoal do sul reclama, até fala da divisão do Estado, porque eles se sentem abandonados.

Joel Silva – A senhora é uma divisionista?

Conceição Lage – Não. Em hipótese nenhuma. Inclusive, eu visitei aquela região de Uruçuí e acho que está nascendo uma nova identidade, mas muito mais voltada à destruição do que à construção e fiquei muito triste. Eu questiono sempre: o que o Piauí ganha com isso? Com aquela história da soja, da devastação total dos cerrados que acontece naquela área. Eu sou contra esse tipo de atitude porque acho que vamos pagar muito caro.

João Cláudio – Joel, você me perguntou sobre os efeitos da globalização. Para mim, a globalização é uma tragédia. Agora, assim como a morte e a velhice ela é inevitável. Nós temos que nos adaptar à globalização. Eu costumo dizer que, no final das contas, o efeito corrosivo da globalização vai nivelar todos numa só língua, numa só cultura, numa só maneira de pensar, notadamente numa filosofia mercadológica do consumo. Você tem que produzir mais para

consumir mais e sua meta tem que atingir e ganhar mais dinheiro. Se você não produz nem consome, você está fora da ordem mundial, como estão os 800 milhões de pessoas na África. Quando se fizer todo esse esforço artificial do poder, do dinheiro, tenho a impressão que o Estado vai até sumir, desaparecer. O direito do Estado e o direito coletivo vão ser substituídos pelo direito dos grandes grupos. O que está valendo é o dinheiro. Os outros valores éticos, morais, coletivos, políticos, da arquitetura, da beleza ou da tradição, isso cai tudo por terra.

Então, eu acho que quando tudo estiver acabado, dois lugares vão sobreviver com alguns aspectos culturais muito fortes: um é o Afeganistão e o outro é o Nordeste brasileiro e, dentro do Nordeste brasileiro, inicia no Piauí, querendo dar a ele, embora tenha o caráter de transição mesmo na sua Antropologia, na sua Sociologia, no seu processo histórico, no clima, na vegetação, na maneira de ser, dar a ele o caráter definido. Eu sou o que? Eu sou o Meio-Norte do Brasil.

A minha piauiensidade ela se exacerba para que eu possa influenciar pessoas como formador de opinião, depois de eu ter feito um mergulho muito íntimo, muito profundo no Piauí. Preciso ir ao Delta, preciso ir a Santa Filomena, preciso conhecer a obra do Dobar, preciso conhecer Da Costa e Silva, preciso conhecer os artesãos, preciso ir a periferias das cidades para ver naquela simplicidade, originalidade, daquela maneira de dizer as coisas. Eu preciso não ter vergonha do meu vocabulário antiquado. Então esses aspectos enobrecem, e isso é um processo natural de resistência contra a globalização.

Conceição Lage – Nós precisamos valorizar o que temos como patrimônio construído, patrimônio material, patrimônio imaterial, sobretudo, pra gente se proteger dessa globalização que realmente é inevitável. Nós estamos nesse meio. Então o que a

gente precisa é fortalecer nossa identidade, nosso patrimônio, nossa cultura, o que a gente tem de importante e que precisa ser preservado no nosso Piauí. Pra nos proteger, porque senão a gente vai começar a falar da maneira como o gaúcho fala, o carioca...

Joel Silva – Suas considerações finais, João Cláudio.

João Cláudio – Esse é um tema muito exclusivo que norteia toda a minha vida e carreira como artista. Acho que o humor é uma forma de dizer coisas muito sérias e profundas. Em 17 anos de carreira, muitas vezes fui muito incompreendido, porque muita gente diz pra mim: mas você em seu palco anarquiza com o Piauí. É exatamente o contrário, é uma crítica em que você recebe o grande escândalo social e cultural. E o grande escândalo social e cultural, primeiro, é uma situação incômoda, é a situação injusta em que o Piauí é renegado no cenário nacional, do grande obscurantismo e ignorância sobre o Piauí.

Não é uma campanha publicitária periódica em que a gente fala em determinado momento da vida e depois deixa de falar, é preciso uma atitude política. Uma vez Gandhi deixou de comprar roupas; primeiro porque ele comprando aquelas roupas estaria beneficiando o invasor, que era o inglês que se instalou ali com suas indústrias têxteis e explorava a mão-de-obra barata e o consumo, porque havia um mercado consumidor da Índia de milhões de pessoas; segundo, é que ele estaria retirando a reserva de mercado das pobres costureiras indianas.

Hoje vamos ao supermercado e encontramos bolo frito feito em escala industrial. Eu tenho a atitude política de ir comprar bolo frito aonde quer que esteja fazendo, porque fazer bolo frito e ter um público consumidor, embora que pequeno para o bolo frito feito daquela forma artesanal dentro da nossa casa, é cultura e é identidade piauiense. Comer um capote misturado com



João Cláudio Moreno

arroz, ou a galinha da Pia, ou o peixe do VTS, ou tomar banho no rio Parnaíba, ou tomar a cajuína no lugar do xarope imperialista da coca-cola, ou fazer coisas desse tipo que nos passa despercebido, talvez como uma birra ou excentricidade, é uma atitude política de resgate, de definição e de valorização da nossa identidade. Aproveito a oportunidade deste debate para dizer que vou fazer uma proposta à Prefeitura de Teresina para multiplicação dos painéis do Nonato Medeiros por toda a cidade, para que Teresina fique conhecida como a cidade dos painéis, com aqueles tons azuis bonitos com os nossos personagens. E vou sugerir à Fundação a criação de um prêmio produtor cultural, que é um prêmio que cadastra e homenageia e dá uma remuneração e uma promoção midiática àquela pessoa que é responsável pela perpetuação e difusão de uma prática cultural.

Joel Silva – Professora Conceição Lage.

Conceição Lage – Vou terminar também fazendo um pedido por Teresina, sobretudo, pela floresta fóssil. Que a gente não deixe do jeito que está, que a gente respeite, porque o que nós temos ali é muito lixo, muito abandono. E nós precisamos realmente que aquela floresta continue e vire a cara de Teresina, também porque é isso que ela merece. Teresina só vai ganhar com todo um investimento em cima daquela floresta.

artigos

Nestes artigos, em algumas passagens, faz-se o uso da primeira pessoa do singular. Como bem explica a socióloga Maria Dione Carvalho Moraes, doutora em Ciências Sociais (IFCH/UNICAMP) e professora do Mestrado de Políticas Públicas (UFPI), “a oscilação do sujeito do discurso, no texto, longe de se constituir em erro gramatical, deve-se ao emprego consciente da ênfase necessária a certas passagens pelo uso da primeira pessoa do singular. Aliás, nas Ciências Sociais já rompemos com a ortodoxia do discurso científico impessoal, empregando a primeira pessoa do singular em artigos, dissertações e teses.”



Maria Dione Carvalho Moraes

Socióloga, doutora em Ciências Sociais pelo IFCH/UNICAMP, professora no DCS/CCHL/UFPI; no Mestrado de Políticas Públicas/CCHL/UFPI, na linha de Pesquisa, Cultura e Identidade; no Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA/TROPEN/UFPI, na linha de Pesquisa, Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente. E-mails: mdione@uol.com.br; mdione@superig.com.br

TRILHAS E ENREDOS NO IMAGINÁRIO SOCIAL DE SERTÃO NO PIAUÍ¹

No mundo moderno, as culturas nacionais, uma das principais fontes de identidade cultural, nos constituem como sujeitos. Mas identidade nacional não é uma coisa com a qual nascemos. Ela é formada e transformada no interior da representação, sendo a nação não apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos, como um sistema de representação cultural. Culturas nacionais são, assim, formadas por instituições culturais, simbologias e representações e podem ser vistas como um discurso e modos de construir sentidos influenciadores e organizadores de nossas ações e da concepção que temos de nós mesmos como sujeitos históricos (HALL, 1998).

As culturas nacionais, ao produzir sentidos que nos interpelam, e com os quais nos identificamos, são produtoras, também, de identidades. Esses sentidos encontram-se nas estórias da nação, como memórias que constroem um passado, seja como tradição inventada (HOBSBAWN e RANGER, 1984) como narrativas mestras (MORAES, 2000), seja na

pluralidade de histórias hierarquicamente organizadas no interior da sociedade como lembra Woodward (2000), a partir de uma posição histórica e cultural específica, de onde o sujeito fala. Podemos então pensar a nação como uma comunidade imaginada (ANDERSON, 1989), ou seja, a construção da identidade cultural é uma representação social de pertencimento a uma mesma grande família nacional, como dispositivos discursivos que representam as diferenças como unidade ou identidade.

Isto leva a questões sobre como é imaginada a nação moderna, no caso a brasileira republicana, sobre que estratégias representacionais ela se institui na construção de um senso comum sobre o pertencimento a uma identidade nacional e quais as representações de Brasil que dominam as identificações e identidades partilhadas em seu interior, processo do qual fazemos parte, como membros da “nação” piauiense.

Para fins da presente análise, tomemos como ponto de partida a meta-narrativa de construção da

¹ Ensaio elaborado para o Seminário sobre Patrimônio Cultural e (I)material, coordenado pela FUNDAC e UESPI, de 8 a 10/10/2005, em Teresina, Piauí, na UESPI.

nação contada e recontada por uma sociografia² focada na relação litoral/sertão/selva (SOUZA, 1997; AMADO, 1995) e o imaginário correlato, fornecedores de eventos históricos, mitos, estórias, imagens, panoramas, cenários, símbolos e normatividades, que retratam experiências, perdas, triunfos, bipartições e projetos de avançar para além destas que dão sentido às nações brasileira e piauiense. Aí se tem tanto ênfase nas origens, na tradição, quanto nas prescrições para a continuidade, na intemporalidade. Aí também se encontram mitos de fundação da nação, do povo e do caráter nacional, assim como da nação piauiense, da qual nos contam, dentre outros, Abreu (1982), Prado Jr. (1980) e Ribeiro (1998), sobre as itinerâncias dos caminhos do gado.

Nesse sentido, o Seminário sobre Patrimônio Cultural e (I)material, que provocou este ensaio, permite refletir sobre nossas próprias origens e identidades culturais. Brincando um pouco com a imagética espacial: Teresina, a única capital não-litorânea do Nordeste, não seria geograficamente sertaneja? O Piauí nasce dos caminhos do gado, como diria João Capistrano de Abreu. E, como dito por Renato Castelo Branco, o povo piauiense é constituído por “netos dos sertanistas baianos e dos bandeirantes paulistas” (CASTELO BRANCO, 1970, p. 68). Para início de conversa, parece que temos motivos para pensar nossas genealogias, à luz da categoria sertão.

A propósito, quero referir à minha própria trajetória de aproximação com o tema, que defino como afetiva e profissional. De fato, como sertaneja, “geraizeira” do norte de Minas Gerais, e como pesquisadora, meus interesses de pesquisa socioantropológica se orientam em grande medida para o chamado mundo rural. Na tese de doutorado (MORAES, 2000), focalizo o sertão do sudoeste piauiense, em seu processo de modernização agrícola, a partir dos anos de 1980. Com efeito, as regiões de cerrados, que abrangem uma enorme área do interior do Brasil e cuja imagem científica é construída e

associada à linguagem da modernização agrícola, não podem ser analisadas sem, por um lado, menção às imagens do sertão presentes na historiografia e ensaios de viajantes e naturalistas do século XIX, e na literatura e sociografia acerca do tema da construção da nacionalidade brasileira que de alguma forma versam sobre o sertão, na primeira metade do século XX. Por outro, também não poderia trabalhar a temática ignorando as narrativas orais de populações camponesas locais, sertanejos e sertanejas, que vivenciam a voraz modernização agrícola dessas regiões sobre o seu tradicional modo de vida entre “baixões” e “chapadas” (MORAES, 2000), assim traduzida na poética sertaneja de um “sertão desencantado”:

(...) Eu quero que acredite no que tem nesse sertão:
sem-terra fazendo guerra se torna grande aflição
morre sem-terra e soldado,
criança e mãe de família
deixando o sangue no chão (...)

A coisa aqui não tá boa
já tá tudo terminado,
não tem mais terra de ausente,
em cima desse cerrado
porque chegou muita gente
aqui na nossa cidade,
vem do Sul do Mato Grosso,
e de mais outros estados.

O pobre aqui que tem terra
já tem que ficar cercado.
Pra criar um cabritinho
tem que ser no cadeado.
As coisas aqui para nós
já tem se demaziado
e o pobre que não tem terra
talvez vai ser enterrado.
Muitos que deixaram a roça
já foram morar na cidade (...)³

Nesse reencontro teórico e empírico com o sertão, a releitura de autores como Euclides da Cunha,

² Uso o termo (sociografia) não no sentido pré-científico que muitos lhe atribuem, mas para referir um conjunto de análises, ensaios e estudos, não propriamente sociológicos, mas voltados ao tema da construção da nacionalidade.

³ Trechos do poema, que se encontra na íntegra em Moraes (2000), de autoria de Francisco de Souza Lima, também conhecido como Chico Dora, camponês de Bananeira, Uruçuí/PI.

João Guimarães Rosa e João Capistrano de Abreu, dentre outros, a descoberta de Carlota Carvalho, o encontro etnográfico com sertanejos e sertanejas do sudoeste piauiense, em seu modo de vida (MORAES, 2005) e o vislumbrar de suas tradições orais, como, por exemplo, a do “fogo do campo” (MORAES, 2000), me levaram inclusive à criação de uma disciplina, na categoria tópico especial, que inaugurei em 2000, na UFPI, intitulada “Imagens e narrativas de sertão,” e a participar do XI Ciclo de Estudos sobre o Imaginário, no GT “Sertão, Memória e Imaginário” (MORAES, 2002).

A experiência em sala de aula foi uma tentativa de promover a aproximação analítica do sertão como categoria axial na construção do imaginário da nacionalidade brasileira, em suas múltiplas dimensões, buscando compreender-lhe imagens e narrativas, tomado o sertão não apenas como só categoria espacial, mas também política, cultural, estética e simbólica. Objetivava, ainda, entender representações do povo sertanejo, em geral, e do nordestino, em particular, profundamente marcadas por imagens do sertão do boi e suas relações com as origens do Piauí. Mais que isso, pretendia, ainda, trabalhar a amplidão, no Brasil, da categoria sertão, não somente pela leitura de textos acadêmicos mas também pelo encontro com outras linguagens como literatura erudita e popular, cinema, música, artes plásticas e teatro, em algumas sessões especiais que denominei “poética do sertão”, quando adentrávamos a polissemia sertaneja que nos impulsionava para sentir o sertão como parte da nossa brasileiríssima comédia humana.

Naquelas sessões, nos deleitamos com o talento musical de convidados especiais como Netinho da Flauta (*in memoriam*), Stênio Nóbrega, Gilvan Santos, que nos brindaram com a música do sertão nordestino; com a colaboração de convidados como o professor, radialista e jornalista Carlos Said, versando sobre o sertão na literatura piauiense;⁴ conhecemos um pouco da poética do cordel, através da aula do professor Pedro

Ribeiro, presidente da Casa do Cantador, e da participação do repentista Zé da Viola; e pudemos apreender algo do enraizamento musical dinâmico do grupo “Os Caipora”, em sua síntese de *pop-rock* e da música do sertão. Contamos, ainda, com a participação da professora Claudete Dias, do Departamento de História da UFPI, que apresentou a própria pesquisa sobre o sertão do Piauí nas lutas da independência, casos da Batalha do Jenipapo e da Balaiada.

Na conclusão da disciplina, alunos e alunas apresentaram seminários a partir da leitura de clássicos como “Os sertões”, de Euclides da Cunha, “Grande sertão: veredas”, de Guimarães Rosa, “O sertão”, de Carlota Carvalho, dentre outros. Talvez tenhamos chegado a compreender, pelo menos em parte, o que disse Riobaldo: “O sertão está em todo lugar”. A partir daí, uma pergunta foi ganhando corpo: como se expressam o sentido e a largueza do sertão roseano, no Piauí?

Em 2003, a direção do Curso e o Centro Acadêmico de Ciências Sociais da UFPI organizaram a IV Semana de Ciências Sociais, cuja temática foi o sertão. Convidada para uma das mesas-redondas do evento, para falar sobre “imaginário do sertão, sertanejas e sertanejos”, congratulava-me, na oportunidade, com a iniciativa, considerando aquele acontecimento como a nossa “Semana da Arte Moderna”, a nossa antropofagia.

Em 2004, voltei a oferecer o tópico especial, avançando um pouco mais na reflexão sobre a relação Piauí/sertão, chegando a projetar a criação de um espaço interdisciplinar e permanente de debates sobre o sertão, na UFPI, proposta levada ao diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras, professor Antônio Fonseca Neto. Nesta segunda experiência, mantivemos as sessões de poética realizando, dentre outros eventos, dois saraus: um deles, conduzido pelo professor e escritor Airton Sampaio, do Departamento de Letras da UFPI, foi dedicado ao tema do sertão na literatura romântica brasileira⁵, e o outro, coordenado pelo professor e escritor Cineas Santos, voltou-

⁴ O amplo panorama de autores e obras apresentados extrapolaria os limites de espaço deste ensaio.

⁵ De Álvares de Azevedo foi lido o poema “A cantiga do sertanejo” (AZEVEDO, [19--]). De Teodoro de Carvalho, os poemas “O canto do caçador”, “O canto do voluntário”, “O selvagem”, “O canto do sertanejo”, “Saudades” e “Transformação” (CARVALHO, 1996). De José de Alencar, trechos do romance “O sertanejo” (ALENCAR, [19--]) e de Franklin Távora, trechos de “O cabeloira” (TÁVORA, [1973]).

se à temática do sertão na literatura piauiense.⁶ Essas incursões literárias permitiram descobertas e releituras importantes para a densidade estética e metafórica das imagens e narrativas do sertão, que estávamos construindo.

Nos saraus e em outras sessões musicais, privamos da musicalidade de Anderson Nóbrega, Alessandro Magno Santiago, Iracy Moura Fé,⁷ Bruno do Carmo (*in memoriam*), Marcondes Brito da Costa e Gilvan Santos, e da performance de Roque Moreira, por João Neto,⁸ que generosamente nos brindaram com seus talentos, postos à disposição da “poética do sertão”.

Quero registrar, ainda, a participação dos professores convidados, Fabiano Gontijo e Ferdinand Calvalcante, ambos do Departamento de Ciências Sociais da UFPI. O primeiro, como antropólogo “do sul”, expunha suas impressões do sertão da seca, enquanto Ferdinand falou sobre sua pesquisa a respeito de Canudos. Também o professor João Kennedy, do Departamento de História da UFPI, apresentou a própria pesquisa sobre o imaginário sertão/litoral na música popular brasileira. Buscando extrapolar os limites e as fronteiras do sertão semi-árido, dialogamos com a “Princesa do sertão” maranhense, a cidade de Caxias, através das presenças do poeta Wybson Carvalho, que nos brindou com a poética da terra de Gonçalves Dias, inclusive, a sua própria, e

da historiadora e coordenadora do Memorial da Balaiada,⁹ com sede naquela cidade, Maria Bertolina Costa, que falou sobre a história de Caxias.

Quero lembrar, com este preâmbulo, que a fala de Riobaldo, ao remeter, exemplarmente, à presença do sertão no imaginário de Brasil, pode significar, também, a importância do sertão no imaginário da nação piauiense. Sobre isto apresentarei, a seguir, não conclusões de pesquisa, mas algumas trilhas vislumbradas e aqui trazidas como pistas, que se abrem à investigação.

Sertão, Brasil, Piauí: das trilhas e enredos no imaginário social

O termo sertão ou *certão* era utilizado em Portugal, talvez desde o século XII, para referir-se a áreas situadas dentro daquele país e distantes de Lisboa. Até o final do século XVIII, foi largamente utilizado pela Coroa Portuguesa nas colônias. Construída pelos portugueses para designar o outro, o distante, a categoria sertão é absorvida pelos colonizados, transformando-se, a partir do século XIX, no Brasil, num termo polissêmico, profundamente ligado ao entendimento da nação. Assim, cinco séculos depois da invenção da Terra de Santa Cruz, continua alimentando as ciências sociais, a literatura, o cinema, a teledramaturgia, a música, as artes plásticas, enfim, o imaginário do ser Brasil, tanto a partir do olhar forasteiro quanto do pon-

⁶ De H. Dobal foram lidos os poemas “Campo Maior”, “Réquiem”, “Bestiário”, “Introdução e rondó sem capricho”, “Pedras”, “Inverno”, e “A raça” (DOBAL, 2001). De Alvina Gameiro, trechos dos romances “Chico Vaqueiro do meu Piauí” (em versos), e “Curral de serras” (GAMEIRO, 1971, 1980). De Francisco Gil Castelo Branco, trechos de “Ataliba, o vaqueiro” (CASTELO BRANCO, 2004). De Fontes Ibiapina, trechos de “Vida gemida em Sambambaia” e de “Trinta e dois” (IBIAPINA, 1985, 2002). De Cineas Santos, o conto “Até amanhã” (SANTOS, 2002). Renata Ferreira, pesquisadora da obra de João Ferry, declamou o poema “Adeus cachaça” (FERRY, 1952).

⁷ Destaco a contribuição de Iracy Moura Fé, que, além de nos brindar com sua bela voz no sarau sobre o sertão na literatura romântica, organizou um roteiro musical (impresso e com informações sobre as canções e compositores), com as canções: “Mágoas de caboclo (cabocla),” de J. Cascata e Leonel Azevedo (1931), “Casa de caboclo”, de Hekel Tavares e Luiz Peixoto (1928), “Maringá”, de Jubert de Carvalho e Olegário Mariano, “Senhor da floresta” e “Sertaneja”, de René Bitencourt (1945, 1940), numa contribuição à cultura musical do/as participantes.

⁸ O programa da disciplina se encontra, na íntegra, no Departamento de Ciências Sociais da UFPI.

⁹ A propósito, laços como o próprio passado da colonização e a Balaiada (AMARAL, 1900; ASSUNÇÃO, 1988; CARVALHO, 2000; DIAS, 2002, 1987; JANOTTI, 1987; OTÁVIO, 2001; SANTOS, 1983; SERRA, 1948) – cujo Memorial foi erigido naquela cidade – unem Caxias ao Piauí. Como a oralidade é um dos meus campos de interesse teórico-metodológicos de pesquisa, iniciei, em 2004, um trabalho de parceria com o Memorial da Balaiada para criar uma linha de pesquisa no campo da memória oral da Balaiada em Caxias (MORAES, 2004; MORAES e COSTA, 2005), o que se vem construindo em profícuo diálogo com a coordenadora do Memorial que, por seu turno, já desenvolve a própria pesquisa de mestrado sobre a memória oral da Balaiada, com idosos, na cidade de Caxias.

to de vista de uma etnosertania, perspectiva que nos interessa explorar, relativa ao ser piauiense.

Assim, identificar, desconstruir e reencontrar os significados de sertão continuam uma tarefa contemporânea, nesses tempos pós-modernos, em que as possibilidades do enraizamento dinâmico, que é a memória (MORAES, 2000), podem-nos levar ao reencontro de sentidos já conhecidos e a descobrir novos para a nossa própria, como diria Elomar Figueira de Melo, sertanezidade. Ou seja, o tema nada tem de anacrônico, especialmente no Piauí onde, aliás, esse é um debate ainda incipiente, embora a sertanezidade aflore nos imponderáveis da vida social, quer em sua capital, Teresina, quer em regiões como os cerrados, que se modernizam na voragem do tempo e dos ritmos de um progresso, que nos instigam a exercícios culturais antropofágicos.

Foge aos limites deste ensaio uma exegese das imagens do sertão em virtude da polissemia da imagética povoadora do nosso imaginário, especificamente naquela presente na sociografia da reflexão sobre o Brasil, que diagnostica, impulsiona, organiza, define e direciona ações. No entanto, Ferreira (1999) registra que sertão aponta para as regiões agrestes do país, distantes de povoações ou terras cultivadas, longe do litoral, e pouco povoadas. A possível etimologia, forma contrata de “desertão”, expressaria a idéia de vazio: “É o interior (...). O nome fixou-se no Nordeste e Norte, muito mais do que no Sul. O interior do Rio Grande do Sul não é sertão,¹⁰ mas poder-se-ia dizer que sertão era o interior de Goiás e de Mato Grosso, na fórmula portuguesa do século XVI. A origem ainda se discute e apareceu mesmo a idéia de forma contrata de desertão. (...) E continua o debate” (CASCUDO, 1972, p. 697-98).

A categoria sertão refere, assim, territórios do interior, afastados da costa – explicitamente habitadas por indígenas como se acentua nas narrativas de bandeiras. De fato, longe de serem vazias, como quer, por exemplo, a ênfase do discurso desenvolvimentista relativo às áreas de cerrados, quando refere regiões de

densidades humanas tidas como baixas em comparação com as populações que poderiam ser abrigadas pela agricultura intensiva e para áreas cujos habitantes autóctones foram eliminados, sendo substituídos por uma população dedicada inicialmente à pecuária, atividade tida como poupadora de mão-de-obra. Essa, aliás, é a perspectiva produtivista, ancorada na necessária contraface de um vazio econômico.

Como dito por Candice Vidal e Souza, autora de origem piauiense, que analisa sertão e litoral no pensamento social brasileiro, os estilos, as figuras de linguagem, os cenários e os mecanismos narrativos relativos às circunstâncias históricas e sociais são elementos de primeira ordem na interpretação de Brasil que emergem do imaginário do sertão (SOUZA, 1997). Com efeito, no campo do imaginário social, interessam significados, trilhas e ambigüidades, de modo que a própria representação identitária presente nas imagens é, em si, um ato ficcional, não querendo dizer com isso que se tratam de declarações fictícias sem poder de avaliação da realidade. Com efeito, é um processo de invenção social e de imaginação criadora que produz signos com poder de instituição social, no caso o da construção social de identidades marcadas pela oposição sertão/litoral, em cujo curso se instauram a nação brasileira e a piauiense.

Por esse prisma, chama a atenção a representação do espaço como elemento caracterizador do país e de seu povo, de sorte que a idéia da relação sertão/litoral estende e até mesmo pré-condiciona a elaboração de uma idéia de Brasil. Há, na sociografia brasileira sobre o sertão, desde autores como os primeiros viajantes que se adentraram pelo país, como Saint-Hilaire (1932, 1937), no século XIX, passando pelos que problematizaram um Brasil a ser como Abreu (1982) e Cunha (1968), no século XX, até os que lidam com o tema da incorporação da fronteira, como Ricardo (1970), Moog (1989) e Holanda (1986), dentre outros. São autores e idéias que muitas vezes se expressam pela diferença de entender o projeto de compreensão da conquista e ocupação do espaço

¹⁰ A categoria sertão não se limita às regiões Norte e Nordeste do Brasil. Aliás, contrariando esta afirmação de Luis da Câmara Cascudo, remeto o/a leitor/a para Rubert (2000), que apresenta o sertão nas memórias e narrativas de antigo/as morador (es)/as, no Rio Grande do Sul.

pertencente ao Brasil e a própria construção da nação, embora, no conjunto, sejam narrativas das quais emergem representações sociais fundadas, sempre, na trajetória da costa para o interior, produzindo a distinção entre regiões da marinha e do sertão e definindo o Brasil em seu nascimento e destino. As idéias que transparecem no conjunto de eventos se traduzem em imagens pelas quais, na posição vacilante de um sujeito classificador, o sertão aparece como desconhecido, diferente, problemático, deserto, longínquo, Brasil a ser, ignoto, outro Brasil (SOUZA, 1997).

Um olhar de um sujeito falante. Um discurso e um objeto. Os primeiros: do litoral, lugar conhecido e articulador do olhar e do discurso. O segundo, o sertão: lugar incógnito sobre o qual o narrador vai falar, revelando para seus leitores compatriotas um Brasil ignoto, fazendo lembrar, muitas vezes, o padre Antônio Vieira – cantado por Luiz Gonzaga: “há quem fale sobre o sertão, morando em palacetes (...), sem jamais ter pisado a poeira de nossas estradas” (VIEIRA, 1966, p.9).

Ressaltam-se, nesse imaginário da construção da nação, imagens de um Brasil desconhecido, do sertão como impedimento à construção da unidade, da imensidão do território nacional como problema e destino coletivos, idéia importante, por exemplo, para o imaginário ainda hoje reinante da fronteira permanente e inesgotável: Brasil e Brasil a ser, lugar sertão igual a desconhecido, diferente do espaço habitado e familiar onde reside o marinha. O sertão nasce como alteridade. Os significados atribuídos a esses lugares sertão/litoral constituem fórmulas narrativas centrais, eixos ordenadores e referência nos escritos de interpretação do Brasil.

Como representação social, essa bipartição permanece em nós como dois cenários que combinam terra e gente, embora, através da arte, sertão e litoral se reencontrem muitas vezes e embora todos nós sejamos, de forma irremediável, frutos desse encontro, dessa circularidade (GINSBURG, 1987) e desse dialogismo (BAKHTIN, 1995, 1996) culturais. Isso, porém, não nos autoriza a deixar de inquirir sobre os sentidos da nossa dimensão-sertão no processo de construção da nossa própria identidade, ou de como somos interpelados pelo sertão em sua trajetória. Trajetória do sertão? Sim, que o sertão é uma entidade

rica no imaginário social, popular ou erudito, entidade capaz de se transformar: “o sertão vai virar mar...” como profetizara Antônio Conselheiro e, quase um século depois, cantariam muitos brasileiros que pouco ou nada sabem a seu respeito e muitos dos quais jamais leram Euclides da Cunha. Essa imagem é, aliás, retomada por Gláuber Rocha, no filme “Deus e o diabo na terra do sol”, tanto na trama, com o personagem Manuel, que se embrenha na caatinga e se junta ao bando dos fanáticos seguidores do Santo Sebastião – profeta negro que afirma “um dia o mar vai virar sertão e o sertão vai virar mar”, quanto na canção do filme do próprio Glauber (letra) e de Sérgio Ricardo (melódia). Mas essa imagem se difundiria, ainda mais, com a canção “Sobradinho”, da dupla de cantores e compositores Sá e Guarabira, que diz: “(...) e passo-a-passo vai cumprindo a profecia do beato que dizia que o sertão ia alagar (...) o sertão vai virar mar (...)”, referindo-se àquela parte do sertão nordestino inundada por barragens. Já em “Morte e vida Severina”, de João Cabral de Melo Neto, o desfecho se dá com a nova vida que brota do encontro do retirante do sertão com o morador das palafitas do litoral... Reticências? Sim, que o Sertão é assim: sem ponto final.

O período que vai do século XVI ao XVIII corresponde à conquista do patrimônio geográfico brasileiro sob a ação das expedições bandeirantes, numa expansão da sociedade colonial para além dos núcleos de povoamento da costa, por demais é rico em representações, não apenas relativas àquela época histórica mas ainda à projeção da idéia da fronteira sempre possível e da saga do bandeirante como desbravador. De fato, inaugura-se aí uma visão da centralidade do bandeirismo na memória da nacionalidade, com a mobilidade por meio do espaço se constituindo como a possibilidade sempre pensada de construção da nação. Essa idéia se atualiza, entre nós, por exemplo, nas narrativas mestras da fronteira agrícola do sudoeste piauiense.

O imaginário fundamental do bandeirismo, o do marco zero, é produtor de imagens do sertão como as de “nação a fazer” e “projeto de Brasil”, o que pode ser visto como modelo a ser impelido ao longo da história, como tentativa de controle e ocupação territorial. O bandeirante persiste, assim, como sím-

bolo do povo brasileiro, e a nação é pensada como “artefato a ser trabalhado” (SOUZA, 1997), discurso atualizado no “sertão desencantado” com os “novos bandeirantes” dos cerrados piauienses, os “gaúchos” (MORAES, 2000), que, como se sabe, aportaram na região sudoeste do Piauí na segunda metade dos anos de 1980.¹¹

A propósito, o imaginário sobre uma pretensa superioridade gaúcha tem presença antiga nas narrativas mestras (MORAES, 2000) piauienses: “a economia de criação, indisciplinada e livre, não se coaduna, por sua natureza intrínseca, ao regime da escravidão. Gera, ao contrário, populações movediças e arrogantes, como o gaúcho, o beduíno ou o filho da estepe” (CASTELO BRANCO, 1970, p. 80) [grifo meu]. Num movimento de conceitualização semelhante ao acontecido com o vaqueiro, no âmbito do imaginário do “destino pastoril” (MORAES, 2000, 2005), as narrativas mestras da vocação agrícola elegem o gaúcho como símbolo, um herói cultural, capaz de domar o sertão modernizado pelo *agribusiness*, ou seja, os cerrados.

As bandeiras, tratadas como evento histórico original da sociedade e do viver no sertão e das enormes distâncias, é, assim, um tema que caracteriza o olhar do sociógrafo nacional sobre o Brasil, distinguindo-se das preocupações e falas dos viajantes, que descreviam apenas o exótico, procurando revelar o Brasil ignoto aos demais patriotas. A tarefa, aí, é definir lugares, descrever e nomear modos de vida social no imenso território, identificar a distinção como problema, numa perspectiva geopolítica: imensidão do território nacional – em dois cenários de combinação de terra e de gente – como problema e destino coletivo de um Brasil plenamente pertencente ao espaço-nação (litoral) e de um Brasil a ser (sertão).¹²

Constrói-se, assim, a imagem de sertão como oeste, metáfora de deslocamento do litoral para o interior, termo este que passa a significar sertão, que adquire, então, o sentido de lugares simbólicos e metafóricos, num discurso explicador da nação. Como

opositor geográfico da costa, o interior do Brasil é independente e autêntico *versus* a civilização litorânea, que aparece como porção aculturada. A idéia de independência da costa apontava para originalidade e autonomia e para a construção da nacionalidade pela bandeira: contorno do mapa político, sentimento de pertencimento à pátria, composição rural do povoamento e estruturação da ordem política (SOUZA, 1997).

Se, nesse imaginário, constrói-se o sertão como vastidão preocupante (VIANA, 1922), nação incompleta, permanente questão nacional, algo que ficou apenas atravessado, mas não dominado (FAORO, 1987), um lugar/coisa que resiste, distinto do litoral, é, por outro lado, no imaginário dessa resistência que se põe a questão do povo e do modo de vida do sertão. Nessa representação, o sertão aparece como lugar de reprodução de uma ordem social específica, a chamada sociedade sertaneja, fruto do distanciamento transposto, na própria narrativa, pelo mediador, que enumera atributos do homem e da terra, estilo inaugurado por Euclides da Cunha num imaginário de um sertão só entendível como *habitat* social em sua estreita relação entre natureza e sociedade. Sertão-Geografia, igual a sertão-sociedade. Embora com registros diferentes, essa idéia se reencontra em João Capistrano de Abreu, Carlota Carvalho, Renato Castelo Branco, João Guimarães Rosa, Alvina Gameiro e em poemas do balino de “O tempo conseqüente” (DOBAL, 2001).

Com efeito, Euclides da Cunha expõe um imaginário de quase-simbiose entre natureza e cultura, para falar da “sociedade rude dos vaqueiros” (CUNHA, 1968, p. 9), ao mesmo tempo deserto de polidez (em comparação com o litoral) e berço de uma nacionalidade étnica. O convite para atravessar aquela sociedade pode ser visto como signo de uma importante invenção: a modernidade política brasileira, traduzida pelo projeto republicano, no qual o sertão não tinha mais lugar. Com base no conhecimento geológico do final do século XIX, o autor de-

¹¹ Para detalhes, ver Moraes (2000), inclusive sobre como as narrativas mestras definem um tipo humano considerado apto às áreas de modernização agrícola, nos cerrados brasileiros.

¹² Sobre autores referenciais no trato desta problemática, e seus pontos de vista, ver Souza (1997).

talhou, fisiograficamente, regiões do interior do Brasil, até então, indiferenciadas pela denominação geral de sertão – por oposição a litoral – e como território da aridez.¹³

Ambas as marcas – “sociedade rude dos vaqueiros” e “território da aridez” – interpelariam culturalmente a construção de um ideário de sertão, quase o resumindo à seca e a um modo de vida rude e, ao mesmo, portador de uma civilidade arcaica. Nessa terra de modo de vida excêntrico para as populações do sul, perduraram tradições e costumes antigos e específicos, com extensas e isoladas fazendas de gado, como trabalhado por Alvina Gameiro, em “Curral de Seras”, inclusive no nível da linguagem, com termos que remontam ao português castiço, em desuso no meio urbano. Já a aridez do sertão aparece, via de regra, na circularidade inverno/verão, delimitando tempos, modos e gestos de um povo, um filão consagrado pelo romance da geração de 30 e sempre presente na literatura que versa sobre sertão, como em Gameiro (1971), Ibiapina (2001) e Dobal (2001).

São representações de uma cultura sertaneja permeando obras históricas, ensaísticas e literárias. Entre as primeiras, cabe destacar a de João Capistrano de Abreu, que traça o pioneiro retrato da época do couro a partir da análise das entradas desde o século XVI, até as bandeiras, no XVIII. Embora o povo do sertão, nessa obra, não chegue a ser sujeito/objeto no sentido antropológico de análise, mas uma entidade cuja referência ajude a falar do espaço, no imaginário do sertão como espaço/povo, sem dúvida, Abreu (1982) é impar na tarefa de reconhecer os episódios do povoamento do interior. A Capitania de São Vicente é seu ponto de partida para tratar o tema das bandeiras paulistas, com destaque para o papel da pecuária na ocupação do sertão, em particular das fazendas estabelecidas ao longo do rio São Francisco e dos

caminhos que levavam dali ao Ceará e ao Maranhão, com o Piauí nascendo nesses caminhos do gado, na referida época do couro.¹⁴ Dessa “alquimia nacionalizadora” (SOUZA, 1997), operada pelo afastamento de Portugal, a ruptura com a Metrópole e a constituição da nação, nasce o povo brasileiro. Dessa sertanização, fruto da mistura e extermínio das gentes paulistas com as populações indígenas, emerge a nação piauiense.

Como viveria esse povo são questões de ordem política que desafiam o contrato social. A idéia que perpassa o pensamento social brasileiro é a de que a independência, radicalizada como um modo de vida sertanejo, próprio e diferente de outras regiões, se casa com uma atividade específica que a sustenta: a pecuária. O sertão de João Capistrano de Abreu, como o de Euclides da Cunha, se tinha alguma vocação econômica, esta era a pecuária e não a agricultura, idéia que vigoraria no imaginário piauiense de um “destino pastoril” (MORAES, 2000, 2006) até bem recentemente.

Esse imaginário, por seu turno, daria sustentação ao do vaqueiro como herói cultural e tipo humano livre e independente, obscurecendo, talvez, a pesquisa histórica sobre a escravidão negra no Piauí-colônia, julgada, por muitos, como incompatível com a pecuária.¹⁵ Essa visão idealizada do vaqueiro como herói da região sertaneja assemelha-se ao modo pelo qual o índio foi tomado pelos românticos como símbolo da nacionalidade brasileira. O vaqueiro aparece, então, mais como fruto da mística do boi do que como categoria social subordinada, que se definia pelo trabalho nas fazendas de gado, sendo o Piauí celebrado como “pátria de vaqueiros” (CASTELO BRANCO, 1970, p. 44-5).

Com efeito, no nível das narrativas mestras, trata-se de uma definição genérica e idílica de um tipo

¹³ Carlota Carvalho, na década de 1920, refutou a visão euclidiana da aridez, redutora, segundo ela, da idéia de sertão, pretendendo demonstrar a existência de outros sertões, Brasil afora. Assim, descreveu aspectos fisiográficos e a história da ocupação e povoamento da região que compreende o sul do Maranhão, limitrofe com o sudoeste piauiense, que corresponde, nesses estados, às regiões de cerrados.

¹⁴ Renato Castelo Branco a interpretou como “civilização”: “(...) Em nenhum lugar jamais foi tão nítido o caráter de uma civilização: em nenhum lugar poderíamos encontrar mais definido aquilo que Capistrano de Abreu chamou de a ‘civilização’ do couro” (CASTELO BRANCO, 1970, p. 44-5) [grifos meus].

¹⁵ Contrariando esta visão, sobre trabalho escravo no Piauí, ver Brandão (1999), Mott (1985) e Falci (1995).

humano piauiense que traduz o trabalho de conceitualização, no âmbito de uma memória coletiva (MORAES, 2000), com os personagens comportando-se mais como significados corporalizados que como personagens de carne e osso. Talvez pelo fato de a classe dominante de fazendeiros não ter gerado heróis – esta precisou, para simbolizar sua hegemonia, de um tipo econômico e socialmente subordinado. Assim, o trabalhador pastoril parece ter uma eficiência simbólica própria: a de representar simbolicamente a subordinação da natureza,¹⁶ ecos euclidianos do vaqueiro/sertanejo como rocha viva da nacionalidade. Mas, no nível das narrativas eclipsadas (MORAES, 2000), a figura do vaqueiro é algo presente na real trajetória de vida de sertanejos e sertanejas, como encontrei em minhas próprias pesquisas de campo nos “sertões desencantados” do Piauí:

“(…) Nasci lá em casa, na região. E vivo lá. Só não ficava lá quando eu era vaqueiro, saía pras fazendas. (...) Filho de agricultor. (...) Criei uma família grande e aí de vaqueiro, da roça, e hoje me acho feliz devido os meus filhos tá tudo criado, não é? Ando no campo, ainda, na roça... de todo serviço eu tou fazendo. Mas só de agricultormente e vaqueirice (Sr. Cesário Ribeiro Leite, camponês de Morrinhos, Uruçuí, PI).

“Aí, depois, a gente veio ser vaqueiro e passei mais três anos nesse local donde a gente veio ser vaqueiro, que ele disse que queria pegar um gadinho, sabe? (...) Ele era vaqueiro, mas era sempre lá [plantando na roça], era sempre lá, a gente plantava algodão, mas só que a gente não deixava a lavoura, não sabe? A gente nunca deixou. Ele foi ser vaqueiro mais era pra juntar um gadinho. Ele pra tirar o... parece que é três, né? Sei que tem a sorte, né? Quando o gado tem umas crias – eu não lembro quantas crias – é pra gente tirar uma, parece que é três, não... são quatro... É, deve ser, eu acho que sim. Quanto completar quatro pode tirar uma. (...) Olha, minha irmã, não deu não [pra juntar gado], porque a fazenda era assim fraquinha e a gente não tinha condição e, aí, a gente vendia um pouquinho pra comprar coisa, sabe, que a gente tinha os meninos (...)” (D. Maria Ribeiro de Moraes, camponesa, de Sangue, Uruçuí, PI).¹⁷

No que tange à dimensão da cultura política, a sociedade rude de vaqueiros é representada como

instituidora de uma ordem própria, baseada em valores locais. Disso nos falam, por exemplo, obras como “Ataliba, o vaqueiro” de Francisco Gil Castelo Branco, ou “Chico Vaqueiro do meu Piauí” e “Curral de Serras”, de Alvina Gameiro. Uma sociedade fundada no patriarcalismo e profundamente estratificada entre homens e mulheres, ricos e pobres, escravos e senhores, brancos e caboclos, como lembra Falci (2002). A fuga a essa estratificação, no caso das mulheres, por exemplo, ocorre na ficção, com personagens como Diadorim (ROSA, 1956), e Isabela (GAMEIRO, 1980). As imagens correspondentes a esse modo de vida são as de sertão como ausência de ordem pública, sertão do cangaço, dos coronéis, do messianismo, de uma ética sertaneja própria, da qual nos fala, exemplarmente, o belo conto de Cineas Santos, “Até amanhã”.

A propósito de um modo de vida sertanejo, lembremos ainda João Guimarães Rosa, que dialoga com duas linhas distintas da cultura brasileira: “Os sertões”, de Euclides da Cunha, na definição de uma época do boi, fundamental para a compreensão de quem são as gentes sertanejas; e com os diários dos grandes viajantes do século XIX, como Saint-Hilaire, na compreensão do ambiente natural e das gentes (Folha de São Paulo, 1996). Se sua obra se aproxima da de Saint-Hilaire e dos viajantes naturalistas do século XIX, há, porém, uma diferença: em vez de simplesmente descrever a natureza, Guimarães Rosa preocupava-se em anotar como os habitantes dos locais que visitava a descreviam, não se enquadrando, portanto, nem na chamada literatura sertaneja (a exemplo de João Cabral de Melo Neto, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos), por fugir à identificação de seca e de aridez do sertão, nem se confundindo com as narrativas dominantes de cerrados. Ao ver o sertão com os olhos do morador e do habitante, desempenhou Guimarães, com sua literatura, como lembra Arroyo (1984), importante papel na reconstrução da invenção das gentes do lugar. Não dialogaria Gameiro (1980), por sua vez, com João Guimarães

¹⁶ Aliás, há, na figura do vaqueiro idealizado, uma apologia do macho, do homem que doma a natureza, o gado e a mulher, tema que remete ao processo de construção do nordestino como invenção do falo, como tratado por Albuquerque (2003). Em contrapartida, a respeito das mulheres do sertão, inclusive no Piauí, ver Falci (2002).

¹⁷ As histórias de vida de Seu Cesário e Dona Maria se encontram em Moraes (2000).

Rosa, no trato literário do imaginário das gentes do sertão do Piauí?

Considerações finais. Ainda queremos ser...tão?

Refletimos sobre a categoria sertão como um referente sobre o qual se fala, para dizer do Brasil, através da idéia de um sertão genérico e do uso alegórico de proposições a respeito da nacionalidade, como também ao Piauí e a signos de identidades piauienses.

Não nos esqueçamos de que no processo de instituição e reelaboração do imaginário, no tempo e no espaço, certas imagens permanecem na memória sociográfica, literária e artística, como a do grupo semântico seco/rude/perigoso, parte do ideário sobre a vida no sertão e sobre seus habitantes, profundamente arraigado no imaginário social, alimentando, até os dias atuais, idéias de Brasil, como a dizer: “(...) não, aqui não é o sertão” (PROENÇA, 1958, p. 43), lembrando moradores que “(...) tinham a vaidade de julgar que a zona na qual viviam não pertencia ao sertão: o deserto, diziam, só começa além de certas montanhas que se encontram entre esta região e o São Francisco” (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 275-76) [grifo meu]. Perguntemo-nos, pois: o Piauí é sertão? Teresina é sertão? Aqui, onde vivemos, é sertão?

Em que pese a permanência desse imaginário do grupo semântico seco/rude/perigoso, vale lembrar que, ao longo das três primeiras décadas do século XX, o sertão nordestino ganhou visibilidade através de personagens como padre Cícero do Juazeiro, Lampião e Maria Bonita, dos cantadores, da produção intelectual, e da indústria cultural. Dos anos de 1930 aos de 1960, embora o sertão rebelde do cangaço e do messianismo começasse a ser “domesticado”, aumentava ainda mais a sua imagem de realidade regional distinta e nacional, através da música de Luiz Gonzaga, do cinema de Gláuber Rocha, da literatura de Ariano Suassuna, das análises econômicas de Celso Furtado, de instituições como a SUDENE. Segundo Almeida (1982), houve um *lobby* do sertão, que era apresentado, durante esses anos, como região carente, mas rica de valores nacionais, demandando do Estado recursos materiais (obras contra a seca, etc.), embora os ecos de um sertão carente não tenham de todo desaparecido, sendo ainda parte das estratégias que alimentam a indústria da seca

(NEVES, 1994, SOUSA, 2005), apesar de em curso a construção de uma nova representação, a de semi-árido (SOUSA, 2005). De todo modo, o jogo político regional ainda vigora nas ênfases postas no ser sertão, principalmente quando em disputa a destinação de recursos, verbas, incentivos, programas especiais, etc. Mais recentemente, nas duas últimas décadas do século XX, o sertão nordestino reaparece no cinema e na teledramaturgia nacionais em megaproduções que o mostram como um espaço de circularidade de signos do arcaico e do moderno. Além disto, explode a face do sertão *country* do Centro-Oeste, com seus rodeios e mega-*shows* que movimentam grandes empresas do agronegócio, do *showbusiness* (PIMENTEL, 1997), da cinematografia e teledramaturgia.

Mas permanecem entre nós os ecos de um imaginário de sertão pelo que se pode referir a selvagem (eticamente povoado por indígenas), a pastoril e extensivo (onde não chegou a civilização da agricultura), a agricolamente pobre e ambientalmente árido (discurso da seca), a anárquico (onde o Estado está ausente e a ordem é privada), a deserto e desabitado (baixa densidade populacional), a uma alteridade à vida urbana. Aliás, dialogando com Saint-Hilaire (1937), nesse imaginário, João Guimarães Rosa falou, pela boca de Riobaldo: “O senhor tolere, isto é o sertão. Mas querem que seja não: que situado sertão é por os campos gerais a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Uruçúia” (ROSA, 1956, p. 9) [grifo meu]. Cabe, por fim, insistir: não é sertão, aqui, também, “na cajuína cristalina em Teresina...” como poetou Caetano Veloso?

Que tomemos como algo bom para pensar a perspectiva roseana universalizante de um sertão que se encontra em toda parte, porque isso nos interpela, como sujeitos, incorporando, assim, a dimensão da subjetividade. “Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera (...). Sertão é: dentro da gente” (ROSA, 1956, p. 282-305) [grifo meu].

Isto faz pensar, seguindo trilhas da nossa eterna viagem como caçadores de nós próprios, como sugere a poética do “matuto urbano”, de Lázaro do Piauí, que as referências a “interior”, entre nós, podem-nos fazer reencontrar esse sertão encantado e primordial, na nossa própria relação campo/cidade. Se prestarmos atenção, veremos que o termo interior – signifi-

cando originalmente, no imaginário sertão/litoral, distante da costa – foi ressemantizado, no Piauí, e parece referir à nossa relação com um sertão simbólico, difuso e presente. Aliás, transformou-se até mesmo em sonho de consumo: quem não deseja possuir um “interior” para fugir ao calor da capital em algum final de semana ou feriado? O termo, de uso corrente no Piauí, seja na capital, seja nos demais municípios do Estado, refere essa alteridade em relação ao urbano. À guisa de conclusão, deixo aberta, então, uma das trilhas para refletir sobre a nossa sertanezidade, como uma linguagem que fala de um sertão piauiense difuso e latente, presente mesmo na vida urbana:

“Eu só não nasci no mato
Porque o destino bestou
Fez meu corpo na cidade
E alma no interior.
Mas sei que sou viciado
Naquele cheirinho de gado
Que a natureza criou (...)”¹⁸ [grifo meu].

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. C. **Capítulos de história colonial (1500-1800) & os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília;DF: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- ABUQUERQUE, D. M. **Nordestino, uma invenção do falo: uma história do gênero masculino**. (Nordeste – 1920-1940). Maceió: Catavento, 2003.
- ALENCAR, J. **O sertanejo**. Rio de Janeiro: Ediouro, [19--].
- ALMEIDA, M. W. B. Linguagem regional e fala popular. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v 8, n. 1-2, p. 171-81, 1982.
- AMADO, J. Região, sertão, nação. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p.145-51,1995.
- AMARAL, José Ribeiro do. **Apontamentos para a história da revolução da Balaiada na província do Maranhão (1898-1906)**. São Luís: Tipografia Teixeira, 1900. 3 v.
- ANDERSON, B. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- ARROYO, L. **A cultura popular em grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984.
- ASSUNÇÃO, M. R. **A guerra dos bem-te-vis: a Balaiada na memória oral**. São Luís: [s.n.], 1988.
- AZEVEDO, A. **Poesias completas de Álvares de Azevedo**. Rio de Janeiro: Ediouro, [19--].
- BAKHTIN, M. M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- BAKHTIN, M. M. (VOLOCHIOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- BRANDÃO, T. P. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: Editora da UFPI, 1999.
- CÂMARA CASCUDO, L. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1962, v. 2.
- CARVALHO, T. **A harpa do caçador**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.
- CARVALHO, C. **O sertão**. Imperatriz: Ética, 2000.
- CARVALHO, E. R. de. **Bem-te-vi**. São Luís: SIOGE, 1987.
- CASTELO BRANCO, F. G. **Ataliba, o vaqueiro**, 8. ed. Teresina: Corisco, 2004.
- CASTELO BRANCO, R. **O Piauí, a terra, o homem, o meio**. São Paulo: Quatro Artes, 1970.
- CUNHA, E. R. **Os sertões**. 27. ed. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo, 1968.
- DIAS, M. C. M. **Balaios e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja**. 2. ed. Teresina: Halley, 2002.
- DOBAL, D. **O tempo conseqüente**. 4. ed. Teresina: Corisco, 2001.
- FALCI, B. M. K. **Escravos do sertão**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- FALCI, B. M. K. Mulheres do sertão nordestino. PRIORI, M. (Org.) NEZI, C. B. (Coord.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/UNESP. 2002. p. 241-75.
- FAORO, R. Os colonos e os caudilhos: a conquista do sertão. **Os donos do poder**. Rio de Janeiro: Globo, 1987, v. 1, p. 153-65.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FERRY, J. **Chapada do corisco**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1952.
- FUNDAÇÃO CEPRO. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. Teresina, 1979.
- GAMEIRO, A. **Chico Vaqueiro do meu Piauí**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1971.
- GAMEIRO, A. **Curral de serras**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1980.
- GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HALL, S. As culturas nacionais como comunidades imaginadas. In: **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998, p. 47-66.
- HOLANDA, S. B. **O extremo oeste**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁸ Estrofe do poema “Matuto urbano”, de Lázaro do Piauí, que se encontra gravado, pelo próprio autor, no CD “Lázaro do Piauí em versos e prosas”, Teresina, maio de 2005. Produção e direção: Lázaro do Piauí.

- HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (Org.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IBIAPINA, F. **Vida gemida em Sambambaia**. São Paulo: Clube do Livro, 1985.
- IBIAPINA, F. **Trinta e dois**. Teresina: Corisco, 2002.
- JANOTTI, M. L. M. **A Balaia**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MOOG, V. **Bandeirantes e pioneiros**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- MORAES, M. D. C. **Memórias de um sertão desencantado** (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade de Campinas, Campinas, 2000.
- MORAES, M. D. C. O sertão desencantado (memórias, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense). LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E. M. (Orgs.) **Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Sergipe: Embrapa. 2002, p. 253-94.
- MORAES, M. D. C. **Memorial da Balaia**: proposta de trabalho para criação da linha de pesquisa: "Memória oral da Balaia" (versão preliminar para discussão). Teresina: [s.n.], 2004, 5 p.
- MORAES, M. D. C. **Veredas do grande sertão na construção do Brasil como "comunidade imaginada"**. (Nota de aula, n. 2, Tópico Especial de Sociologia: "Imagens e Narrativas do Sertão"). Teresina, 2004. 5 p.
- MORAES, M. D. C. **Do destino pastoril à vocação agrícola** (modernização agrícola dos cerrados e inflexões discursivas nas narrativas mestras do Piauí). In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Orgs.) **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006, p. 173-209.
- MORAES, M. D. C. **Desenvolvimento rural sustentável, multifuncionalidade e modo de vida de populações rurais**: algumas questões. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, PAINEL 2: "Multifuncionalidade da Agricultura e Política de Desenvolvimento Rural". Brasília, 23 a 25/08/2005. 25 p. (Brasília: NEAD. No prelo).
- MORAES, M. D. C. COSTA, M. B. 2005. **Gorjeios de bem-te-vis**: ecos da Balaia na memória oral da *Princesa do Sertão* maranhense. XII Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste. GT Memória, Narrativa e História Oral, de 17 a 20 de abril de 2005, em Belém, Pará. 25 p.
- MOTT, L. R. B. **Piauí colonial**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.
- NEVES, F. C. **Imagens do Nordeste**: a construção da memória regional. Fortaleza: SECULT/RCV, 1994.
- OLIVEIRA, R. A invenção da brasilidade sertaneja. Disponível em: <www.ifcs.ufrj.br/~humanas>. Acesso em: out. 1998.
- OTÁVIO, R. **A Balaia (1839)**: depoimentos de um dos heróis do cerco de Caxias sobre a Revolta dos 'Balaios'. São Paulo: Siciliano, 2001.
- PIMENTEL, S. V. **O chão é o limite**. A festa do peão de boiadeiro e a domesticação do sertão. Goiânia: UFG, 1997.
- PRADO JR. A pecuária e o progresso do povoamento do Nordeste. In: **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 66-8.
- PROENÇA, M. C. **Trilhas no grande sertão**. Rio de Janeiro: MEC, 1958. (Cadernos da Cultura, 114).
- RIBEIRO, D. O Brasil sertanejo. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 339-63.
- RICARDO, C. **Marcha para o oeste**: a influência da "Bandeira" na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959, 2 v.
- ROSA, J. G. **Grande sertão**: veredas. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956.
- RUBERT, R. A. **Construindo tempos, recompondo tradições**: um estudo etnográfico de memórias junto a velhos moradores de um contexto rural – Região do Médio Alto Uruguai (RS). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- SAINT-HILAIRE, A. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)**. Rio de Janeiro: Nacional, 1932.
- SAINT-HILAIRE, A. **Viagens às nascentes do rio São Francisco e pela província de Goyaz**. São Paulo: Nacional, 1937. T. 1, série 5ª – Brasiliana, Biblioteca Pedagógica Brasileira v. 68.
- SANTOS, C. **Até amanhã**. (Coleção Contar v. 7) Teresina: Corisco. 2002, p. 9-11.
- SANTOS, M. J. V. **A Balaia e a insurreição de escravos no Maranhão**. São Paulo: Ática, 1983.
- SANTOS, S. R. R. **A Balaia na dialética do sertão**. São Luís: SIOGE, 1997.
- SERRA, A. **A Balaia**. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1948.
- SOUSA, M. S. R. **Imaginário social de semi-árido e o processo de construção de saberes ambientais**: o caso do município de Coronel José Dias-Piauí. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Teresina, Universidade Federal do Piauí, 2005. 193 p.
- SOUZA, C. V. **A pátria geográfica**: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: UFG, 1997.
- TÁVORA, F. **O cabeloira**. São Paulo: Editora Três, 1973.
- TESE vê relação com viajantes do século 19. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jun. 1996. (Caderno Mais!: "O sertão místico de Rosa") p. 5.
- VIANA, **Histórico da formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda, 1922.
- VIEIRA, A. **Sertão brabo**. [s. l.: s.n.], 1966. 245 p.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença. Uma introdução teórica e conceitual. SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-72.



Arquivo pessoal

Fabiano Gontijo

*Doutor em Antropologia Social pela EHESS/França e em Antropologia Cultural pela UFRJ/Brasil
Professor do Departamento de Ciências Sociais, (com Mestrado em Políticas Públicas/Mestrado em Letras) da Universidade Federal do Piauí – UFPI*

IDENTIDADE CULTURAL, RITUAL E CIDADANIA – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES ACERCA DOS FESTIVAIS DE ARTE NO PIAUÍ

Votar não é, por si só, um ato de cidadania. Da mesma forma, tirar documentos e pagar impostos não são, de maneira isolada, exercícios de cidadania. Muito mais do que um conjunto de atos e práticas, cidadania é um processo de conscientização e de tomada de conhecimento das posições no espaço-tempo e nas relações sociais – e dos critérios para a ocupação dessas posições – um *projeto* de objetivação da subjetividade e, enfim, uma *trajetória* de construção do respeito às diferenças culturais e de combate às desigualdades sociais. Ser cidadão é, pois, ter consciência e controle do próprio processo, projeto e trajetória de formulação/reformulação identitária.

Tem-se a impressão de que com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e da massificação das facilidades eletrônicas, entre outros fatores, as referências identitárias se multiplicaram,

se fragmentaram e se diversificaram, levando ao surgimento (ou, pelo menos, à vulgarização) de processos identitários cada vez mais dinâmicos, contextuais, situacionais. Recebemos, captamos e reproduzimos – e produzimos quase *exnihilo* a partir de elementos diversos – sinais múltiplos que servem para a preparação de nossas visões de mundo e percepção dos “mundos”¹ (AUGÉ, 1998) dos quais participamos. Esses sinais visuais trocados em situações de interação entram na construção e na reconstrução social de nossas aparências, formando, situacionalmente, nossas identidades ou imagens identitárias. Essas identidades múltiplas podem ser fixas, reformuladas periodicamente de forma idêntica, ou provisórias e cambiantes de acordo com as situações de interação.

As evidências, trazidas pela pesquisa antropológica, confirmam que o sentido social sobre o qual

¹ A noção de “mundos”, da maneira como definida por Marc Augé (1998), poderia complementar a noção, muitas vezes demasiado rígida e homogeneizadora, de classe social.

se baseiam as identidades concernem dois tipos de relações: por um lado, as relações entre os indivíduos e as diversas coletividades em referência às quais se formulam suas *identidades* – eixo da identidade que define as pertencas sucessivas dos indivíduos; e, por outro lado, as relações dos indivíduos singulares entre eles, pertencam eles às mesmas coletividades ou não, relações ao outro, *alteridade* – eixo da *alteridade* que liga as categorias de *mesmo* e outro. É na dupla relação com o “outro” e com o “coletivo” que as identidades são elaboradas. Ora, essa relação com o “outro” e com o “coletivo” é sempre ritualizada, precisamente por se tratar de um momento crucial da dinâmica da vida social.

A atividade ritual tem por objetivo conjugar e controlar essa dupla polaridade – *indivíduo/coletividade e mesmo/outro* –, ligar as noções de identidade e alteridade e estabelecer, reproduzir e renovar as identidades individuais e coletivas. O rito representa, portanto, um dispositivo com finalidade simbólica que constrói identidades relativas através de alteridades mediadoras. Assim, *in fine*, a cidadania, enquanto processo, projeto e trajetória identitários, só se exerce plenamente a partir de situações ritualizadas, como festas, grandes reuniões, eleições, eventos extraordinários e/ou cíclicos, carnavais... A experiência individual do conjunto dessas situações – e nenhuma delas isoladamente – é que faz do indivíduo plenamente um cidadão.

R. Da Matta já mostrava, em seus estudos célebres (1978), que no Brasil três são os momentos ritualizados através dos quais, mais do que em qualquer outro, se formula a “identidade brasileira”: o Dia da Pátria (sete de setembro), o Dia da Padroeira (doze de outubro) e o Carnaval. Em particular, o carnaval. Como todo ritual coletivo, o carnaval favorece não somente a *re-criação* e o reforço da identidade social global, mas é também o *locus* de consideráveis negociações de interesses políticos e econômicos,

simbolizados ou não (como foi apontado por M.I. PEREIRA DE QUEIROZ, 1999), e, enfim, serve de cenário para a construção e reconstituição das identidades “categorias” relativas, como é o caso das identidades masculina e feminina, burguesa e operária, urbana e rural, branca e negra, mas também as identidades regionais.

A identidade não pode ser compreendida sem sua relação com o outro, nem desconectada da atividade ritual que conjuga identidade e alteridade. As reflexões acerca da identidade e cultural forjadas até então viam a identidade ora como uma interiorização de papéis e *status* impostos do exterior por um “sistema social” e uma ideologia dominantes;² ora como uma capacidade estratégica do ator social que, em vez de interiorizar normas, as cria pela mediação de estratégias racionais e conscientes;³ ora como a possibilidade de definição de si a partir de convicções e compromissos, de sua identificação com os princípios culturais centrais da sociedade, dando assim um sentido subjetivo a sua ação e submetendo sua vida a esse sentido, identificando-se;⁴ ora como um trabalho do ator que se constrói em diversos níveis da prática e em diversos níveis de significação, cada um possuindo sua própria lógica e remetendo a tipos específicos de relações sociais.⁵

A partir daí nos propomos em pensar o ritual não tanto em sua ligação com o aspecto religioso, nem com sua ligação com o aspecto mitológico, nem tampouco simplesmente enquanto estratégia de diferenciações identitárias, mas também – e sobretudo – como lugar de coesão (*alteridade-identidade*), como proposto por M. Augé e D. Fabre (1987): confrontar-se para melhor se integrar... Ou os rituais como maneira de marcar, dominar, compreender e produzir o tempo social, segundo D. Fabre (1987), ou seja, como maneira de combinar o tempo individual e o tempo coletivo, maneira de marcar a relação de si consigo mesmo e de si com o outro. Enfim, o rito

² Pensamos aqui nos escritos de E. Durkheim, de M. Mauss e de R. Parsons e, mais particularmente na França atual, nos de A. Touraine.

³ Essa é a perspectiva de R. Boudon e do individualismo metodológico mas também a de A. Giddens.

⁴ A noção de *habitus* na obra de P. Bourdieu resume esse tipo de perspectiva.

⁵ Dubet, F. *Sociologie de l'Expérience Sociale*, Paris, Seuil, 1994; e também *De la Sociología de la Identidad a la Sociología del Sujeto*, in *Estudios Sociológicos*, 7, 21, 199, p.519-545.

enquanto “(...) *ordenação* simbólica da realidade (...)” Assim, o ritual ajudaria no entendimento da sociedade como um todo e informaria vivência da cidadania.

Enfim, os rituais – dentre os quais, o carnaval, mas também um festejo, como o do Poti Velho, ou um festival, como os de Pedro II e o Interartes da Serra da Capivara, ou até mesmo a Micarina e as diversas “folias” – projetariam em um discurso simbólico aspectos cruciais da estrutura social brasileira e piauiense. Seria um momento específico do vivido social que tornaria possível a redefinição das relações entre indivíduos hierarquizados e diferenciados no cotidiano. Logo, expressaria, de alguma maneira, uma *integração simbólica* de camadas sociais “marginalizadas” ou de populações “estigmatizadas” ao conjunto da sociedade. Essa integração “provisória” – pois limitada *a priori* à atividade ritual – poderia abrir caminho para uma integração mais permanente ou, pelo menos, mais recorrente e, então, o ritual tomar-se-ia uma experiência do *mundo*, como sugerido por R. Da Matta,⁶ uma *experiência social* no sentido de F. Dubet,⁷ uma experiência criadora de identidades e, por conseguinte, de formulação da vivência da cidadania plena.

Podemos entender, a partir das considerações mencionadas, porque os franceses dão tanto valor ao desenvolvimento das práticas esportivas em bairros periféricos das grandes metrópoles habitados essencialmente por imigrantes muçulmanos marginalizados, oriundos das antigas colônias norte-africanas. O esporte e seus rituais serviriam como um *locus* de inclusão social. Mais aprimorados são os projetos, inicialmente esportivos, desenvolvidos no Morro da Mangueira, no Rio de Janeiro, com ajuda de órgãos governamentais e, principalmente, ONGs estrangeiras. Naquela favela, as atividades empreendidas vão desde a prática esportiva profissionalizante até escolas de costura e culinária, passando pela dança e o teatro.

Mais que o esporte, a arte pode servir, logo, como ponto de partida para a inclusão social e o exercício

da cidadania no sentido já definido. Inúmeras escolas de dança funcionam em favelas cariocas, como a Pequena Obra Nossa Senhora Auxiliadora – PONSÁ – no Morro Dona Marta, que teve como ponto de partida uma obra caritativa assistencialista e redencionista e que se transformou, ao longo de décadas de funcionamento, numa incubadora de grandes talentos, usando as musicalidades de origem dos alunos. É nesse confronto de trocas simbólicas entre musicalidades autóctones “populares” e musicalidades alógenas “clássicas” que as identidades parecem se formular e se reformular, gerando vivências de cidadania sustentável.

Assim foi o I Festival Interartes da Serra da Capivara, realizado pela Fundação do Homem Americano, com apoio do governo do Estado do Piauí e de empresas privadas. Em realidade, o Festival não foi um ato único, mas a ponta de um iceberg, dando visibilidade a uma caminhada que começou, talvez com a chegada da Professora Niède Guidon e sua equipe no Piauí, nos idos dos anos 70. Muito mais do que aqueles espetáculos isoladamente apresentados ao vivo para os telespectadores de todo o Estado pela TV Meio Norte, o Interartes foi também uma série de oficinas de dança e música, conferências e palestras, visitas inteligentemente guiadas a sítios arqueológicos, interações de todas as naturezas entre o público do Festival e os habitantes das cidades e povoados de toda a microrregião de São Raimundo Nonato, contatos inusitados e cheios de surpresa com a fauna e a flora da caatinga, “aulas” informais de introdução à sobrevivência no semi-árido... Isso é construção de cidadania.

Em parceria com o Instituto Ayrton Senna, havia sido criado o Pró-Arte, um programa educacional (arte-educação) voltado para crianças e jovens das comunidades do entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara. Essas crianças e jovens, que desenvolvem, ao longo do ano, atividades de música, dança e composição plástica inspiradas nas milenares

⁶ Da Matta, R., Carnavais, Malandros e Heróis, op. cit.

⁷ Para F. Dubet, com efeito, os atores sociais constroem sua subjetividade e sua reflexividade através de suas experiências cotidianas; as experiências individuais só adquirem sentido quando consideradas por outros atores como sendo uma experiência, donde seu caráter social (Sociologia de l'Expérience, Paris, Seuil, 1994, p.101).

pinturas rupestres do Parque, se envolveram diretamente com o Festival. Isso é cidadania.

A segunda edição do Festival Interartes reforçou o projeto inicial. Não foi um ato isolado e preparado às vésperas, mas o resultado de um ano inteiro de trabalhos e atividades dos mais diversos tipos, envolvendo arte, ciência e populações locais, em particular jovens e crianças. A polêmica gerada pela apresentação do espetáculo *O Samba do Criolo Doido*, pelo dançarino Luiz de Abreu, e as consequências desta polêmica ao longo do resto do ano de 2004 e da primeira metade do ano de 2005 são bastante significativas das transformações culturais que um festival desse porte podem produzir: a irreverência e a nudez do dançarino geraram sorriso na platéia e comentários nos habitantes das cidades da região, levando-os a pensar e repensar seus valores e normas culturais numa sociedade em processo de “globalização” e de mudanças. Isso é cidadania. A terceira edição, em 2005, bastante menos polêmica, mais musicada e menos dançada, continuou o processo de tentativa de integração das comunidades locais, da Fundação do Homem Americano e do “mundo global”. Desta vez, percebeu-se mais nitidamente o envolvimento da população de São Raimundo Nonato, em particular, não só na preparação, mas também na divulgação do evento e na participação aos espetáculos e às inúmeras atividades paralelas.

Cidadania, para citar somente dois exemplos ainda, é o que produz o trabalho de produção da cerâmica “típica” da Serra da Capivara. Com apoio do BID e objetivando o reaproveitamento da mão-de-obra até então ocupada na caça predatória, criou-se a fábrica de cerâmica, a partir de técnicas desenvolvidas em conjunto por pessoas nativas e por pessoas de fora e ensinadas aos ex-caçadores e outros membros das comunidades locais. Mas, o exemplo que mais chamou a atenção deste autor foi o das aulas de dança ministradas por Lina do Carmo, a dançarina piauiense radicada na Alemanha, responsável pela coordenação artística do Festival em suas duas primeiras edições. Ela e outros membros da Fundação do Homem Americano e do Pró-Arte conseguiram fazer com que meninos e meninas, assim como seus familiares pobres, vissem na dança e na música contemporânea uma forma de interagir, de maneira brin-

calhona, porém séria, com seu meio ambiente, com sua história, com sua gente, com o mundo... Isso é construção de cidadania.

Enfim, pequenas ações, como as aulas de dança para crianças da Serra da Capivara (e todas as consequências dessas aulas), tornam-se verdadeiros instrumentos do processo de construção da cidadania. É através da arte e da (re)apropriação cultural – e, principalmente, da chamada “cultura” ou “tradicional”, por oposição absurda à erroneamente chamada “cultura erudita” – que um povo se constitui enquanto nação e reforça o ideal da diversidade cultural e do respeito à convivência das diferenças. O governo do Estado do Piauí, através da FUNDAC e da PIEMTUR, já entendeu que é passada a hora de estimular – não só financeiramente, mas instigando a criatividade – essa (re) apropriação cultural, com eventos como a teresinense Feira de Artes da Praça Pedro II (a “Feirinha” da Pedro II) ou o Festival Interartes, mas também o Salão Internacional do Humor (já com mais de 20 edições) e seus temas importantes (como a AIDS ou o racismo) tratados com humor. Chegou a hora de retomar o bumba-meu-boi, os reisados e tantas outras práticas rituais, fazendo com que nos eventos os grupos e classes sociais, as faixas etárias, sexos e as orientações sexuais, as cores de pele, enfim “os diferentes”, se encontrem e, desse encontro, seja repensada a identidade piauiense... Mas, não basta montar palco e fazer festa. Há de se dar sustentabilidade a essas atividades, pois a cidadania só é sustentável se for considerada, repito, como um *processo*, um *projeto*, uma *trajetória*...

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, M. **O sentido dos outros**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- AUGÉ, M.; D. FABRE. “D’un Rite à l’Autre”. *Terrain*, v. 8, p. 71-76. 1987.
- DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DUBET, F. **Sociologia de l’expérience**, Paris: Seuil, 1994.
- FABRE, D. “Le Rite et ses Raisons”. *Terrain*, v. 8, p. 3-7, 1987.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. **Carnaval**: o vivido e o mito. São Paulo: Brasiliense, 1999.



**Benedito Rubens Luna
de Azevedo**

Cientista Social, com especialização em Conservação de Arte Rupestre. Assessor da Prefeitura Municipal de Castelo do Piauí.

A IMPORTÂNCIA SOCIOAMBIENTAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO POTY NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL PIAUIENSE

O presente documento tem como objetivo discutir a importância da Bacia Hidrográfica do Rio Poty no processo de formação da identidade cultural piauiense, fazendo, inicialmente, uma contextualização histórico-cultural, tendo como pano de fundo a narrativa de sete “causos” e histórias fantásticas que permeiam o imaginário coletivo dos ribeirinhos. As informações e os conhecimentos inseridos no texto fazem parte do banco de dados oriundos de uma pesquisa sobre a citada bacia, desenvolvida por este autor, cujo ápice da investigação de campo ocorreu no ano de 2003, quando tive a felicidade de percorrer toda a extensão de sua calha, da nascente até sua foz, durante 65 dias, sem uso de qualquer apoio motorizado.

Contextualização geoespacial

O Poty, que tem o significado de camarão na língua indígena, é um afluente da margem direita do rio Parnaíba e possui uma área de 52.202 quilômetros quadrados, abrangendo os Estados do Ceará, Piauí e o Maranhão se considerarmos que metade das terras no entorno de sua foz situa-se neste Estado. Quanto à nascente do rio, o mais usual pelos livros didáticos é considerar a junção dos riachos Fundo com o Cipó, na serra da Joanhina, como sendo a nascente do Poty.

Por si tal afirmativa mostra a sua imprecisão, ficando sem definir qual a nascente mais alta, a que tem a maior vazão, a mais distante, ou mesmo a que tem maior importância socioeconômica, inclusive, esta tese oficial aparece publicada no livro do geógrafo João Gabriel Batista, 1981. Porém, com base em minhas pesquisas pude notar que o curso principal do rio ultrapassa a serra da Joanhina e vai nascer mesmo é na serra da Ibiapaba, numa localidade rural por nome Jatobá, no Olho-d'Água da Gameleira. Seguindo rio abaixo, o primeiro aglomerado urbano é a comunidade de Santa Maria, e o município de referência é o de Quiterianópolis, Ceará.

O que mais chama a atenção sobre o Poty é o seu traçado sinuoso e imprevisível, pois o mesmo nasce de frente para o leste, migra para o norte, por quase 100 quilômetros, até encontrar uma fenda na própria serra onde nasceu e migra para o oeste onde se une com o rio Parnaíba, portanto, executando um giro de 360 graus sobre si mesmo. Ao cruzar ao meio a extensa e estreita serra da Ibiapaba, cordilheira que limita o Piauí e o Ceará, o rio forma o cânion do Poty, ou Boqueirão do Poty, como é mais conhecido pelos ribeirinhos. Por mais de 20 quilômetros o rio percola entre os paredões norte e sul da serra, for-

mando grandes poços que funcionam como reservatórios superficiais d'água, ladeados pelos paredões rochosos. Esta feição de cânion ainda ocorre por mais de 100 quilômetros rio abaixo, quando o mesmo se estreita por entre os contrafortes da serra.

O valor econômico da bacia

Quanto à vegetação existente na bacia, é diversificada, ecotonal, sendo a caatinga, o cerrado e a mata de cocais os tipos mais densamente encontrados. Quase dois terços da população do Estado do Piauí vivem nesta bacia, sendo que Teresina, a capital do Estado, situa-se na foz do Poty. Das atividades econômicas geradoras de emprego e renda, citamos a ovinocaprinocultura, o extrativismo vegetal com a comercialização da cera de carnaúba, o óleo de coco babaçu, a cadeia produtiva do caju. A mineração com a exploração da opala, em Pedro II – PI e da pedra de castelo, no Município de Castelo do Piauí, vem assumindo um papel cada vez mais importante na pauta de incremento do Estado. O artesanato, a produção agrícola baseada nos gêneros de primeira necessidade e o setor de serviço na Capital do Meio-Norte impulsionam o desenvolvimento econômico e social da bacia. No entanto, é no setor do ecoturismo que encontramos uma promissora atividade econômica, tendo como atrativo principal o belíssimo cânion do rio Poty, tanto pelo seu cenário magnífico como pelo potencial arqueológico ali existente.

O valor histórico da bacia do Poty no povoamento do Piauí

Mesmo sendo uma bacia importante para a economia piauiense, é na formação da sociedade piauiense que o cânion do rio Poty exerceu sua maior contribuição ao funcionar como corredor migratório entre os dois nordestes, por assim dizer, o ocidental, composto pelo Maranhão e o Piauí, e o nordeste oriental, formado pelo Ceará, Paraíba, Pernambuco. Bem antes da chegada do colonizador português, o ameríndio já aproveitava a passagem pelo boqueirão, evitando, com isso, o gasto energético de ter que subir e descer a serra em suas travessias entre o leste e o oeste e vice-versa. Como comprovação deste fato, encontramos uma infinidade de inscrições rupestres dispostas nos enormes blocos de pedra escuras e brilhantes, situadas na entrada do magnífico cânion. A técnica empregada na elaboração das inscrições é a gravura em baixo rele-

vo, por meio do picoteamento do substrato rochoso, ocorrem na forma de grafismos, tridígitos e setas como a indicar o caminho a seguir.

Da mesma forma que os ameríndios, também o colonizador português aproveitou-se da garganta do Poty para dominar o território, estabelecer as fazendas de gado e ampliar os domínios do império colonial português. Deu-se no ano de 1607 a partida de uma expedição jesuítica de Pernambuco com o fim de catequizar as tribos da serra da Ibiapaba. Padre Francisco Pinto e Luís Figueira comandavam o grupo composto, principalmente, de índios cativos.

As tribos do alto da serra, já afeitas ao contato com o colonizador, receberam muito bem a comitiva religiosa, porém quando os dois padres resolveram catequizar os índios Tacarijus que viviam nas terras baixas, na entrada oeste do boqueirão, sofreram um revés dramático. Na tentativa de expelir o invasor cultural, os Tacarijus atacaram, de surpresa, o acampamento dos padres, composto de uns poucos índios Tabajaras das terras do alto da Ibiapaba. Da chacina só restaram o padre Luís Figueira e um indiozinho que se escondera com ele numa moita próxima ao acampamento. Poucos anos depois, veio uma expedição militar e destruiu aquela nação guerreira.

Em meados do século XVII, chega à bacia do Poty o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, estabelecendo suas fazendas no alto (Crateús), no médio (Valença) e no baixo Poty, na região de sua foz. Diante de seu poderio militar, muitas tribos passaram a fazer parte de sua gente. É, portanto, com estes índios que Domingos Jorge Velho se utiliza para destruir Palmares, no sertão alagoano. Daqui, parte com 1.300 arcos (guerreiros) para a guerra. Após derrotar o antigo quilombo, solicita a oficialização das terras da bacia do Poty à coroa portuguesa. Resquícios deste período colonial podem ser vistos em diversas ruínas encontradas ao longo do médio e baixo Poty, como é o caso da comunidade Burity do Sobrado no Município de Castelo do Piauí, onde existem os restos a meia parede de um grande edifício construído com blocos de pedra. Moradores antigos do lugar dizem que aquela edificação pertenceu aos jesuítas, tendo sido encontrados por populares peças e ornamentos religiosos nos arredores do enigmático casarão.

Outra evidência da utilização do cânion do Poty naquela época, como via de acesso, diz respeito à exportação do gado piauiense para o Ceará, Pernambuco e Bahia que utilizava o boqueirão. Ain-

da hoje podemos ver enormes currais de pedra próximos à localidade Oiticica, usados para acomodar o gado, antes de cruzar o cânion. Nos anos de seca ocorria o fluxo inverso, era o gado do sertão do Ceará que migrava para o Piauí em busca de água e pastagens através daquele portal.

Diante de tamanha valoração histórico-cultural, não é de causar espanto que a população ribeirinha e rural desta bacia tenha um profundo conhecimento a respeito de lendas, “causos” e histórias fantásticas remanescentes deste passado agitado por migrações, guerras e conquistas. A seguir, apresentaremos a narrativa de sete casos na tentativa de ilustrar o universo mítico e onírico das populações ribeirinhas do cânion do rio Poty.

CASO I: O Monstro do Poty

Contam os antigos que, lá pras bandas da localidade Oiticica, zona de litígio entre o Piauí e o Ceará, na entrada do boqueirão, habitava um monstro aquático com mais de 20 metros de comprimento. Sua morada eram os extensos e profundos poços do rio. Assustava a lavadeira, o vaqueiro, todo aquele que se aproximasse do rio. Dizem que quando se movia, fazia um vinco na água, tipo uma onda do mar em razão do seu tamanho e força desconhecidas. Além disso, provocava um forte esturro ouvido a longa distância. Ao contar esta estória para o Seu Clóvis, morador da cidade de Quiterianópolis e profundo conhecedor do Poty no seu alto curso, o mesmo disse-me que já conhecia o fato e que, no período em que servira o exército, na cidade de Crateús, década de 1960, participou de uma expedição de reconhecimento ao local de aparição do temível monstro, na tentativa de capturá-lo. Durante muitos dias armaram campana às margens do Poty, porém a armadilha não logrou sucesso. Ao que parece o monstro do rio ainda hoje habita os profundos e escarpados poços, escondendo-se nas inúmeras grutas submersas daquele boqueirão.

Em tempo: Seu Clóvis é um dos que defendem que a nascente do Poty situa-se no Jatobá.

Caso II: Maniqueísmo no Monte Nebo

Na região do alto Poty vivia a tribo indígena dos Crateús, que segundo o Seu Ferreirinha, conhecido historiador natural da cidade de nome idêntico, a palavra Crateús origina-se da fusão de dois nomes de animais ribeirinhos o cará, um peixe, e tiú, um réptil. Com

a chegada dos colonizadores portugueses, paulistas e baianos, aos poucos o domínio dos Crateús ia reduzindo de tamanho, expulsos pelos latifundiários na sua ganância por mais pastos. Ao cabo de décadas só restou um estreito, mais fértil, vale aos pés da serra da Ibiapaba, distando algo em torno de 40 quilômetros da cidade. Para se ter uma idéia do quanto aquele lugar era fértil, ainda hoje existem no centro da comunidade do Monte Nebo os escombros de um antigo engenho de cana que possuía 12 moendas. Sem ter para onde ir, os índios fizeram dali sua última trincheira e mantinham arqueiros bem armados para afastar qualquer invasão dos criadores de gado. Foi aí que os fazendeiros utilizaram uma velha tática de guerra de infiltrar um espião nas fileiras do inimigo. Determinaram a um de seus encarregados que fosse à tribo fazendo-se passar por um mercador amigo. Deram-lhe várias bugigangas, como espelhos, miçangas, pentes, contando ainda uma boa carga de cachaça. A estratégia surtiu efeito e os ingênuos índios permitiram a entrada do emissário maldito. Durante a noite, no auge das danças e cantorias, a bebida foi fartamente distribuída e, em pouco tempo, a maioria dos guerreiros estavam embriagados, sem forças para combater. Depois de recolher as armas de guerra dos índios, o intruso acena aos seus asseclas que aguardavam escondidos o sinal para invadir o acampamento indígena e executar a chacina sem encontrar a menor resistência. Do genocídio, sobraram apenas uns poucos curumins e mulheres que foram escravizados. Com atitudes pouco éticas como estas é que se formou o caráter de nossas elites dominantes.

CASO III: A Pedra do Tic-Tac

Tão interessante quanto a narrativa sobre a enigmática pedra é o seu intérprete, Seu Chico Peres, morador do São Bento, comunidade situada às margens do Poty, no Município de Burity dos Montes, homem de grande sabedoria. Segundo ele, havia uma pedra situada numa planície, no caminho entre o São Bento e a cidade de Pedro II – PI. Não era tão alta, quase do tamanho de uma geladeira, mas o que tinha de especial era a capacidade de emitir um som muito parecido com o tic-tac dos antigos relógios à corda, só que muito alto, ininterrupto e tão estridente que fazia cair o queixo do sertanejo. O fenômeno chamava tanto a atenção, que pessoas de diferentes localidades viajavam léguas para assistir à pedra do tic-tac dar seu *show*. Foi aí que apareceu um cida-

dão não se sabe de onde veio e, na tentativa de furtar o suposto relógio que havia no seu interior, dinamitou-a, destruindo-a por completo, acabando, também, com o estranho som que emitia.

CASO IV: Família que Luta Unida Sobrevive

Este fato aconteceu nas eras de 1980, lá pros lados do vale do rio Cais, afluente da margem esquerda do Poty, e muito ilustra sobre a fibra e a garra do sertanejo nordestino quando precisa encarar as adversidades do meio ambiente em que está inserido.

Morava em um sítio distante, no interior de uma densa mata, uma família típica do sertão: o pai, a mãe e três filhos pequenos – a menina com mais idade não havia completado os 12 anos, os outros contavam seis e sete anos. O vale do Mirindibal é circundado pela serra do Morcegueiro, assim conhecida em função das dezenas de cavernas ali existentes que serviam de moradia para os mais temidos animais do sertão, cobras, morcegos, caititus e onças.

O certo é que, num determinado dia, os pais dos três garotos tiveram que ir trabalhar numa roça distante, deixando a criança maior tomando conta dos dois menores. Não fazia muito tempo que partiram, nas primeiras horas do dia, quando as crianças ouviram um barulho no quintal da casa. A menina mais velha foi ver o que estava acontecendo e, ao chegar lá, percebe que o galinheiro estava sendo atacado por um animal. Supõe a garota ser um cachorro-domato e, gritando, corre para cima do animal na tentativa de que o mesmo fuja com medo da zoada. Qual o quê, nem o animal fugiu, tampouco era um cachorro-domato. Na verdade era uma onça parda adulta que, deixando de lado a galinha, saltou em cima da assustada criança. Aquele alvoroço todo chamou a atenção dos dois irmãos menores. Lá chegando, depararam-se com o enorme felino desferindo golpes na irmã. Sem titubear lançaram-se os três naquela luta renhida, armados com uma pequena faca tipo canivete e um porrete feito do caule do jucá, duríssimo. Depois de um longo e sangrento combate, as crianças conseguiram matar a temida onça. Tão grandes e profundos foram os ferimentos provocados pelo perigoso felino que a criança mais velha teve de passar dois meses no hospital, em recuperação. Hoje, já adulta, Francisca, a irmã mais velha, guarda as cicatrizes por todo o corpo, mas é no seu olhar, no seu ar de guerreira que percebemos toda a garra e altivez do sertanejo da bacia do rio Poty.

CASO V: Uma História de Fé

Ao visitar a cidade de Prata do Piauí, às margens do Poty, no seu baixo curso, o visitante se encantará com a singeleza e o ar interiorano típico de sertão piauiense. Também não poderá ir embora sem desfrutar do refrescante balneário da Prata Velha, que fica nas cercanias da cidade, onde uma grande piscina de água natural e cristalina é alimentada por olhos-d'água de forma permanente. Se sentir fome, o turista deve procurar a “Fé” e seus problemas estarão resolvidos, é referência na cidade. Também fabrica doces deliciosos. É muito comunicativa e alegre. Contou-me, então, de uma especial experiência que aconteceu com ela durante sua adolescência. Sua família possuía raízes numa pequena comunidade rio acima, ficava próximo ao poço do Curicica, sendo este muito profundo. Ela e sua mãe foram passar uma temporada, deixando a cidade de Prata onde viviam. Como de costume, cedo da manhã as mulheres da comunidade dirigiam-se ao rio com o objetivo de lavar roupa e pegar água para o abastecimento dos lares. Enquanto isso, Fé, suas primas e colegas acompanhavam as mães naquele alegre passeio. No dia do ocorrido, as meninas brincavam de ver quem dava o salto mais espalhafatoso possível, o que fizesse espalhar mais água para todos os lados. Sempre espevitada, Fé se esforça ao máximo na sua vez, afasta-se, corre e salta dando um mortal antes de cair na água. Afundou, perdeu os sentidos e a direção para chegar à margem do rio, nadou embaixo d'água a esmo. As colegas logo perceberam que alguma coisa havia dado errada, pois Fé não retornara à tona. Em pouco tempo toda a comunidade estava em volta do rio. Pescadores experientes lançavam-se em mergulhos demorados para tentar encontrar Fé, sem sucesso. Depois de horas de busca infrutífera, deram o caso por encerrado, imaginando que a moça estivesse morta, presa em alguma raiz ou saliência de rocha submersa. Choro, desmaios, desespero dos parentes e amigos era só o que se ouvia.

Mas o que aconteceu depois deixou todos cobertos de espanto. Já era fim de tarde e todos esperavam a chegada do delegado para registrar o caso quando, de repente, surge Fé na margem do rio. Ainda tonta e exausta desmaia na frente de todos. Ao acordar, Fé explicou que, ao cair na água, ficou atordoada e nadou embaixo d'água, entrando, sem saber, numa gruta submersa. Já quase sem fôlego, chegou num lugar muito escuro, uma gruta interna, onde pôde

respirar. Ali mesmo ficou e adormeceu. Algum tempo depois sentiu alguém se aproximar dela, parecia um ser meio-peixe meio-homem, que a pegou pelos braços e a conduziu até bem próximo da margem, depois retornou para as profundezas do Poty. Quem a retirou da caverna? Como ela conseguiu retornar e quais seres habitam as cavernas submersas do Poty? São questionamentos que murmuram, vez por outra, em meus pensamentos e devaneios.

CASO VI: Prova de Amizade

Nesta narrativa a figura emblemática é a assustadora cobra sucure. Este animal se adaptou muito bem ao ecossistema do cânion do rio Poty onde os grandes poços lhe serviam de moradia, tendo peixes e outros animais do entorno como seu alimento predileto. Entretanto, com os desmatamentos, a caça predatória e a perda da biodiversidade já não se vêem grandes exemplares destes animais. Ouvi, da parte dos pescadores, que, no poço Amarelo – tem este nome devido à cor dos paredões de arenito que o circundam – há dez anos, eles mataram uma sucure que media 72 palmos, algo em torno de 14 metros. Na esperança de reaver o couro do bicho perguntei-lhes se o guardaram. Qual não foi minha tristeza quando soube que o couro foi cortado em pedaços para a fabricação de tamboretas, ou seja, pequenos bancos de madeira cujo acento vem a ser o couro da cobra, por ser duro e resistente.

Mas o caso que vou lhes contar ocorreu num poço profundo de um afluente da margem esquerda do Poty, o rio Sambito. Lá estavam dois pescadores, amigos de longas datas. Era fim de tarde, eles usavam uma canoa de madeira típica do lugar para ajudar a fixar os enganchos e redes, enquanto um ia por dentro d'água o outro seguia na canoa, num trabalho de ajuda mútua. Ao passarem por uma anciã que estava a lavar roupas, ouviram dela uma informação assustadora. Disse ela que, naquele sinistro poço, morava uma sucure muito antiga, de grandes proporções e que seria melhor que voltassem de onde vieram. Disse também que a cobra sucure já tinha tragado vários pescadores para o fundo do rio, onde possuía um esconderijo. Sendo que até aquela data ninguém mais viu o corpo dos pescadores mortos. Sem temerem o aviso, os dois amigos penetraram mais ainda no alcantilado boqueirão, preparando as armadilhas. Quando, de súbito, quebrando a harmonia do lugar, eis que surge a sucure, ao tempo em que

emite um esturro assustador, dá um salto ao lado da canoa. Com o movimento da água, o pescador que estava na canoa se desequilibra e cai no rio. O amigo, distando uns 20 metros dali, nada pode fazer. A velha, de longe, assiste impávida. Ao cair, o coitado torna-se presa fácil para o astuto ofídio, que dá o bote e o carrega para o fundo do rio. O amigo que ficou nadou até a margem sem saber ao certo o que fazer, quando a velha pragueja mais uma vez dizendo que não havia mais o que fazer, e aquele seria mais um jantar da sucure. Ao ouvir a lavadeira desdenhar da situação, enche-se de rancor e ódio para com a terrível cobra. Responde à velha dizendo que aquele seria o último almoço da sucure, e ele retornaria com o corpo do amigo, mesmo que já morto. Acomodou sua faca entre os dentes, colocou todo o ar possível nos pulmões e mergulhou no rio. Não demorou a achar a entrada do esconderijo da sucure e, já quase sem fôlego, alcançou a parte seca no interior da caverna submersa. Em seguida, acendeu uma vela para clarear o lugar, quando enxergou a grande serpente sem veneno, ainda enroscada quebrando os últimos ossos inteiros do infeliz amigo. Com a fúria de um titã desferiu inúmeras facadas no tenebroso animal, levando-o ao óbito. Resgatou o amigo trazendo consigo a cabeça da cobra. Ao ver o pescador retornar, a velha lavadeira danou-se em desabalada carreira. Antes de partir o bravo pescador enterrou o amigo cobrindo-o com seixos do Sambito, recuperou os enganchos armados e os peixes capturados. Concluídos os serviços, foi embora avisar aos familiares do colega morto sobre o trágico acontecido.

CASO VII: A Rainha do Poty

Fora a temida cobra sucure, existe um outro animal que põe medo e assusta a todos que se servem das águas do Poty, é a assustadora arraia. Mas sua ocorrência limita-se à parte do médio e por toda a extensão do baixo Poty. Ela só não habita os poços mais altos do rio porque a arraia não consegue vencer a acentuada declividade da cachoeira da Lembrada, situada no Município de Burity dos Montes. Talvez pela falta de predadores este esquisito peixe de forma ovalada proliferou de maneira indiscriminada. Sua arma de defesa é um poderoso esporão que traz consigo na ponta de uma saliência, tipo cauda. A arraia gosta de viver enterrada no limo, próximo à margem do rio. Sem perceber o perigo, aquele que pisar em cima dela sofrerá uma forte perfura-

ção, cujo ferimento provoca uma dor insuportável. Sua recuperação é lenta, muitas vezes infeccionando a ferida. Sua esporada é tão intensa que até um touro ou cavalo que nela pise terá seu casco perfurado, e, em razão da dor, o quadrúpede rolará por horas na margem do rio, sangrando muito no local atingido.

Disse-me um pescador, na altura da passagem da Concórdia, Município de Juazeiro do Piauí, ter capturado uma grande arraia, cuja circunferência media 17 palmos. A espécie mais comum no Poty tem uma coloração marrom escura, porém, fui informado que no alto do rio São Nicolau, afluente do rio Sambito, vive a arraia branca muito grande e sua esporada é tão violenta que, se não matar, aleija o acidentado. Ao chegar numa fazenda às margens do Poty, no Município de Monsenhor Gil, de longe avistei um homem que caminhava com dificuldade. Ao me aproximar pude perceber um ferimento muito inflamado no seu pé direito. Ele contou-me que estava pescando no rio, se achando protegido, pois estava calçado com uma bota de borracha vulcanizada, entretanto, ao pisar numa arraia, esta conseguiu perfurar a bota e atingir a parte superior do seu pé.

Por esta e por tantas outras, é a arraia um animal que permeia o universo imaginário dos ribeirinhos do Poty. Foi durante uma de minhas viagens de campo ao médio Poty, que escutei uma história espetacular. Em eras passadas, os pescadores do rio projetaram uma espécie de bota de carnaúba, que deixava livre de esporadas quem as calçasse. Os pescadores trançavam de tal forma a palha da carnaúba que, quando molhadas, aumentava a resistência das mesmas. Para o meu desencanto ninguém mais sabia confeccionar a dita bota. Imaginei que aquela técnica teria se perdido com o passar do tempo. Dois anos depois voltei à mesma região, convidado que fui pelo Senhor Pedro de Loia, agente de saúde da comunidade Piaus, Município de Burity dos Montes. Após a festa, retornava eu com mais alguns convidados na traseira de um pick-up, quando comentei a respeito da bota de carnaúba, explicando, por fim, minha mágoa em não encontrar quem a confeccionasse. Neste momento uma senhora me toma a palavra e diz que viu várias vezes seu avô fabricar a bota. Afirmou, também, ser ela capaz de confeccioná-la, dei saltos de alegria. A fiz prometer que tentaria, até lhe consegui as palhas para executar a tarefa. Dois meses depois Dona Maria Palhares manda avisar que a bota estava pronta. Quando cheguei a sua

casa, na cidade de Castelo do Piauí, já não agüentava de tanta ansiedade. Ela vem e traz nas mãos um par da bota de carnaúba, tão perfeito que mais pareciam objetos mágicos, daqueles que só vemos nos contos de fada. Na verdade estava ali consumado o resgate de uma cultura única, fruto da vivência secular do sertanejo interagindo com o seu meio ambiente, encontrando soluções ecológicas que aplaquem o seu sofrimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com toda a importância social, cultural, econômica, arqueológica e ambiental, vivemos a esdrúxula situação de observar a paulatina morte do Poty. São tantos os problemas que lhe encerram que merece um artigo à parte. O desmatamento, mineração criminosa, assoreamento, passando pelo lançamento de esgotos urbanos, a caça e a pesca predatórias são alguns exemplos. A construção aleatória de barramentos vem gerando uma perda considerável da oferta de água de superfície. Os vales do alto e médio Poty eram úmidos, possuíam matas verdejantes, como é o caso do Monte Nebo em Crateús. Hoje a vegetação é composta de arbustos esparsos, terra nua, sem nutrientes, e as poucas matas de encosta que sobraram estão desaparecendo em virtude das queimadas. Com a elevação da temperatura e o efeito estufa tem havido uma aceleração do processo de desertificação na bacia do rio Poty. Este quadro, infelizmente, nos apresenta um futuro sombrio para os habitantes do Poty.

É necessário, portanto, um esforço coletivo envolvendo os diversos segmentos da sociedade para amenizar os efeitos nefastos do antropismo. Esforço este que passa, peremptoriamente, pela criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Poty, a fim de que elaborem uma política unificada de revitalização e gestão das águas, desde a nascente até sua foz. Não haverá futuro sustentável se o nosso principal insumo, a água, não receber a devida atenção por parte de todos.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Cláudio. **Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 1994.
- BAPTISTA, João Gabriel. **Geografia física do Piauí**. [Teresina]: Comepi, 1981.
- CHAVES, Joaquim. **O índio no solo piauiense**.



Arquivo pessoal

Sérgio Romualdo Lima Brandim

Mestre em História do Brasil (UFPI). É professor da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e da Faculdade Santo Agostinho (FSA). Pesquisador na área de História, Cultura, Antropologia e Religião. Desenvolve atividades acadêmicas na área de metodologia e projetos de pesquisa monográficos.

RELIGIOSIDADE E CIDADE: O SANTUÁRIO DE SANTA CRUZ DOS MILAGRES-PI

O Brasil é um país oficialmente católico, contudo vem apresentando continuamente uma diminuição desta população para religiões neopentecostais, religiões afro ou de procedência oriental. Apesar desta diminuição, o Estado do Piauí ainda possui, aproximadamente, 91,3% de sua população que declaram ser católicos.

Dentro desse espaço de forte característica religiosa, as expressões de fé se apresentam e explodem aos olhos de seus habitantes, sendo que as festas de padroeiros ou padroeiras marcam significativamente o calendário festivo das cidades piauienses. Dessa forma, as romarias, oferendas de ex-votos, pagamento de promessas, novenas, etc., tornam-se práticas recorrentes ao povo na demonstração de sua religiosidade.

A influência religiosa e suas práticas devocionais observadas na cidade de Santa Cruz dos Milagres, único santuário reconhecido pelo Vaticano para peregrinação no Piauí, já extrapolaram as fronteiras, e sua importância atualmente é percebida pela quantidade considerável de romeiros que para lá se dirigem, mesmo

tendo como obstáculos os percalços geográficos e físicos que se impõem aos romeiros de vários estados nordestinos.

A construção desse local, no imaginário do sertanejo, remete às décadas finais do século XIX, misturando-se às várias narrativas que iam florescendo nas suas experiências cotidianas, apresentando uma quantidade significativa de símbolos e marcando sensivelmente a estrutura religiosa e suas práticas.

De forma resumida a lenda revela que, num certo dia, no Município de Valença, em uma localidade chamada “Jatobá”, chegou um beato com a sua pregação habitual de fé e convenceu um vaqueiro a segui-lo até um morro próximo. Deu-lhe um cavador de madeira, mandou-lhe cavar a rocha bruta, mas o vaqueiro incrédulo somente ficou olhando e esperando o retorno do beato, que tinha descido o morro até um mato próximo, trazendo logo após uma cruz de 1,50m por 80cm, feita de “pau de chapada”, uma árvore muito comum e abundante na região. Ao chegar e perceber que o vaqueiro nada fizera, o “velho” traçou com o dedo um círculo na pedra, sacando com a mão a pedra do buraco,

onde colocou a cruz e disse ao vaqueiro que “...por aquele sinal, um dia aconteceriam maravilhas” (MENDES, s/d, p.6). Depois disso desceu o morro e, já próximo ao rio São Nicolau, mostrou-lhe uma nascente de água, desconhecida na região e disse “...por aquela água, até milagres ali haveria de acontecer” (MENDES, s/d, p.6).

Depois desse acontecimento, segundo a tradição oral, o vaqueiro teria voltado a seu cotidiano “normal”. Tempos depois, a sua filha adoeceriu e apesar de todas as rezas e remédios não mostrava sinais de cura. Lembrando da nascente d’água e conseqüentemente das advertências do beato, levou a criança para o local escolhido por aquele. Ao banhá-la e fazê-la beber da água aconteceu uma cura imediata, fazendo com que o acontecimento se espalhasse pelo sertão e, desde então, as romarias foram se formando no intuito de presenciarem os milagres acontecidos naquela região.

Observamos, ao fazermos uma análise sobre as versões da lenda, que essa possui algumas alterações em seu teor, porém o contexto simbólico que a compõe permanece, na sua grande maioria, ileso, ou seja, os personagens que constituem são sempre o beato e o vaqueiro, além dos entes naturais e sagrados como a cruz, a pedra bruta e o olho-d’água.

No texto “Manifestações Folclóricas” (1995, p. 357-358), as autoras Verônica Ribeiro e Maria Cecília Nunes narram a lenda da seguinte forma:

Conta-se que num certo dia de um ano que não se sabe mais qual, chega à Fazenda Jatobá um homem desconhecido. Sem dar qualquer explicação, chama o vaqueiro e vai com ele a um morro próximo dali. Os dois passam a construir uma capela de taipa, coberta de palha, e um cemitério[...] O desconhecido risca o chão e retira com as mãos o pedaço de pedra cortado. [...] desce até o sopé do morro e mostra um pequeno olho-d’água junto a uma palmeira de buriti [...] a notícia do fato correu o mundo. Foi o próprio Jesus Cristo que veio, pessoalmente, determinar o seu desígnio e escolheu aquele lugar, inóspito e árido, como para significar seu caráter penitencial e místico.

As duas versões da lenda (a primeira narração é feita pelo Padre David Mendes e a segunda, transcrita por Verônica Ribeiro e Maria Cecília Nunes)

diferenciam-se em alguns pontos quanto à identidade “divina” do homem desconhecido, mas é verificável que o conteúdo sagrado e os personagens continuam os mesmos.

A lenda se perde no tempo, e o documento mais antigo sobre a região foi encontrado no segundo Livro do Tombo da Paróquia de Valença. A data instituída neste marca o dia 20 de junho de 1888, com a nomeação do Sr. Joaquim Manoel Pereira de Sousa como Procurador da Capela de Santa Cruz dos Milagres, em terras da Fazenda Jatobá. Outros documentos oficiais sobre o Santuário remetem às reformas e construções da igreja. Em 1893 é construída uma capela em substituição a uma de palha que lá havia. Porém, em 1911 ocorre a reforma da capela transformando-a em igreja. Em 1929 é construída uma outra igreja ao lado da antiga que foi destruída, e os trabalhos de construção e reforma se estenderam até meados dos anos de 1942. Em 1969 é feita uma nova reforma com a reconstrução do altar-mor e do Santíssimo, além da construção da torre, ficando totalmente pronta somente em 1983.

Essas informações acerca dos vários processos de construção, reforma e até de demolição indicam, a princípio, a importância que esse movimento religioso passou a adquirir enquanto manifestação da fé ou da crença no sagrado, favorecendo a cada período um aumento significativo da quantidade deromeiros, influenciando na construção de uma cartografia que extrapolava a cada período os seus contornos originais.

Podemos dizer que uma das formas que influenciaram essa mutação cartográfica foram (e são) as manifestações festivas, expressões visíveis dos momentos de ligação do sagrado com o profano, marcado no calendário por três grandes momentos: o primeiro refere-se aos festejos em setembro, durante a primeira quinzena; o segundo faz parte da cerimônia conhecida como “Encontro de Imagens” (santos trazidos das principais paróquias do Piauí), festejado no último domingo do mês de outubro; e o terceiro refere-se à comemoração da Invenção da Santa Cruz, realizada no mês de maio.

Símbolos e Simbologias de Santa Cruz dos Milagres

Uma das principais relações perceptíveis, em relação à lenda, é a que diz respeito ao espaço, esse é fundamental na concretização das manifestações religiosas existentes e um elo que permite manter aceso os laços que unem o sagrado e o profano. Enquanto função metafórica, o espaço realiza a concretude dos passos dos romeiros e territorializa um corpo de simbologias, acessando múltiplas interpretações, pois o simbolismo:

acrescenta um novo valor a um objeto ou a uma ação, sem por isso prejudicar seus valores próprios e imediatos [...] o pensamento simbólico faz ‘explodir’ a realidade imediata, mas sem diminuí-la ou desvalorizá-la, na perspectiva, o universo não é fechado, nenhum objeto é isolado em sua existencialidade, tudo permanece junto, através de um sistema precioso de correspondência e assimilações (ELIADE, 1996, p.178).

Nesse caso, perceber as relações intrínsecas ao fenômeno religioso e, principalmente, ao contexto de Santa Cruz dos Milagres passa em um primeiro momento pela necessidade de analisar algumas simbologias existentes nessa relação, tanto no que diz respeito às práticas religiosas, quanto àquelas referentes à geografia do “sagrado”.

Uma das principais simbologias existentes tanto na mítica-lendária, como na geografia do sagrado diz respeito à “cruz”. Ela é a principal referência para o santuário; é o marco mítico e fundador do espaço. É sobre sua sombra que se manifestam os sonhos, os pedidos e agradecimentos.

A cruz recupera a trajetória bíblica e encerra uma mediação com a figura de Cristo e, dessa forma, seu valor revela-se essencial para a vida dos santuários, pois é nesse espaço onde “o inalcançável e o possível, o visível e invisível se interpenetram numa trama urdida pela narrativa ficcional dos relatos orais e dos fragmentos escritos”(STEIL, 1996, p.23).

A veneração à cruz de madeira rústica resume a crença e a confiança em um ente superior, invocada para aliviar os mais diferentes males, tanto espirituais como materiais, externa um riquíssimo repertório simbólico, tornando-se por excelência

signo e significado que atrai e projeta experiências ricas e significativas àqueles que se aglomeram ao seu redor para pagar promessas, para rezar por graças alcançadas ou, em uma última consideração para que, num toque mágico, possam usufruir deste poder.

Essas experiências significativas do sagrado lançam, segundo Mircea Eliade (1996, p. 54), o homem para um tempo primordial, pois “retira o homem de seu próprio tempo individual, cronológico, histórico[...] e o projeta, pelo menos simbolicamente, no grande Tempo, num instante paradoxal que não pode ser medido por não ser constituído por uma duração”.

Nesse sentido, as pessoas são arrebatadas para um outro Tempo que se mostra único pela possibilidade de ligação com o religioso, com um ser superior, realizando nessa atmosfera sagrada uma ligação com as representações, essas se tornam importantes tanto no sentido de orientação, dentro de uma sociedade vigente, quanto uma possibilidade de comunicação (MOSCOVICI, 2003, p.21).

Essas representações, ao viabilizarem a integração do indivíduo com a idéia de espaço “superior” e sagrado, cristalizam e legitimam incessantemente as mais diversas manifestações religiosas, que ritualizadas passarão a fazer parte de um universo tangível e cotidiano para milhares de romeiros, que através de suas práticas reformulam e resistem às diversas tentativas de contenção e disciplinarização impostas pelas normas católicas.

Dessa forma, as várias manifestações com relação à “Santa Cruz”, como a adoração, a veneração, os pedidos, os agradecimentos, as exposições votivas através de ex-votos, preces, olhares detidos, lágrimas..., são exteriorizações que atuam em torno de uma cultura religiosa, pois abrange:

um sistema de símbolos que atuam para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas (GEERTZ, 1989, p. 67).

Assim, a cruz enquanto símbolo cumpre uma função poderosa, no sentido atribuído por Geertz, pois ajuda a estabelecer uma experiência unificadora que se revela de forma contínua e dialética, pois transforma simples objetos (como uma madeira) em uma potente realidade de transcendência, oportunizando uma ligação com o sagrado, fazendo circular por um código, *o todo*, num simples fragmento.

Mas, não somente a “cruz” é indicadora dessa experiência religiosa, a água existente na região em formato geográfico de “olho-d’água” espacializa os romeiros, pois constitui, juntamente com a cruz e a terra, eixos singulares e arquétipos de uma projeção celestial, projeção essa definidora da “cidade sagrada”, pois esse protótipo extraterreno, como designa Eliade (1992, p. 22-23), transforma-se em modelo mágico-religioso capaz de transformar o caos em Cosmo.

A cruz, ao unir céu e terra, institui sobre o espaço um conjunto harmonioso, transferindo aos outros fenômenos naturais, como a água, uma experiência religiosa e mítica, potencializando ações que regem as práticas dos romeiros como o banho, a imersão do batismo, pagamento de promessas, ou mesmo quando a ingerem confiantes na cura de doenças ou ainda quando a levam como “amuleto” em sinal de um batismo secreto, defendendo-os nos dias que não estiverem sobre a “proteção” do espaço sagrado.

O simbolismo aquático, apontado por Eliade (1993, p. 153-154), é importante pois:

a imersão na água simboliza o regresso ao pré-formal, a regeneração total, um novo nascimento, porque uma imersão equivale a uma dissolução das formas, a uma reitengração no modo indiferenciado da preexistência; e a emersão das águas repete o gosto cosmogônico da manifestação formal. O contato com a água implica sempre a regeneração: por um lado a dissolução se segue um novo nascimento; por outro, porque a imersão fertiliza e aumenta o potencial de vida e de criação.

Buscamos o entendimento dessas relações religiosas enquanto um conjunto de códigos simbólicos é perceber que as práticas sociais só podem ser entendidas enquanto manifestações culturais, pois abarcam uma infinitesimal rede de estratégias e práticas

realizadas pelos sujeitos que, por sua vez, se tornam produtores e receptores de cultura.

Indicarmos essas simbologias como uma rede que é compartilhada pelos vários atores sociais não significa entendê-las apenas sob a conotação de enredos presumíveis. Isso acontece exatamente pela relação dinâmica entre espaço e sujeitos, onde esses a todo o momento formulam e reformulam seu viver “mágico-religioso”.

A opção pela interpretação do simbólico, ao invés de limitar as explicações, busca contribuir para uma leitura metafórica do religioso e suas redes de significados, tentando perceber como os diferentes sujeitos realizam esse processo de decodificação, mas que também permite transgressões e escapatórias, essas podem ser percebidas mais detidamente naquilo que é conhecido como “profano”.

Isso significa que entender as conotações implícitas em torno das simbologias como a cruz, a terra, a água e ainda a escadaria, ao invés de empobrecer a abordagem, faz parte da consciência de que “os sistemas culturais têm que ter um grau mínimo de coerência, do contrário não os chamaríamos sistemas [...] pois divorciá-la das suas aplicações é torná-la vazia” (CHARTIER, 1989, p.13).

Entre o Santuário, onde fica a Cruz, e a cidade, onde fica a Fonte, temos a escadaria, um espaço de ligação entre o mundo sagrado (representado pelo Santuário) e o profano (representado pela cidade). A escadaria é um símbolo marcante dentro do imaginário humano, segundo Eliade, devido a sua existência mítica em várias culturas, pois essa alegoria foi sendo utilizada para distinguir imagetivamente o bem do mal, a felicidade da infelicidade, a santidade do profano, pois a visão de utilização da escada é sempre de baixo para cima, ou seja, do ruim para o melhor.

A escadaria verticaliza duas ações opostas, pois ao tempo em que concretiza o espaço profano, invertendo o sentido religioso e de penitência, permitindo a externalização do comércio onde tudo se encontra, desde a venda de imagens e produtos sacros até o mais simples utensílio doméstico, além de verduras e legumes, representa também de forma simbólica:

O que podemos observar, desde já, é a virtude consagrada da “altura”. As regiões superiores estão saturadas de forças sagradas. Tudo quanto está mais próximo do Céu participa, com intensidade variável, da transcendência. A “altura”, o “superior”, são assimilados ao transcendente, ao sobre-humano. Toda “ascensão” é uma ruptura de nível, uma passagem para o Além, uma ultrapassagem do espaço profano e da condição humana (ELIADE, 1993, 92).

Assim, ao formularmos de maneira resumida alguns vieses de pensamento sobre o religioso em Santa Cruz dos Milagres, queremos também, no próximo ponto de análise, indicar a problemática que envolve a experiência mítico-religiosa das romarias e seu sentido e função para aqueles que significam seus passos em comunhão com esse conjunto de signos que envolvem o espaço religioso.

Romaria e Cidade: a construção simbólica dos espaços

A cidade de Santa Cruz dos Milagres, e a idéia de santuário que a envolve, é um excelente exemplo para compreendermos de que forma esse espaço tornou-se um atrativo para milhares de pessoas, confirmando pressupostos de que a cidade é, acima de tudo, uma força atrativa, como abordou Rolnik (1995). Dessa forma a idéia de cidade e a de sagrado atuam feitos “um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens” (ROLNIK, 1995, p.12).

Esse sentido de atração que envolve os santuários parte de uma idéia que norteia esse artigo – a convicção da cidade enquanto ente simbólico capaz de expressar estratificações de sentidos, pontuado pela fragmentação e trajetórias que alteram a noção de espaço, fazendo com que as ações diárias se tornem sempre indefinidamente outra.

A romaria, nesse sentido, teatraliza a cidade, porque é sob sua jurisdição que os passos elaboram operações do caminhar, pois:

os movimentos pedestres formam um desses ‘sistemas reais cuja a existência de fato constrói a cidade’ [...] A atividade dos passantes transforma-se em pontos que traçam uma linha totalizante e reversível no mapa [...] Essas fixações constituem procedimentos para o esquecimento. O traço que deixou para trás é substituído pela prática (BARRETO, 1989, p. 28-29).

Os passos dos romeiros inventam e reinventam a cidade, criando um mapa de pontos que designam significados simbólicos, articulando uma geografia de errância que multiplicada favorece:

uma experiência esfarelada em deportações inumeráveis e ínfias (deslocamentos e caminhadas), compensadas pelas relações e os cruzamentos desses êxodos que se entrelaçam, criando um tecido urbano, e posta sob o signo do que deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas um nome, a cidade (CERTEAU, 1994, p.183).

Esse entrelaçamento de passos realizado sob a cidade articula uma multiplicidade de “consumos,” pois os símbolos constituem possibilidades que ao se juntarem às práticas errantes e religiosas explodem em uma contextualização rica de significados.

Sabemos que a romaria ou peregrinação é uma prática da maioria das religiões, sendo um costume que remonta aos mais antigos tempos, introduzida no Brasil pelos portugueses. É um ato de devoção, com caráter penitencial, em que romeiros pagam promessas com doações, esforços físicos e entrega de ex-votos, em cerimônias litúrgicas.

A romaria pode ser individual, em dupla ou em grupo, a pé, a cavalo, de charrete, moto, carro, caminhão ou ônibus fretado. Os romeiros viajam muitos quilômetros, com a finalidade de chegar aos locais onde a Igreja Católica, em suas capelas ou basílicas, igrejas ou matrizes, veneram santos e símbolos religiosos. Depois de pagar sua promessa por uma graça alcançada, o romeiro retribuí a sua graça com velas, orações, ex-votos ou espórtulas (presente).

Essas peculiaridades referem-se também ao contexto do santuário de Santa Cruz dos Milagres e nos apontam que o lugar é, acima de tudo, uma criação religiosa e sagrada, pois “leva as pessoas a seres e poderes celestiais ou, retirando-as por um momento do lugar onde estão, fá-los por um instante conviverem com os homens sua experiência de nômades, dentro ou fora da festa” (BRANDÃO, 1989, p.40).

A romaria praticada pelo catolicismo tradicional tem como ponto fundamental a sacralização de

locais específicos da cultura religiosa. Isso acontece, pois “os locais de culto são sagrados e especialmente devotados e protegidos por padroeiros quando certos lugares sagrados são únicos ou particularmente dotados de poder religioso” (BRANDÃO, 1989, p. 37).

Nesse sentido, realçamos que a romaria, ao tempo em que faz circular uma rede simbólica com ritos e celebrações, contribui para uma dinâmica cultural, pois os passos ritualizados pelos romeiros apresentam uma dupla função: significam e enriquecem as práticas sociais e reatualizam a presença do sagrado, afirmando a posição de destaque que passou a desempenhar as cidades-santuários, dentro do contexto nacional, marcado pela acirrada divisão social, fazendo assim com que as preces, romarias e promessas tornem-se uma alternativa benéfica frente aos flagelos sociais.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A cultura na rua**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- _____. A partilha do tempo. In: SANCHIS, Pierre (Org.) **Catolicismo: cotidiano e movimentos**. Rio de Janeiro:Edições Loyola, 1992.
- _____. Andando na cidade. HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.) **Revista Cidade**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 95-114, 1994.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: arte de fazer**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1994. v. 1.
- _____. **Mito do eterno retorno**. São Paulo: Mercuryo, 1992.
- _____. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ELIADE, Mircea. **Tratado de história das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- FREIXINHO, Nilton. **O sertão arcaico do Nordeste do Brasil: uma releitura**. Rio de Janeiro: Imago, 2003.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- MENDES, David. **Santuário de Santa Cruz dos Milagres: um pouco de sua história**. [S. l.: s. n., 19--].
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SANTANA, R. N. Monteiro de. (Org.) **Piauí: formação, desenvolvimento e perspectivas**. Teresina: Halley, 1995.
- STEIL, Carlos Alberto. **O sertão das romarias: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa – Bahia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

Normas para Publicação de Artigos

A Carta CEPRO, publicada pela Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí, publica artigos de cunho técnico-científico, em português, enfocando aspectos econômicos/sociais das realidades brasileira, nordestina e/ou piauiense.

Os artigos recebidos serão submetidos à apreciação do Conselho Editorial, e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos:

- Formato A4, espaço 1,5 cm, com margens de 3 cm, fonte times new roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 6 páginas, incluindo notas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições à que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone, especificado como nota de rodapé, utilizando asterisco(*);
- as tabelas e gráficos devem estar no formato Excel; mapas e ilustrações em imagem vetorial e citados na página do texto;
- os títulos das tabelas, gráficos, quadros e ilustrações devem conter: a variável, a localidade e o período a que se referem;
- notas de rodapé explicativas ou complementares devem ser curtas, numeradas em ordem seqüencial e estar na página na qual ela é referida;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor – data (NBR.10520 da ABNT);
- referências completas e precisas, segundo as Normas para Referências NBR 6023, da ABNT;
- a coordenação editorial poderá proceder, nos títulos e subtítulos, ajustes de acordo com a diagramação da página;
- arquivos magnéticos editados em Word, que podem ser enviados para a instituição, em disket ou Cd-Room, 4 cópias impressas em papel A4 e entregues na Divisão de Publicações da Fundação CEPRO.



Oficializado pela Lei nº 1058, de 24.07.1922

Hino do Piauí*

Letra: Antonio Francisco Da Costa e Silva

Música: Firmina Sobreira Cardoso e Pe. Cirilo Chaves

Salve terra que aos céus arrebatas
Nossas almas nos dons que possuis:
A esperança nos verdes das matas,
A saudade nas serras azuis!
Piauí, terra querida,
Filha do sol do Equador,
Pertencem-te a nossa vida,
Nosso sonho, nosso amor!
As águas do Parnaíba,
Rio abaixo, rio arriba,
Espalhem pelo sertão
E levem pelas quebradas,
Pelas várzeas e chapadas,
Teu canto de exaltação!
Desbravando-te os campos distantes
Na missão do trabalho e da paz,
A aventura de dois bandeirantes
A semente da Pátria nos traz.

Sob o céu de imortal claridade,
Nosso sangue vertemos por ti,
Vendo a Pátria pedir liberdade,
O primeiro que luta é o Piauí.
Possas tu, no trabalho fecundo
E com fé, fazer sempre melhor,
Para que, no concerto do mundo,
O Brasil seja ainda maior,
Possas tu, conservando a pureza
Do teu povo leal, progredir,
Envolvendo na mesma grandeza
O passado, o presente e o porvir.

* Oficializado pela Lei
nº 1.078, de 18.07.1922



Ministério
da Cultura

